

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

José da Costa Magno

**A SECURITIZAÇÃO DA ENERGIA:
O CASO DOS HIDROCARBONETOS
EM TIMOR-LESTE**

**A SECURITIZAÇÃO DA ENERGIA:
O CASO DOS HIDROCARBONETOS EM TIMOR-LESTE**

José da Costa Magno

UMinho | 2013

outubro de 2013



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

José da Costa Magno

**A SECURITIZAÇÃO DA ENERGIA:
O CASO DOS HIDROCARBONETOS
EM TIMOR-LESTE**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho realizado sob a orientação da
**Professora Doutora Ana Paula Lima Pinto Oliveira
Almeida Brandão**

DECLARAÇÃO

Nome : José da Costa Magno

Endereço eletrónico: josedacostam@gmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 832T88Q61

Título dissertação: **A SECURITIZAÇÃO DA ENERGIA: O CASO DOS HIDROCARBONETOS EM TIMOR-LESTE**

Orientador (es): **Professora Doutora Ana Paula Lima Pinto Oliveira Almeida Brandão**

Ano de conclusão: 2013

Designação do Mestrado: **Mestrado em Relações Internacionais**

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 08/10/2013

Assinatura: _____

Ao meu pai MIGUEL MAGNO, ao meu filho
MIGUEL MAGNO JENA MARCOLNHADO e à
MARIA ROMAN que já passaram para o outro
mundo junto com o eterno Deus.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação foi possível graças à colaboração de várias pessoas, por isso queria agradecer:

À minha orientadora, Prof^a. Doutora Ana Paula Brandão pela sua paciência e dedicação na orientação desta dissertação;

Aos professores do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade do Minho que me deram a luz do conhecimento científico;

Ao Estado Timorense, através da Universidade Nacional Timor Lorosa'e que ofereceu a bolsa de estudo para finalizar o curso de Mestrado em Relações Internacionais;

Ao Reitor da Universidade Nacional de Timor-Lorosa'e, Professor Doutor Aurélio Guterres, pela sua liderança;

Aos entrevistados e às instituições governamentais e não-governamentais de Timor-Leste pela disponibilidade e partilha de saber;

Aos compatriotas investigadores da Universidade Nacional Timor Lorosa'e que vieram em 2010, não apenas para complementar os seus estudos mas também para aperfeiçoar a língua portuguesa;

À minha mãe Silvina da Costa e à família de Marcolnhado, pelo apoio moral e material ao longo do meu estudo até à finalização desta Dissertação;

Os meus filhos (Jezinho, Mauulana, Marchelis, Miju, Silviana e Micaela) e à minha esposa Ana Filomena Lopes pela paciência e dedicação durante o período de realização do meu estudo, cujo sucesso foi conseguido graças às suas orações e esperança;

A todas as pessoas e instituições que não consigo particularizar neste agradecimento.

RESUMO

Esta dissertação procura saber se a energia (hidrocarbonetos) é compreendida não meramente como uma questão económica mas também como um problema securitário considerando os riscos ao nível do controlo soberano dos recursos, do território e da integridade nacional do país face a países estrangeiros.

A aplicação do quadro teórico da Escola de Copenhaga justifica-se para compreender um fenómeno que se enquadra no contexto do alargamento da agenda da segurança – a securitização da energia decorre de um conceito multissectorial da segurança. A este nível é importante analisar o *speech act* pelos atores securitizadores, isto é, por atores com autoridade e visibilidade. O presente estudo incide sobre o ator estadual e, mais especificamente, sobre Timor-Leste. O problema mais urgente e crucial é a dominação dos hidrocarbonetos no mar de Timor pela Austrália. A atuação da Austrália constitui um enorme desafio para o Estado Timorense ao nível não só económico mas também da integridade territorial e da segurança de energia.

O recurso dos hidrocarbonetos no Mar de Timor, para além de desenvolver o bem-estar do povo e garantir a sobrevivência do país, é valioso para a soberania nacional e para integridade territorial do Estado. Adicionalmente é fundamental para o futuro da segurança energética nacional. A maneira de garantir o futuro da segurança energética do país passa por tratar o assunto como importante e urgente. Uma política de segurança energética (hidrocarbonetos) adequada pode ser um investimento valioso no desenvolvimento da economia nacional.

Uma estratégia que assegure as receitas do recurso dos hidrocarbonetos poderá permitir: a construção de infraestruturas, a criação de emprego e o desenvolvimento dos recursos humanos, no que toca à área petrolífera e da geologia. Em suma, a securitização dos hidrocarbonetos é uma meta nacional tendo em vista o desenvolvimento de Timor no sentido de se tornar um país de rendimento económico médio, contribuindo para o bem-estar dos povos bem como para o fornecimento de energia a preços acessíveis e de forma contínua.

Abstract

This dissertation seeks to determine as to whether the energy (hydrocarbons) is understood not merely as an economic issue but also as a securitisation problem, thereby considering the risks at the level of the sovereign control of resources, of the territory and the national integrity of the country in its relationship with other countries.

It resorts to the theoretical framework of the Copenhagen School endeavouring to shed light upon a phenomenon within the context of the enlargement of the security agenda – the securitisation of energy stems from a multi-sectoral concept of security. Hence, it is important to analyse the *speech act* by the securitising actors, i.e. by actors with authority and visibility. The scope of the present study focuses upon the State actor and, more specifically, about East Timor. The most urgent and crucial problem is the Australia's control over the hydrocarbons in the Timor Sea. Indeed, the Australia's dominating presence constitutes an enormous challenge to the Timorese State, not only at its economic level but also at its territorial integrity and energy security levels

In addition to developing the welfare of the people and ensuring the survival of the country, the hydrocarbons in the Timor Sea is a valuable resource to the national sovereignty and territorial integrity of the State. Furthermore, it is deemed utterly crucial for the future of national energy security. In this light, the future of energy security of the country needs further measures and thus be addressed as an extremely important and urgent matter.

An adequate policy of energy security (hydrocarbons) should be viewed as a valuable investment for the development of the national economy. A strategy that ensures that hydrocarbons' revenues may enable the country to steer: the construction of infrastructure, job creation and human resources development, with regard to its oil and geology related fields. In short, the hydrocarbons' securitisation should be a national compromise and priority in view of the development of East Timor whilst stimulating its overall economic income, contributing to the welfare of people as well as ensuring a sustained provision of affordable energy.

LISTA DE SIGLAS

ACDP	: Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero
APEC	: Asia-Pacific Economic Cooperation
ADB	: Asian Development Bank
ASEAN	: Association of Southeast Asian Nation
AMP	: Aliança Maioria Parlamentar
ANP	: Autoridade Nacional do Petróleo
AusAid	: Australian Agency for International Development
AICEP	: Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.
BNU	: Banco Nacional Ultramarino
CNC	: Conselho Nacional Consultivo
CPLP	: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CAC	: Comissão Anti Corrupção
CS	: Conselho Segurança
CRDTL	: Constituição da República Democrática de Timor-Leste
CNPE	: Conselho Nacional de Política Energética
CNI	: China Nuclear Industry
CRS	: Congress Report Service
CCOP	: Coordinating Committee for Geosciences Programmes in East and Southeast Asia
CMATS	: Certain Maritime Arrangements in the Timor
EDTL	: Eletricidade De Timor Leste
EUA	: Estados Unidos da América
ESI	: Estimated Sustainable Income
EITI	: Extractive Industries Transparency Initiative
ECOSOC	: Economic and Social Council
F-FDTL	: Falintil - Forsa Defesa Timor-Leste
GW	: Giga Watts
GLP	: Gas Liquefy Product
GNL	: Gas Natural Liquefied

GNL	: Gás Natural Liquefeito
IMF	: International Monetary Fund
IEA	: International Energy Agency
ICCG	: International Center for Climate Governance
JPDA	: Joint Petroleum Development Area
KM	: Kilo Meter
KW	: Kilo Watts
MTOE	: Million Tons of Oil Equivalents
MW	: Mega Watts
MM	: Mega Metro
MTPA	: Million Tons Per Annum
UE	: União Europeia
OECD	: Organization for Economic Co-operation and Development
ONU	: Organizações Nações Unidas
ONG	: Organização Não Governamental
PNUD	: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	: Presidente da República
PIB	: Produto Interno Bruto
PED	: Plano Estratégia de Desenvolvimento
PN	: Parlamento Nacional
PNTL	: Polícia Nacional Timor-Leste
RDTL	: República Democrática de Timor-Leste
SEPE	: Secretário do Estado de Política Energética
SERN	: Secretário do Estado de Recurso Naturais
SIPRI	: Stockholm International Peace Research Institute
UNDP	: United Nation for Development Project
USAID	: United State Agency for International Development
UN-ESCAP	: United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific
UNTAET	: United Nations Transitional Administration in East Timor
TGT	: Timor Gap Treaty
ZOC	: Zone of Cooperation

ÍNDICE

Introdução	12
Justificativa e problemática de investigação.....	12
Metodologia.....	14
Plano geral da dissertação.....	15
Capítulo I. Teoria da securitização e segurança energética	17
I.1. Securitização, uma perspetiva teórica e conceptual.....	17
I.2. Da segurança político-militar à segurança multissectorial.....	21
I.2.1. A segurança político-militar.....	21
I.2.2. A segurança multissectorial.....	24
I.3. Segurança energética: contributos para a conceptualização.....	26
I.3.1. Evolução da segurança energética.....	28
I.3.2. Distribuição de recursos energéticos e a segurança.....	30
Capítulo II. A política energética de Timor-Leste	35
II.1. A situação energética em Timor.....	36
II.1.1. A procura de energia.....	39
II.1.1.1. Indústria.....	41
II.1.1.2. Transporte.....	42
II.1.1.3. Serviços.....	44
II.1.1.4. Doméstica.....	45
II.1.2. A oferta de energia.....	46
II.1.2. 1. A energia elétrica nacional.....	46
II.1.2.2. Energias convencionais.....	48
II.1.2.2.a. Gás Natural.....	50
II.1.2.2.b. Petróleo.....	51
II.1.2.2.c. Carvão.....	54
II.1.2.3. Energias alternativas.....	55
II.2. A política energética do Governo de Timor.....	57

II.2.1. Objetivos.....	58
II.2.2. Instrumentos legais.....	60
II.2.3. Atores.....	61
II.4. As potencialidades e vulnerabilidades de Timor no domínio energético.....	63
II 4.1. Potencialidades.....	63
II.4.2. Vulnerabilidades.....	64
II.4.2.1. Corrupção.....	65
II.4.2.2. Centralização política e assimetrias socioeconómicas.....	67
II.4.2.3. Problemas sociais e culturais.....	67
II.4.2.4. Degradação ambiental.....	68
II.4.2.5. A segurança do fornecimento de energia.....	69
Capítulo III O Estado Timorense e a segurança energética: o caso dos hidrocarbonetos.....	71
III.1. A questão dos hidrocarbonetos na política interna e externa de Timor-Leste.....	73
III.1.1. A política da segurança e defesa.....	77
III.1.2. A política externa de Timor-Leste.....	79
III.1. 3. O domínio da energia dos hidrocarbonetos.....	80
III.2. A exploração do Mar de Timor.....	84
III.2.1. Timor Gap: apontamento histórico.....	85
III.2.1.1. Período da presença portuguesa.....	85
III.2.1.2. Período da presença da Indonésia.....	87
III.2.1.3. Período de Timor independente.....	90
III.2.2. A estratégia negocial do Governo sobre os Hidrocarbonetos no Mar de Timor.....	91
III.2.3. O papel das instituições do petróleo nacional de Timor-Leste nas negociações da exploração do Mar de Timor.....	94
III.2.4. A implementação do Tratado do Mar de Timor de 2002.....	97
III.2.5. A fiscalização e segurança das áreas marítimas.....	99
III.3. O Fundo de Petróleo.....	100
III.3.1. A gestão do Fundo de Petróleo.....	101
III.3.2. As fragilidades e as medidas adotadas na utilização do Fundo de Petróleo.....	103

III.3.3. As alternativas adotadas.....	105
III. 3.4. A utilização do Fundo de Petróleo em prol do desenvolvimento e do fornecimento da energia.....	106
III.3.5. A contribuição do fundo de petróleo para o fornecimento de energia do país.....	107
III.4. A exploração do gás natural no Campo de Sol Nascer.....	109
III.5. O impacto da exploração dos hidrocarbonetos nas relações de Timor com países terceiros.....	111
III.6. Energia: uma questão de segurança nacional?.....	112
III.6.1. O discurso das elites políticas e a securitização da energia dos hidrocarbonetos.....	116
Conclusão.....	121
Anexos	
Mapas.....	127
Guião das entrevistas.....	130
Bibliografia.....	133

INTRODUÇÃO

O presente texto começa por introduzir as razões fundamentais que justificaram a preferência por este tema. A pergunta de investigação principal é explicitada para clarificar a problemática. Seguem-se a delimitação do objeto de análise e a identificação dos conceitos estruturantes da investigação. Na secção sobre a metodologia é explicado o método adotado incluindo as técnicas de recolha da informação. Por último, é apresentada a estrutura da dissertação.

Justificativa e problemática da investigação

A presente dissertação incide sobre dois grandes temas: a questão energética em Timor-Leste e o Estado como ator securitizador.

A pergunta central de investigação é a seguinte: A energia é considerada pelo Estado timorense uma questão de segurança nacional? Desta decorrem as perguntas secundárias: A prioritarização da questão energética é motivada pela dependência do desenvolvimento económico relativamente ao sector petrolífero? O interesse de países terceiros pelo potencial de hidrocarbonetos de Timor contribui para a perceção de insegurança nacional?

A securitização da energia constitui uma questão crucial para o povo e para o Estado timorense dada a sua importância para o desenvolvimento nacional. Timor-Leste vê os recursos energéticos como uma fonte de crescimento económico, sendo que os hidrocarbonetos constituem um sector predominante em termos de receitas do orçamento nacional. Segundo o Estado timorense, 90% do Produto Interno Bruto (PIB) é proveniente das receitas da exploração dos hidrocarbonetos no Mar de Timor. A receita de hidrocarbonetos constitui o recurso principal do orçamento do Estado.

A inclusão da questão de energia na agenda da política da segurança nacional e internacional torna-se muito importante. Por um lado, a quantidade das reservas de petróleo a nível mundial tendencialmente declina, enquanto Timor-Leste possui recursos de hidrocarbonetos abundantes. Por outro lado, Timor-Leste tem de enfrentar a política de dominação dos recursos naturais no Mar de Timor pela Austrália. A relevância deste estudo de caso decorre da ligação entre energia, economia e segurança. Esta investigação procura saber se a energia (hidrocarbonetos) é compreendida não meramente como uma questão económica mas também como um problema securitário considerando os riscos ao nível do controlo soberano dos recursos, da segurança física (infraestruturas), da segurança humana e da segurança ambiental.

Merece ainda relevar a utilização das receitas da exploração dos hidrocarbonetos. A configuração do fundo de petróleo pode ser compreendida como um ato de securitização da energia nacional no curto, médio e no longo prazo. Na era em que os hidrocarbonetos são abundantes, o governo pretende proteger as receitas da exploração dos petróleos e do gás natural através de um fundo do Estado conhecido como "Fundo de Petróleo". A identificação das dimensões económica e securitária são relevantes, isto é, importa que o fundo seja executado de forma adequada a fim de permitir o desenvolvimento nacional e garantir a segurança energética nacional.

A aplicação do quadro teórico da Escola de Copenhaga justifica-se para compreender um fenómeno que se enquadra no contexto do alargamento da agenda da segurança – a securitização da energia decorre de um conceito multisectorial da segurança. A este nível é importante analisar o *speech act* pelos atores securitizadores, isto é, por atores com autoridade e visibilidade. O presente estudo incidu sobre o ator estadual e, mais especificamente, sobre os governantes de Timor-Leste.

Em termos de delimitação temporal, o estudo incide sobre o período compreendido entre 2007 e 2012, justificado pelas razões fundamentais que se apresentam em seguida. Primeiro, este período coincide com a determinação da delimitação do mar entre a Austrália e Timor-Leste sobre a localização dos hidrocarbonetos. Segundo, esta época marca um novo momento histórico da agenda política interna: negociação da produção de energia fóssil do campo de "Greater Sunrise" e domínio político da gestão do fundo de petróleo através de uma eleição aberta e justa. Finalmente, foi durante este período que o Estado timorense terminou a dependência financeira internacional e entrou numa nova era, isto é, a de país independente capaz de financiar o seu desenvolvimento nacional obtido através das receitas da exploração do mar de Timor.

Em suma, pretende-se tratar a questão dos hidrocarbonetos como um recurso que, além de trazer benefícios para o povo e o Estado timorenses em termos de desenvolvimento económico, constitui um garante da segurança energética nacional. De notar que existe a competição entre a Austrália e Timor-Leste relativamente à determinação dos limites do Mar de Timor. Assim, os hidrocarbonetos devem ser compreendidos como uma questão de segurança no contexto da segurança territorial bem como da segurança física das infraestruturas do país. O papel do Estado timorense no que toca aos hidrocarbonetos é sobretudo centrado no papel das instituições do petróleo nacional nas negociações da exploração do Mar de Timor. A questão dos hidrocarbonetos tem portanto uma dimensão interna e externa que são consideradas no presente estudo.

Metodologia

O *design* de investigação utilizado nesta dissertação é o estudo de caso de padrão essencial. Trata-se de um *design* de investigação qualitativo, em que a amostra equivale a 1, e em que o caso selecionado para o estudo é considerado essencial (crucial) para a verificação empírica de uma determinada teoria.

Não obstante, admite-se parcialmente a mútua implicação entre teoria e prática por meio de uma aplicação teórica a partir do resultado da análise dos dados empíricos, em particular daqueles decorrentes das entrevistas. Trata-se, ainda, de um *design* de investigação hipotético - dedutivo, já que a sua construção – em termos de conceitos, hipóteses e indicadores é fruto de um raciocínio teórico que deverá ser comprovado empiricamente (Quivy e Campholdt, 1992). A utilidade analítica é reconhecida como característica principal do estudo de caso crucial. Com efeito, a seleção do caso a ser estudado é baseada na relevância deste caso para a confirmação/infirmação de uma teoria, bem como na importância deste mesmo caso para eventuais avanços e aperfeiçoamentos da teoria testada (Gerring, 2001).

O mundo é intrinsecamente probabilístico (não determinista, portanto) e, conseqüentemente, podem existir outras variáveis explicativas da hipótese investigada para além da teoria testada. Desta falta de plenitude decorre a ideia de que o estudo de caso crucial não valida ou invalida uma determinada teoria desde logo, por mais crucial que venha a ser o caso.

O principal método de análise de dados utilizado no âmbito desta dissertação é a análise documental. Trata-se do método mais adequado para o estudo de fenómenos macro - sociais e para a análise do desenvolvimento histórico e social do objeto de estudo (Quivy e Campenhoudt, 1992). Recorre-se, igualmente, a dados recolhidos através de entrevistas qualitativas semiestruturadas. Tais entrevistas assumem que os dados recolhidos são o produto da atribuição de significado à realidade por parte do entrevistado, produto deste que é determinado essencialmente pela sua compreensão da realidade, mas que também é influenciado pela forma de interação entre entrevistado e entrevistador e pelo contexto do próprio entrevistador (Albarello at all: 2005).

Para a análise dos dados recolhidos nas entrevistas qualitativas, utiliza-se uma abordagem interpretativa. Esta consiste na identificação dos temas e conceitos abordados pelos entrevistados. Em última análise busca-se interpretar a linguagem utilizada pelo entrevistado para se poder captar a sua compreensão da realidade e o significado que lhe atribui. Rejeita-se, assim, a utilização de métodos de natureza mais quantitativa, baseados na classificação e na categorização, como a análise de conteúdo (Newman, 2003:390: Ketele e Roegier 1993:220).

Enquanto método indireto de recolha de dados, as entrevistas qualitativas baseiam-se em um guião como instrumento de observação. Optou-se por perguntas mais abertas, de modo a estimular o carácter genuíno das respostas, sem deixar de referir, implicitamente, a hipótese de investigação e os seus indicadores. À luz destas premissas, foi elaborado um guião - padrão de entrevista, a partir do qual se delineiam perguntas mais direcionadas à atividade profissional do entrevistado (Quivy e Campenhoudt, 1992; Sousa e Baptista, 2011:79).

Nesse sentido, incorpora-se ao guião, em primeiro lugar, o resultado do aperfeiçoamento do quadro teórico analítico acima referido – mais concretamente, as dimensões da teoria de securitização de acordo com conceção, perceção, desempenho e impacto dos papéis e funcionamento do entrevistado (Quivy e Campenhoudt, 1992; Reis, 2010:57-60).

Plano geral da dissertação

Apresenta-se agora um breve esclarecimento do conteúdo abordado em cada um dos capítulos. O capítulo I apresenta o quadro teórico aplicado ao estudo de caso bem como os conceitos estruturantes da investigação. A teoria da securitização incide sobre o ato discursivo sucedido pela qual uma compreensão intersubjetiva é construída dentro de uma comunidade política para tratar algo como uma ameaça existencial. Tal implica a utilização de uma gramática específica para permitir a adoção de medidas urgentes e excecionais para lidar com a ameaça considerada (ou construída como) existencial. A relevância da aplicação deste quadro teórico ao tema da energia justifica-se após o fim da Guerra Fria dada a tendência para tratar assuntos fora da esfera político-militar, tais como o ambiente, a energia, as doenças, como problemas de segurança nacional e internacional.

No segundo capítulo, descreve-se a situação energética de Timor-Leste. O capítulo aborda questões reais ao nível local e nacional. Reconhece-se as implicações do setor energético num país de terceiro mundo em que os problemas do fornecimento de energia afetam quase todos níveis da sociedade. Nesta parte da dissertação sustenta-se que a energia é cada vez mais um fator fundamental e determinante no desenvolvimento das sociedades, com forte impacto nas vertentes económicas, social, política e ambiental. Os sectores domésticos, industrial, dos transportes e dos serviços são os que mais necessitam de uma oferta segura da energia fóssil. A política energética não diz respeito apenas à exploração dos hidrocarbonetos no mar de Timor como um recurso de crescimento económico. A energia é o motor das atividades humanas, e a sua oferta segura a preços acessíveis pode transformar o país numa economia média. O capítulo contempla a política energética nacional bem como a maneira de gerir as receitas do país. O risco mais potencial que pode advir para o país é a vulnerabilidade designada por “doença

holandesa”. Além disso, a degradação ambiental, a insegurança ao nível da saúde humana e dos seres vivos em geral, os problemas sociais e culturais constituem riscos à luz de uma perspectiva multissectorial da segurança.

O capítulo III é o capítulo central deste trabalho. A ligação do Estado timorense à questão energética centra-se na inclusão dos hidrocarbonetos na agenda da política externa e interna adotada pelo governo. O capítulo começa por localizar a questão dos hidrocarbonetos na agenda política do Estado timorense. No plano externo, as dinâmicas de cooperação e conflitualidade entre a Austrália e Timor-Leste baseiam-se na questão das receitas de exploração do mar de Timor, o que justifica o subcapítulo dedicado a este assunto. A delimitação territorial entre os dois países onde os hidrocarbonetos estão localizados constitui uma questão crítica na agenda política de ambos os países. Na visão do governo australiano, a demarcação é uma questão meramente económica. Para Timor-Leste, não se trata apenas de uma questão económica, sendo um problema de segurança do território e da integridade soberana do país. A política do fundo do petróleo, abordada no terceiro subcapítulo, é uma forma de garantir o bem-estar da geração em termos quer económicos quer de segurança energética. O justo controlo das receitas do petróleo a partir da exploração da energia de hidrocarbonetos no mar de Timor contribuirão para uma economia próspera e para a integridade territorial.

Para Timor-Leste os hidrocarbonetos são um recurso valioso para o crescimento económico e bem-estar do país. A política do governo timorense concentra-se na exploração dos hidrocarbonetos no mar de Timor como uma fonte de receita nacional. A dimensão securitária prende-se com o direito territorial ao mar de Timor questionado pela Austrália na determinação dos limites do mesmo. A securitização operada pelo governo de Timor-Leste não se prende somente com a delimitação territorial associada ao controlo soberano dos recursos, mas também com a segurança das infraestruturas bem como a segurança energética.

CAPITULO I. TEORIA DA SECURITIZAÇÃO E SEGURANÇA ENERGÉTICA

As questões da segurança suscitaram ao longo da história dos séculos XIX a XXI um acalorado debate entre os estudiosos das relações internacionais. O tema da segurança não é apenas uma questão militar, mas tem afetado todos os aspectos da vida humana (Mesjasz, 2004:1). No entanto, não há consenso sobre a teoria mais adequada para explicar todos os fenômenos relacionados com as questões de segurança, incluindo as dimensões *hard* e *soft*. Na década de 90, a Escola de Copenhaga desenvolve a teoria securitização, graças aos contributos dos seus principais pensadores OleWaeber e Barry Buzan (Bright 2010:5).

A presente dissertação adota a teoria da securitização como quadro para analisar os desenvolvimentos relacionados com as questões energéticas. A energia é a principal matéria para mover as atividades das pessoas, por outro lado, a energia também pode potenciar a concorrência entre países que buscam dominar os recursos energéticos, em particular recursos não renováveis como o petróleo e o gás. A busca de poder pode levar aos conflitos e até à guerra entre países (Deutch, 2010:3-4). O presente capítulo contém por objetivos apresentar o quadro teórico da securitização desenvolvido pela Escola de Copenhaga e a operacionalização dos conceitos de segurança e de segurança energética.

I.1. Securitização: uma perspetiva teórica e conceptual

A securitização é um ato discursivo sucedido pela qual uma compreensão intersubjetiva é construída dentro de uma comunidade política para tratar algo como uma ameaça existencial a um objeto referente valorizado. Implica a utilização de uma gramática específica justificativa de medidas urgentes e excepcionais para lidar com a ameaça (Buzan e Wæver, 2003: 491).

Neste caso, a securitização sugere vários elementos-chave que contribuem para seu processo de desenvolvimento. A parte mais essencial é a identificação de uma ameaça por parte de um ator com autoridade ou ator securitizador (Stritzel, 2007: 358). Os discursos são necessariamente emitidos para atingir os públicos-alvo que acreditam que são capazes de compreender cada gramática emitida pelo ator que fez o discurso. A gramática apropriada da luz da compreensão mútua atua, numa situação de ameaçada, a fim de evitar confrontação física ou uma aproximação de segurança na perspetiva de segurança tradicional. (Kay, 2008: 2; Balzacq 2009,15). Para isso é necessária a interação social efetivamente construída entre atores e público, de acordo com a forma e o grau de ameaça enfrentados por uma comunidade política.

A escola de Copenhaga define essa interação social como uma retórica, uma troca discursiva entre o autor da securitização e um público em relação a um objeto, o referente, e aquilo que a ameaça. O sucesso do processo securitizador depende de fatores quer internos (linguísticos) quer externos ou contextuais como o capital social do orador e a natureza da ameaça (Buzan et al 1998, 32 - 33).

O uso da gramática securitizadora é cuidadosa, precisa e apropriada ao contexto da ameaça enfrentada. No entanto, não é fácil construir uma linguagem que possa ser entendida por todas as partes que partilham uma ameaça (Stritzel2007, 358). Este tipo de dilema pode acontecer em qualquer momento, contudo através da compreensão da função de cada gramática emitida, a linguagem pode ser uma boa mediadora ao unir as percepções do público e do ator securitizador.

Para Alcalde e Grasa (2009), o dilema normativo de falar ou escrever segurança é fundamentado numa compreensão do papel performativo da linguagem. A linguagem não é apenas um instrumento de comunicação usado para falar sobre um mundo real fora da linguagem (Balzacq, 2009). Pelo contrário funciona como um instrumento mediador que traz às práticas sociais num determinado quadro comunicativo institucionalizado dentro de um Estado, em que estará a esforçar para garantir a sua estabilidade e integridade do território nacional (Alcalde e Grasa, 2009:14).

Com este propósito, Knudsen (2001, 359) argumenta que a localização geográfica de um Estado poderá influenciar a sua forma de tratar as ameaças. Em geral os países mais frágeis são mais vulneráveis à intervenção do outro país cujo nível de democracia, direitos humanos e desenvolvimento são mais avançados. Por isso um aspeto fundamental da ideia de securitização é criar a consciência da natureza, supostamente arbitrária das ameaças, para estimular o pensamento de que o alicerce de qualquer política de segurança nacional não é dado por natureza, mas escolhido por políticos e decisores que têm interesse em defini-la apenas dessa forma (Knudsen, 2001).

Um dos elementos básicos da securitização é criar uma situação que não é objetiva, a fim de abrir espaço para a elite tomar decisões de acordo com os interesses do Estado. Assim, a segurança não é tratada como uma condição objetiva, mas como o resultado de um processo social específico (Williams 2003, 512). A construção social de um problema da segurança está ligada com quem ou o que está a ser protegido. O mecanismo de análise incide sobre os atos discursivos da securitização através de identificação dos acontecimentos que representam uma ameaça que é reconhecida como suscetível de medidas de emergência (Williams 2003).

A segurança de aproximação tradicional na sua conta traz as ameaças ao território, a integridade ou a soberania do país. A ameaça de origem da conflitualidade de território e da soberania centra-se nas partes de conflitos entre a posição amiga e inimiga. A teoria da securitização neste caso funciona através da troca de palavras no que toca à solução favorável (Williams, 2003:16). A soberania é definida pelo ato de decisão, pela capacidade de decidir disputas legais ou normativas dentro do Estado, e particularmente decidir quando uma ameaça à ordem vigente política chegou a um ponto em que constitui uma emergência e requer a suspensão de regras e procedimentos normais para que a ordem política em si possa ser preservada (Williams, 2003). Neste caso é necessário identificar as fontes das ameaças.

Historicamente, o processo da formação de um Estado está relacionado com a luta contra as ameaças à soberania de um país que quer preservar a sua independência. A ameaça não vem apenas de fora, mas também do dentro. Neste caso, o governo do Estado adota uma estratégia ofensiva contra as ameaças externas, mas ao mesmo tempo desenvolve a consciência de patriotismo e unidade nacional com recurso também aos esforços de securitização (Kay: 2008:7).

Segundo Gupta, a securitização enfatiza a qualidade construída das definições de segurança questionando o que está a ser garantido e as técnicas de respostas governamentais. A teoria da securitização ilustra como a retórica da segurança reifica soluções políticas e a política invocando uma unidade imaginada, ameaçada por forças externas (Gupta, 2006:181). A securitização é um acto que visa manter a autonomia de um Estado contra qualquer tipo de intervenção contra a soberania nacional.

As ações de securitização realizadas por uma comunidade política não são apenas para sensibilizar o público para enfrentar as ameaças. A essência da securitização serve, além de manter a autonomia e a soberania, para fornecer uma solução ideal. A solução ideal é o ator da securitização e os públicos ficarem satisfeitos e aceitarem as ameaças como uma questão comum (Kay, 2008:6). A satisfação do público pode ser demonstrada através da participação de ambos contra todas as formas de ameaças.

Neste caso, a securitização é entendida como uma teoria que é utilizada como um instrumento para compreender as questões políticas contraditórias e fornecer soluções adequadas. O conceito de securitização é utilizado como um instrumento de análise para lançar várias opções à diplomacia política, a fim de construir uma vontade política dos políticos para chegar a um consenso relativamente a uma questão ou de uma situação ameaçada (Gupta, 2006:183).

A securitização é utilizada não apenas como uma teoria da política de segurança nacional mas também nas relações internacionais e pode ser usada como um ferramenta de análise para repensar de segurança tradicional (Gupta, 2006). O discurso securitizador é motivado para alcançar resultados. A securitização também pode ser usada para legitimar medidas extraordinárias, para exortar à ação, para convencer os outros a agir (Bright, 2010:7).

Segundo a Escola de Copenhaga “a segurança é muito mais a um campo estruturado em que alguns atores são colocados em posições de poder para definir a segurança” (Buzan, 1998: 31). Como resultado das estruturas do poder da segurança é provável que muitas vezes sejam excluídas do processo do ato discursivo, limitando assim a oportunidade para discordar, e evitando ao mesmo tempo proteger aqueles que podem ser mais afetados pela política de segurança (Alcalde e Grasa, 2009:20).

É interessante referir que nem todos os atos de securitização podem ser executados sem problemas e com sucesso de acordo com os interesses do público. Em contraste, na securitização os atos securitizadores podem atingir as metas, o que exige várias etapas importantes (Buzan, 1998:6). O sucesso da securitização consiste em três etapas: identificação das ameaças existenciais, ação de emergência, e os efeitos das inter-relações da unidade bem como violações das regras. Para apresentar um problema como uma ameaça existencial é necessário reconhecê-lo como questão urgente que exige ações concretas (Buzan, 1998).

Neste contexto, existem várias maneiras de utilizar o ato de securitização. A securitização é usada em circunstâncias em que a política de segurança não é tecnicamente desafiadora, mas pode ser impopular ou desrespeitar certas leis. Então, a securitização será efetiva quando liderada por um ator com autoridade, aceite pelo público. (Buzan e Waever, 2009: 275). A securitização é usada numa circunstância em que é politicamente legítima, para isso, o ato da securitização de atores estaduais requer apoios de outros atores não estaduais. O melhor ato da securitização entendido pelo público, será melhor de encontrar uma solução mútua. Os efeitos do ato de securitização são indicados pelo apoio do público a prevenção de uma situação ameaçada ou de uma situação de emergência. (Bright, 2010:8).

O ator securitizador é aquele que apresenta uma pretensão de securitizar um problema. A Escola de Copenhaga explica que o sucesso da securitização depende de uma relação intersubjetiva entre os executantes da securitização para saber se a alegação feita pelo ator é legítima ou não. Os atores securitizadores são predominantemente as elites estatais uma vez que elas possuem uma posição mais vantajosa para definir uma situação de ameaças à segurança. (Buzan et al 1998: 31-32).

A aplicação da securitização em circunstâncias críticas é apoiada na noção da segurança apresentada pela elite. Os seus interesses prevalecem sobre os daqueles que não estão no controle para discutir a segurança. Pretende-se demonstrar que nem todos possam ser livres para agir contra a lei. A ação contra a lei no contexto de securitização é uma ação de emergência para salvar o país das ameaças que possam comprometer a segurança do país (Alcalde e Grasa, 2009:25).

Para isso, a securitização não é limitada à forma de ameaças que o país enfrenta ou à ação utilizada pelo governo para responder a qualquer ameaça. É também apropriada por situações que de alguma forma possam interferir com a estabilidade do país no curto, médio e longo prazo. Portanto, para abordar o futuro de um país é preciso um quadro coerente. Governo, partidos políticos, organizações da sociedade civil são os atores que precisam de ser levados em conta na definição do futuro da segurança do país. A segurança do Estado pode ser garantida através da titularização de ação polida com gramática correta. A ação de securitização é certa e adequada, se a linguagem usada pelo ator de securitização convencer o público dentro do estado que dá a ameaça.

I.2. Da segurança político-militar à segurança multisectorial

Os estudos de relações internacionais tendem a colocar a segurança como uma matéria principal para analisar as mudanças que aconteceram na história da formação do Estado (Baylis, 2001:254). O fenómeno da segurança tem sido sujeito as diversas abordagens. Na década de 90 do século passado, o debate em torno do fenómeno evidenciou dois grupos: aqueles que se concentravam na perspectiva tradicional da segurança político-militar; aqueles que defendiam uma abordagem ampla do fenómeno considerando diferentes sectores (segurança multisectorial).

I.2.1. A segurança político - militar

Segundo a perspectiva tradicional, a segurança enquadra-se no setor político-militar. A proteção de interesse nacional de ameaças é o principal foco do Estado. O interesse nacional neste sentido consiste em proteger o território do país da ameaça e ataque de força militar externa. A proteção física do território e o uso de força militar e sobrevivência de Estado traduzem a noção fundamental da segurança tradicional (Nasu, 2011:16). O estudo da segurança

orienta-se na predição das ameaças, prevenção e preempção da ameaça, e nas medidas e nos atos necessários para minimizar as ameaças (Mesjaszc, 2008:12).

O Estado é o elemento central da aproximação tradicional (Stone, 2009: 2). É o ator principal das relações internacionais e a segurança é considerada como o seu interesse (Morgan, 2004: 14). O poder é a parte integrada do Estado na celebração do estado - nação, os poderes do Estado são conduzidos a partir da prática de governantes, no contexto complexo que contém o poder da segurança. O conceito da segurança não é meramente sinónimo de poder político - militar. A força militar representa o poder central do Estado. O poder militar consiste nos meios que permitem ao Estado e aos seus líderes defenderem a soberania e a identidade do país (Cheeseman, s/d: 63).

A segurança é entendida como um conceito objetivo, racional. Tal significa que o Estado é objeto referente da segurança bem como o provedor da segurança às populações (Ritchie, 2011:359). Compete ao Estado proteger o país de conflitos internos bem como responder às ameaças externas através de meios políticos e militares (Mesjaszc, 2008:2; Ritchie, 2011).

A resolução de conflitos através de meios militares é uma constante da história. As duas Grandes Guerras mundiais - primeira guerra mundial e segunda guerra mundial, bem como a guerra fria entre os blocos ocidental e oriental deram uma lição muito importante demonstrando a importância da cooperação na construção da paz mundial (Buzan, 1991:342). Apesar desta consciencialização, na política internacional contemporânea ainda se assiste a países a intervirem na soberania de outros países criando situações de conflitualidade. Thomas Hobbes identificou três causas de conflitualidade:

That in the nature of man, we find three principal causes of quarrel. First, competition; secondly, differentiation; thirdly, glory. The first make man invade for gain; the second, for safety; and the third, for reputation...hereby it manifest, that during the time men live without a common power to keep them all in awe, they are in that condition which called war; and such a war, is of every man, against every man (Terry at all,s/d:21).

O Estado é tal como a face "Janus" em termos de segurança. Por um lado o país tende a amparar a segurança do país contra as ameaças externas e, por outro lado os Estado tende a manter a segurança interna contra as ameaças que prejudicam o governo, o território e a integridade da população (Morgan, 1999:14).

A abordagem da crueldade e do poder militar justifica que a segurança tenha sido abordada predominantemente segundo a perspectiva político-militar. O conceito de segurança foi tradicionalmente entendido em termos militares, situando-se, portanto, na esfera do poder dos Estados, e da sua capacidade para responder às ameaças (Mulligan 2008:1-2).

Baseada no aspeto militar de segurança, pode-se argumentar que o elemento-chave da análise do estrategista é o uso da força em defesa da integridade territorial do Estado e da soberania. A segurança envolve não só a proteção da integridade territorial de um Estado, mas também a defesa do bem-estar das pessoas que vivem sob a jurisdição do mesmo, bem como a segurança na perspectiva político e militar. Assim, a segurança envolve a proteção da integridade territorial de um Estado, abordando a sua capacidade para manter e aumentar o bem-estar dos cidadãos (McDougall, 2010:171).

Segundo Morgan, a partir da perspectiva política internacional o Estado é uma entidade de base territorial com o governo para se pronunciar sobre o seu território e reconhecer por outro estado. A segurança do Estado, basicamente, concentra-se em seus recursos de segurança relacionados, que são institucionalmente moldados pela política internacional. O Estado é a principal concentração de poder e permanece como ponto focal e final de lealdade dos cidadãos em termos de identidade nacional (Morgan, 1999).

Na prática as estruturas da segurança não conseguem antecipar as ameaças que ocorrem a partir de dentro do país de forma satisfatória. As ameaças de dentro podem derivar dos descontentamentos de extremistas domésticos, radicais religiosos, terroristas e do ódio baseado em grupos (Gupta, 2006:182).

Analisar e compreender em profundidade as ameaças potenciais que podem vir quer de dentro quer de fora do país pode trazer benefícios muito significativos para o sistema de defesa e segurança nacional. A segurança externa é tratada como uma situação do estado tranquilo ou seja a ausência do conflito militar externo (Mesjasz, 2004:2). A segurança interna significa ausência de ameaças ao sistema estatal e à vida quotidiana dos seus cidadãos causada por distúrbios políticos ou militares dentro das fronteiras de um país (Mesjasz, 2004). Assim, garantir a segurança do Estado é um ato obrigatório dos líderes que devem procurar alternativas adequadas para a gestão dos conflitos garantindo a segurança aos seus cidadãos de modo a que estes vivam sem medo (Deutch, 2010:1).

Segundo Buzan, a segurança é a busca da liberdade e prevenir as ameaças e da capacidade dos Estados e das sociedades para manterem a sua identidade, independência e a integridade funcional contra as forças de mudança que veem como adversas (Buzan, 1991:432). Neste caso, o Estado não se limita apenas a fornecer garantias de segurança para os seus cidadãos de circularem livremente. A ênfase é dirigida aos líderes do país na sua capacidade de evitar atos hostis e promover atos de amizade assegurando que o país está livre de ameaças à segurança nacional (Mesjasz, 2008: 2;Buzan, 1991).

Dalby sustenta que a segurança é destinada a proteger as pessoas contra as várias ameaças que podem comprometer as suas vidas e o próprio país. Assim, e na esteira de Gusmão (2008, 5):

encaramos a Segurança Nacional adotando um conceito mais alargado que, além da defesa nacional e da segurança interna, engloba também outras componentes, como a proteção civil e a política externa, garantindo a cooperação e a solidariedade entre as forças, como forma de garantir a estabilidade, a unidade e a segurança das populações, contra qualquer tipo de ameaças e riscos.

Na mesma linha, e de acordo com Wolfers, a segurança é mais do que apenas a política de defesa e sobrevivência física. Implica também uma gama considerável de preocupações sobre as condições de existência soberana do Estado sobre a ideologia política, económica, cultural e de defesa e segurança. A segurança neste caso é percebida progressivamente de acordo com uma nova conceção da segurança multissectorial.

I.2.2. A segurança multissectorial

A dinâmica política de segurança internacional orienta o debate científico sobre a segurança não apenas concentrada na visão tradicional. A nova agenda do debate considera que a segurança está intimamente relacionada com a intervenção dos atores não estaduais na política internacional (Bartholomees, Jr., 2006:3) Esta perspetiva coloca a conceção da segurança não somente na dimensão político-militar aplicando-a também a dimensões não militares.

O fim da guerra fria conduziu a um novo pensamento que contribuiu muito significativamente para o desenvolvimento da teorização da segurança. Após 1989-1990 voltou-se a questionar a teoria tradicional. Nesse contexto, os investigadores confrontaram a relevância da abordagem tradicional, redefiniram o objeto, examinaram a evolução dos Estudos de Segurança e avaliaram esta área disciplinar, e ainda discutiram sobre o potencial do futuro dos Estudos de Segurança (Jones, 1999:1). Desde então, os estudiosos apresentam o novo conceito da estrutura da segurança que declina a segurança tradicional (Brauch, 2005:3). A nova agenda passa a incluir:

Intra-state conflict, ethnic-religious violence, landmines, terrorism, democracy, human right, gender, crime, poverty, hunger, deprivation, inequality, diseases and health hazard, human development, economic security, market, water, energy, migration, environmental degradation and so on (Brauch,2005).

Segundo Bartholomees, Jr., a nova agenda abarca o terrorismo, o crime organizado, o tráfico de drogas, o tráfico de estrangeiros ilegais e o tráfico de armas de destruição maciça como ameaças diretas feitas por seres humanos; o crescimento populacional e as migrações, as doenças e as pandemias internacionais, a degradação ambiental, e as mudanças climáticas globais e a

escassez de recursos (energéticos) como ameaças de forças impessoais (Bartholomees, Jr.2006:6);

A preocupação da segurança internacional na entrada do século XXI centra-se nas vulnerabilidades, nos desafios, nos riscos e nas ameaças que podem vir da referida agenda. Tal requer um ato próprio para prevenir, evitar, gerir e solucionar pelos atores estaduais e não estaduais (Bartholomees, Jr., 2006:3-4; Brauch, 2005).

Barry Buzan, no seu livro "People, State and Fear" (Buzan 1983:214-242), identifica cinco sectores da segurança: segurança militar, segurança política, segurança económica, segurança social e segurança ambiental. O contributo do Buzan confirma a mudança da política paroquial da segurança tradicional para a segurança ampla num sistema de segurança internacional baseado na cooperação global e internacional (Baylis, 2001:255). Denota que a abordagem multissetorial engloba os atores estaduais e não estaduais na segurança do país conforme o nível das ameaças e as suas características. Neste sentido, algumas das ameaças dos referidos sectores podem ser de fonte estadual ou não - estadual. Neste contexto, é dado particular realce à necessidade de cooperação entre todas as entidades e países do mundo para enfrentar as questões de segurança transnacional.

A segurança militar diz respeito à interação de dois níveis das capacidades -ofensivas e defensivas - das forças armadas (Buzan, 1991:433). Significa que o Estado reage defensivamente quando existe uma ameaça externa. Pelo contrário, o Estado pode ser agressivo contra a sua população criando insegurança nacional (Morgan, 1999). Este setor da segurança tem a ver com a prevenção da guerra, com o controlo das armas, com as doutrinas militares na determinação da política de defesa do país, com a organização militar e com a relação entre militar e civil (Jones, 1991:3). Esta relação permite o espaço de cooperação entre atores militares e civis na agenda segurança não-militar (Buzan, 1991).

A segurança política centra-se na legitimação da estabilidade da organização do Estado, do sistema do governo, assim como da ideologia que é adotada e praticada num país. A segurança económica incide sobre o problema de acesso aos recursos como, por exemplo, os recursos naturais, as finanças e os mercados necessários para sustentar níveis aceitáveis de bem-estar e de poder de um Estado.

A segurança societal está relacionada com a capacidade das sociedades para reproduzirem os seus padrões tradicionais de cultura, língua, identidade religiosa e nacional. Finalmente, a segurança ambiental prende-se com a manutenção do local e da biosfera planetária como um sistema de apoios essenciais de que todos os outros seres humanos dependem (Buzan, 1991:433).

O quadro conceptual definido por Buzan contempla uma série de ameaças não militares. Apesar de não-militares elas podem ser causadoras ou potenciadoras de situações graves e até de conflitualidade. Por exemplo, o aquecimento global e as mudanças climáticas podem ser mais perigosos que uma guerra; escassez da energia de hidrocarbonetos e/ou a competição entre as elites políticas a nível nacional (governo autoritário) ou internacionais na dominação desses recursos naturais têm estado na origem de guerras ao longo da história (Jones, 1991; McDougall, 2010; Nasu, 2011).

No contexto do debate da segurança, merece também destaque a questão do nexo segurança - desenvolvimento. A segurança dos países, particularmente dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, liga-se diretamente à questão do desenvolvimento (McDougal, 2010). Nestes países, na maior parte dos casos, a insegurança e as ameaças são internas.

As ameaças das seguranças internas têm normalmente origem no descontentamento ou na rejeição da legitimidade dos grupos políticos no trono de poder por outros grupos políticos existentes. As más práticas de política, de desenvolvimento e economia podem causar descontentamento ou rejeição de legitimidade, em muitos casos, o repúdio de legitimidade vem de grupos políticos oponentes, etnia, grupos religiosos ou de grupos radicais. (McDougal, 2010). O desenvolvimento de uma economia justa e a redução de pobreza, incluindo um plano de longo prazo, podem ser as melhores maneiras de reduzir a insegurança nesses países.

A abordagem da segurança multissectorial pode ajudar na análise da relação entre segurança e energia e no processo de securitização da mesma. A energia é um recurso essencial para a vida humana, mas ao mesmo tempo também pode ser o objeto da concorrência. A concorrência entre os interessados pode levar a conflitos, especialmente entre os países no mundo contemporâneo.

I.3. Segurança energética: contributos para a conceptualização

A energia é um requisito básico para toda a atividade humana. A principal característica de cada cultura e da sociedade ao longo da história tem sido a forma como tem usado os recursos energéticos de que dispõe, e o consumo interno de energia é uma medida comum do seu nível de desenvolvimento (Sipri 1974,11). Dada a importância dos recursos energéticos como o elemento principal para impulsionar a economia e a indústria de um país, tornaram-se objeto de competição entre Estados para atender as necessidades nacionais (Speed, 2003:1). A competição para a dominação do fornecimento de energia tem estado muito frequentemente na

origem de conflitos internacionais. Os países produtores são os que mais provavelmente sofrem a instabilidade interna do país e frequentemente trazem o impacto para o sistema de segurança global (Orttung e Perovic, s/d:216).

Significa que a insegurança energética resulta de contradições entre o crescimento do consumo e a decrescente da disponibilidade de fornecimento adequada da energia a preços acessíveis (Ciuta, 2009:2). Assim, nesta perspetiva, a segurança energética depende da cooperação entre os países produtores e consumidores, pelo que é necessário procurar medidas acomodadas para estabelecer a concordância entre ambos. Os países produtores tendem a controlar os fornecimentos e os países importadores procuram a forma de assegurar o aumento do fornecimento (Deutch, 2010:2).

Esta situação converte a questão da energia num tópico no topo da agenda dos estudiosos do mundo contemporâneo. O debate no início século XXI tem sido dominado pelo problema da segurança energética sendo uma preocupação das Organizações Não Governamentais (ONG) bem como das Organizações Governamentais Nacionais e Internacionais (Ciuta, 2010: 123;Kraener, 2007:xi). Os banqueiros, os geólogos, os economistas, os advogados, os geógrafos, os políticos e os académicos procuram abordar a questão energética sob diferentes perspetivas. Nos debates atuais questiona-se se a energia é também uma questão de segurança, concluindo-se que "o domínio da energia é análogo com a palavra da segurança" Delbye, s/d). Assim, a segurança energética tem sido um campo propício para a teoria da segurança (Ciuta, 2010:123-124).

O domínio da segurança energética depende do tipo da energia (Ciuta, 2010:132). A energia mais procurada e potenciadora de causar conflito é a energia dos hidrocarbonetos. Os hidrocarbonetos mais procurados são o carvão, o gás e o petróleo, os quais podem ser encontrados no solo, no fundo da terra, no leito do mar, em muitos casos, na fronteira entre os países (Alcalde e Grasa, 2009). A localização desta energia pode causar conflito e tensões até ao ponto de serem utilizadas forças militares entre os países vizinhos na luta para dominar os recursos. O que procura o ator da securitização da energia é garantir a segurança energética no que toca à estabilidade e integridade do território nacional (Bauman, 2008:9).

A área de disputa que afeta a integridade territorial (no caso a fronteira marítima) é um importante tema de debate entre estudiosos da fronteira entre países. A baliza entre os países vizinhos tem o seu próprio problema, as maiores dificuldades, que traz obstáculo a relação amizade transnacional é as balizas marítimas. As diferenças de história, política, economia, cultura e a capacidade da construção do país são elementos causadores de desenvolvimento da relação entre os países (Guo e Yang, Rongxing, apud, 2010:3). O conflito ocorre quando os interesses do plano nacional da exploração dos recursos energéticos localizados nas balizas

marítimas entre países vizinhos são obrigatoriamente acordados nos princípios internacionais de balizas marítimas. Uma abordagem cooperativa é necessária para a criação de paz nas fronteiras dos países vizinhos (Rongxing, 2010). A experiência aponta que o nascimento de um novo país como exportador da energia de hidrocarbonetos nem sempre conduz à cooperação quando os seus vizinhos têm o seu interesse de dominar os recursos de hidrocarbonetos no fundo do mar como matéria-prima de exportação (Dunn e Mauer, s/d:217-18).

A questão energética pode ser representada aqui como uma das principais causas de conflito, com particular ênfase sobre o conflito de poder que decorre do fato dos recursos serem escassos ou do esforço de dominação de um recurso existente. A energia é uma questão de segurança porque pode ser tanta causa como instrumento de guerra. Duas vertentes diferentes convergem nessa lógica da segurança energética. A primeira vertente centra-se na energia como um instrumento utilizado em conflito (Ciuta, 2009:78).

I.3.1. Evolução da segurança energética

A competição no campo da segurança energética remonta à Primeira Guerra Mundial quando Winston Churchill decidiu não utilizar o carvão que vinha de Wales como combustível primário dos navios britânicos e trocou pelo petróleo da Pérsia (Yergin, 2006:69). Esta mudança tinha por objetivo tornar os navios ingleses mais rápidos dos que o do inimigo alemão, a partir daí a energia tornou-se uma questão da segurança nacional (Yergin, 2006). Nessa época, a energia era abundante, o preço barato e a competição mínima (Claes, 2010:2). O embargo de energia em 1973 foi utilizado pelos países do Médio Oriente como arma para travar a importação das combustíveis fósseis aos EUA. Esta política provocou a competição entre países produtores e consumidores, aumentou a tensão o que implicou medidas para estabilizar o mercado e garantir a segurança energética (Wendt, 2004:1).

Desde então, a segurança energética é geralmente definida como fornecimento de fonte confiável, estável e sustentável a preços razoáveis (Baumann, 2008, 4; Yueh 2010: 1). Assim, a sustentabilidade e a competitividade caracterizam a relação entre os principais aspetos da política energética nos esforços de estabelecimento de um sistema estruturado relativamente à manutenção da segurança energética (Yueh, 2010: 126). Neste sentido, a segurança energética pode ser definida como sendo o aprovisionamento energético de consumidores a preços razoáveis, de forma sustentada e respeitando as normas internacionais. A insegurança ocorre quando há conflito entre consumidores e produtores (Speed, 2003:2).

Por outro lado, a segurança energética é definida como uma tentativa por parte dos compradores das energias em protegerem as interrupções que podem colocar em risco o

fornecimento da energia, resultantes de acidentes, atos de terrorismo, investimentos insuficientes em infraestrutura energética ou capacidade deficitária de organização do mercado da energia (Poloncorpi s/d, 1). O mercado da energia em grande parte depende os recursos naturais, enquanto isso, os recursos energéticos mais procurados pelos atores estaduais são o petróleo e o gás natural.

O facto de grandes reservas de petróleo e gás estarem localizadas em apenas algumas áreas do mundo faz com que essas áreas sejam muito importantes para todo o sistema das relações internacionais (Yueh, 2010:216). Os países ricos em petróleo são o foco de interesse por parte dos países consumidores, cooperando ou competindo num futuro previsível. A competição por recursos escassos distribuídos de forma desigual não é um fenómeno novo, ao longo da história, esta concorrência tem sido muitas vezes a causa de conflito ou guerra (Sipri, 1974). Particularmente, a crise energética da década de 70 contribuiu para o aumento da concorrência e tensão entre os Estados, passando a energia a ser parte integrante da segurança nacional de um país (Speed, 2003:1).

O petróleo é um recurso de importância vital para a segurança quer nacional ou internacional. Em caso de escassez, pode potenciar a conflitualidade interestadual. Esta pode resultar do aumento da concorrência entre os países consumidores para dominar os recursos do petróleo, ou dos países produtores perante a necessidade de proteger seus campos de petróleo, a segurança das rotas marítimas e dos seus navios (Sipri, 1974:1-12)

Neste contexto, a prevenção de conflitualidade exige cooperação internacional. O objetivo deve ser constituir um sistema eficaz que garanta a fiabilidade do abastecimento de energia enraizado na interdependência mútua entre nações produtoras e consumidoras (Yueh 2010, 216).

Ao nível regional, a segurança energética assenta na interação entre dois ou mais Estados numa área geográfica limitada, a descoberta dos minerais ou energias fósseis nas fronteiras destes países pode criar uma relação cooperativa ou de confronto associado ao esforço de dominação deste recurso, trazendo potencialmente ameaças que levam a um ato de securitização (Kraenner, 2008:xii).

Neste caso, a teoria de securitização pode lançar alguma luz sobre as combinações de atores de securitização que colocam a energia na agenda de segurança, bem como as ligações entre os objetos referentes às ameaças existenciais, ao público-alvo e às políticas destinadas a garantir a segurança energética (Ciuta 2009, 3). A chave para compreender o significado das lógicas emergentes da segurança energética é o resultado de diferentes configurações de energia e de segurança: as duas categorias não só têm significados diferentes em cada uma dessas

lógicas, mas também a sua interação produz vocabulários, consequências normativas e políticas distintas (Ciuta, 2009).

A primeira é que o crescimento económico e os ganhos da população vão levar à duplicação da procura de recursos energéticos no futuro, principalmente nos países em desenvolvimento. A queda da energia elétrica nos Estados Unidos da América, na União Europeia e na Rússia causaram competições na dominação da energia de hidrocarbonetos, com exceção da Rússia que se mantém como o maior exportador destas energias fósseis (Yergen, 2006:70). A Índia e a China são os dois Estados que têm maior procura do fornecimento da energia neste século XXI. O maior fornecedor vem da Rússia e da Ásia Central (Kraenner, 2008:xii; Yergen 2006). Verifica-se que os combustíveis fósseis continuarão a fornecer a maioria da energia, mas esses recursos são distribuídos de forma desigual em todo o mundo (Yueh, 2010:116).

I.3.2. Distribuição de recursos energéticos e segurança

Para evitar a distribuição desigual destas duas fontes de energia é geralmente usada uma abordagem de sistemas complexos para a segurança energética regional. Esta destina-se à criação de igualdade de distribuição e garantias de segurança. Nos complexos de segurança energética, a distribuição regional dos recursos energéticos e as dependências energéticas regionais podem ser consideradas como paralelas à distribuição do poder militar na base militar e política (Poloncorpi, s/d: 3-4).

Tal ação é feita para evitar tanto quanto possível ameaças à segurança que podem ocorrer devido à escassez de petróleo e gás natural. Como o petróleo e o gás são dois dos recursos considerados de importância vital para a segurança económica e militar das nações, parece natural que uma escassez desses recursos representaria uma grande ameaça potencial à segurança nacional e internacional. O esforço principal de um país que dispõe de recursos insuficientes para suas necessidades é, portanto, suscetível de ser dirigido no sentido de eliminar o risco de escassez (Sipri, 1974)

Assim, uma vez que a grande maioria das nações são dependentes das importações deste recurso vital para manter sua segurança económica, social e militar, as questões relativas ao petróleo, a partir de agora e no futuro, têm uma prioridade muito maior na política externa de cada nação e na estratégia de defesa (Orttung e Perovic, s/d:216-217). Por outras palavras, as decisões relativas à segurança nacional e estratégica serão fortemente e cada vez mais influenciadas por uma série de considerações relacionadas não somente com o potencial de

fornecimento de energia, mas também com a localização geográfica e com a disponibilidade esperada de fornecimento de fontes estrangeiras na forma sustentável (Sipri, 1974)

Portanto, a segurança energética é mais do que a sustentabilidade, é também a competitividade e a oferta segura. É um conceito multidimensional, incluindo a ação externa bem como interna. Abrange medidas económicas, políticas e de segurança que têm de ser aplicadas de forma combinada e coordenada para gerar as sinergias essenciais (Mitev, 2010:1-2). A segurança energética é uma condição através da qual os produtores podem garantir a segurança energética através do fornecimento de energia na forma sustentável. Para se garantir a sustentabilidade da segurança energética é necessário o envolvimento do governo na qualidade de ator do Estado. A função dos atores do Estado é garantir a sustentabilidade da segurança energética nacional (Mitev, 2010).

A garantia da segurança energética nacional é fundamental para prevenir os países produtores e os países consumidores de se envolverem em conflitos, o que poderia levar ao uso da força militar (Mitev, 2010). Na ausência de conflito militar, a segurança energética e a segurança nacional podem ser garantidas.

Neste sentido, é responsabilidade do Estado garantir a segurança energética de forma a estimular o crescimento económico de forma sustentada. Para alcançar um crescimento económico consistente e consolidado é fundamental que o governo desenhe não só um modelo estratégico em matéria de segurança energética para aprovisionamento interno das suas necessidades, como também defina uma política de cooperação estratégica com os seus parceiros comerciais (Ciuta 2009, 26-28). Significa que a sustentabilidade da segurança energética encerra ainda a responsabilidade política do Estado.

O Estado é responsável pela segurança nacional incluindo a segurança energética designada como um pré-requisito para os processos económicos, bem como para a estabilidade política e legitimidade. Em síntese, a energia é matéria-prima que afeta quase todos os aspetos da vida humana. Os mercados internacionais e a estabilidade são as dimensões-chave para a estabilização e salvaguarda do fornecimento de energia (Baumann, 2008:5). Mesmo que se possa separá-los para a análise, na realidade, eles são interdependentes. Por exemplo, funcionamento dos mercados internacionais da energia e as cadeias de abastecimento doméstico são pré-requisitos vitais para a segurança energética, mas sem estabilidade e segurança nos países produtores tornam-se inúteis (Baumann, 2008).

No entanto, a questão da energia nos contextos globais refere-se totalmente à segurança. A interrupção de um fluxo constante de energia traria danos à produção económica de uma nação, à estabilidade política e ao bem-estar pessoal dos seus cidadãos (Baumann, 2008:4). As

sociedades são inteiramente dependentes de serviços da energia, tais como estações de gás ou eletricidade. Não só os particulares, mas também o sector empresarial e até mesmo as autoridades públicas e as agências governamentais têm a extrema necessidade de energia para funcionar corretamente. Daí, o fornecimento satisfatório de energia ser uma condição prévia para o crescimento económico e também para a legitimidade dentro de uma entidade política (Baumann, 2008).

No entanto, a interpretação da necessidade de segurança energética para o crescimento da economia de cada país é diferente (Claes, 2010:2). Nas visões dos países exportadores, neste caso os países do terceiro mundo, a segurança energética significa manter e crescer a procura da exportação a fim de garantir as receitas ao governo. A meta é para reafirmar o controlo pelo Estado dos recursos estratégicos e ter supremacia para controlar as refinarias e a canalização da pipa principal que conecta os hidrocarbonetos ao mercado internacional (Yergin, 2006:71).

O transporte do petróleo e do petróleo bruto é menos dispendioso do que o do gás, o gás é transportado através de gasoduto de extensa distância que exige grande custo da canalização do gasoduto e encoraja contratos de longo prazo (Deutch, 2010:3). A resposta à procura global tem sido acompanhada pela análise moderada e adequada para evitar o risco de perturbação da economia. O crescimento da demanda de transportação do gás, a exportação do petróleo e petróleo bruto têm sido ligados com o aspeto da segurança, a garantia da segurança podendo reduzir o impacto negativo e evitar investimento não útil (Rutherford, Scharpf e Carrington, 2007:3028).

As rotas dos oleodutos podem ter acidentes ou ser sujeitas a ataques terroristas; a insegurança nos países exportadores pode trazer perturbação ao fornecimento da energia (Speed, 2003:3-4). A função da cooperação no domínio de segurança energética vai para além de proteger os oleodutos de ataques, abarcando o investimento em medidas alternativas para reforçar a segurança do fornecimento da energia a fim de evitar insegurança energética (Speed, 2003:5). Assim, a segurança energética é um problema complexo que engloba economia, política, geográfica, geologia e segurança.

Esta aplicação teórica à questão da energia centra-se na estrutura da desproporção entre regiões produtoras e consumidoras e na vulnerabilidade do fornecimento dos petróleos e gás. É dado particular ênfase ao conflito político associado ao domínio dos recursos energéticos. O investimento estrangeiro, a interdependência dos sectores, a eficácia da organização da economia internacional em reforçar a segurança energética faz parte ao campo de análise teórica (Belyi, s/d:2).

A teoria da securitização desenvolvida por Wæver e Buzan da escola de Copenhaga não menciona especificamente a segurança de energia incluindo a área da teoria de securitização. Os autores da teoria de securitização não distinguem o conceito da segurança de energia de seguranças multissetoriais como segurança político-militar, segurança econômica, segurança social e segurança ambiental (Delby, s/d).

Segundo Vivoda, a energia foi emergente nos debates de relações internacionais quando o preço da energia se torna mais caro, a procura da energia contínua aumenta bem como a desigualdade da distribuição da energia de acordo com a geografia (Vivoda, 2011). Essa desigualdade faz que a competição entre países produtores e consumidores aumente de ano para ano. O medo da escassez ou de ruptura de recursos energéticos conduzia os países consumidores ou produtores da energia à procura do domínio dos recursos de energia existentes (Vivoda, 2011).

A desigualdade da distribuição obriga os países consumidores ou seja dependentes das energias importadas a colocarem firmemente a questão da energia como um problema de segurança global. Consequentemente, a estratégia da segurança energética do país analisa-se através da perspectiva legisladora que responsabiliza a questão de segurança de energia. As análises concentram-se numa ampla política de segurança, e, não é somente sob a perspectiva do especialista de técnicas industriais (AAVV, 2006).

Polinkorpi percebe a dependência da energia de duas perspectivas, o benefício de dependência mutual ou dependência positiva, existe também a dependência negativa seja desigualdade ou dependência ameaçadas (Polinkorpi, s/d). Na base dessa perspectiva, a diferenciação de dependência pode ser colocando no assunto da economia, política e militar de forma contínua.

Entretanto, o padrão de amizade e inimizade pode ser considerado como fatores que explicam porque certas dependências da energia podem ser politizadas ou securitizadas embora outras não. O exemplo mais simples, em muitos casos, é os Estados, com boa relação de dependência de 30% dos recursos de energia de países vizinhos. (Polinkorpi, s/d). Já os países com relação opostora têm 10% da dependência da energia dos países vizinhos como uma ameaça muito grave à segurança nacional. Significa que, a dependência energética é politizada ou securitizada se está existe controvérsias ou conflitos de inimizade entre estados, e essas percepções podem ser consideradas como raízes que se transformam numa dependência de dependência energética negativa (Polinkorpi, s/d).

Em suma, a securitização é um ato construído por uma comunidade política para tratar uma situação ameaçada. A parte mais essencial é a identificação de uma ameaça por parte de

autoridades ou de atores securitizadores. O ato lançado pelo autor da securitização é erigido através de discursos utilizam uma gramática específica para justificar as medidas urgentes excepcionais para lidar com as ameaças. Os discursos são necessariamente emitidos para atingir os públicos-alvo que são capazes de compreender cada gramática emitida pelo ator que fez um discurso.

A securitização é o resultado de interpretação de uma situação ameaçada, ao longo da história, as ameaças aconteceram por intervenção de um estado no território de outro país mediante o objetivo de expansão do seu território ou de dominação dos recursos naturais. Implica que cada país assegure a sua soberania em relação a outro Estado ou a outro país. A estratégia utilizada predominante é a aproximação tradicional e multissetorial.

A segurança de aproximação tradicional, nesta perspectiva concentra-se no uso de força militar ou de "hard approach" que envolve a guerra. Portanto, a segurança de aproximações multissetoriais, entende-se, "soft approach", não é necessário que utilize a força militar para solucionar os conflitos, enquanto isso, amizade ou inimizade aproximam-se de interesses mútuos ou seja de cooperação e de diplomacia política.

Reconhecesse que, esta dissertação é focada na securitização de energia, por sequente, aplica-se, a segurança energética como parte integrante da segurança de aproximação multissetorial. Adota-se, o fornecimento de energia ao preço razoável e acessíveis como foca primária dos estados no mundo na procura do recurso energético de hidrocarbonetos. A distribuição não igual de um país ao outro coloca-se este recurso de energia mais procurado no mundo contemporâneo. Os esforços de dominar ou de ganhar garantem o fornecimento de energia nacional de cada país, não se descarta, muitas vezes torna-se competição e conflitualidade até a guerra entre países estão em conflito. Os atos da securitização, nestas circunstâncias são lançados para proteger os interesses nacionais de cada país. Ao fim, os conflitos solucionam-se de forma *soft approaches* na criação de uma cooperação ou diplomacia que se baseia em interesses mútuos.

CAPÍTULO II. A POLÍTICA ENERGÉTICA DE TIMOR-LESTE

Geograficamente, Timor-Leste situa-se no arquipélago de Sonda, entre a Indonésia e a Austrália, na zona intertropical. Timor é uma ilha de formação geológica relativamente recente, onde a erosão não completou ainda a sua ação niveladora. Por isso, é muito acidentada, encontrando-se os picos mais altos na parte ocidental do território, onde se verifica a existência de um dorso central orientado para leste (BNU, 1968).

O território de Timor Leste é constituído por parcelas territoriais da ilha de Oe-cusse, encravado em território indonésio; pela ilha de Ataúro e pelo ilhéu de Jaco. A parcela territorial mais importante tem por limites, a norte, leste e sul, o Oceano Índico e, a Oeste, as fronteiras terrestres (202 km) com a metade ocidental da ilha de Timor. Timor Ocidental e Timor-Leste foram separados através da convenção "luso - holandesa", a 1 de outubro de 1904, que foi reforçada pela sentença arbitral de 25 de junho de 1914. Esta separação coloca Timor-Leste sob o domínio de Portugal, enquanto Timor Ocidental sob o domínio holandês, que, em seguida, ficou conhecido como a República Unitária da Indonésia (BNU, 1968; Waldman 2003:3).

A superfície total de território é de 14 925 km², representando pouco menos de um sexto do território metropolitano. O comprimento máximo, em território, é de 270 km, e largura máxima é de 75 km. O país é dividido em 13 distritos, com o total de habitantes de, aproximadamente, 1,2 milhões, os quais estão espalhados pelas aldeias de todo o território de Timor-Leste.

Geopoliticamente, o desenvolvimento económico e político deste novo país é fortemente influenciado por dois grandes países, nomeadamente a Indonésia e a Austrália. Além de terem uma área muito ampla, estes países também têm uma grande influência económica e política no cenário internacional (Waldman 2003:2)

A maioria da população (90%) é constituída por agricultores, sendo a principal produção agrícola o café, o arroz, o milho, os legumes e as batatas. Economicamente, o país tem muita potencialidade de recursos naturais, particularmente de petróleo e de gás. Por isso, 90% do PIB do país vem da exportação desses recursos e da taxa de exploração de hidrocarbonetos, no mar de Timor. Apenas 5-10% do rendimento vem da agricultura e das taxas de outras atividades económicas (PNUD, 2011).

A história de Timor-Leste pode ser ilustrada através da presença de três países, o que é muito importante e, por isso, deve ser realçado. Este país, que corresponde a metade da ilha, esteve sob colonização portuguesa cerca de 450 anos. A presença portuguesa foi interrompida pela Segunda Guerra Mundial e, durante os anos de 1942-1945, o país esteve sob o regime

militar do Japão. Portugal voltou a assumir a governação após o final da Segunda Guerra Mundial em 1945 até 1975 (CRS, 2009:7; Newpert e Lopes 2006:5).

A maioria do povo de Timor-Leste decidiu pela independência, através do referendo organizado pela ONU, em Agosto de 1999. Desde então, mais concretamente a partir de 04 de setembro de 1999, até 19 de maio de 2002, Timor-Leste esteve controlado diretamente pela Administração Transitória das Nações Unidas. O povo de Timor-Leste comemorou a sua independência a 20 de Maio de 2002. A partir desta data, Timor-Leste tornou-se um Estado-nação soberano (CRS, 2009; Newpert e Lopes 2006).

II.1. A situação energética em Timor

Timor-Leste é um país abençoado com recursos naturais abundantes, em particular recursos energéticos. Há uma grande quantidade de conteúdo da energia potencial que pode ser utilizada de forma eficiente para melhorar a economia e a renda nacional do país (Oficina primeiro Ministro, 2011:4). Por isso, a energia é uma necessidade primária de cada morador, negociantes, industriais e do Estado. Portanto, a disponibilidade dos recursos energéticos adequados poderia aumentar a receita *per capita* do povo e do país no presente e no futuro (May, 1998:1).

Embora conhecido como um país que tem riqueza de energia de hidrocarbonetos abundantes, não garante um fornecimento de energia de forma sustentável a nível nacional. A situação energética de Timor-Leste não reflete a sua posição como país exportador de energia fóssil. A falta de fornecimento da energia coloca esta pequena ilha conhecida como país pobre em fornecimento da energia. A situação de pobreza de fornecimento de energia foi sofrida pelos timorenses a partir da colonização portuguesa, passando pela ocupação da Indonésia até à restauração da independência em 20 de Maio de 2002. (Governo Timor Leste, 2006:vi; Pereira, 2011b).

O Governo Português estabeleceu, em 1968, centros hidroenergéticos, em vários distritos, com uma força total de 700 kw. O gás natural e o petróleo foram encontrados em algumas áreas do Timor Português nomeadamente Manatuto, Viqueque, Suai e vários outros locais (BNU, 1968: 17e 35). A localização geográfica, incluindo os seus potenciais recursos naturais é demonstrada no mapa seguinte:

Uma grande proporção da população vive em áreas escassamente povoadas, montanhas escarpadas onde se torna extremamente difícil e oneroso a conexão à rede nacional. Consequentemente, apenas uma em cada cinco casas estão conectadas à rede elétrica e a maioria delas estão localizadas em áreas urbanas. Os serviços de eletricidade são muito mais limitados em regiões rurais e montanhosas - menos de 10% das famílias têm de acesso à eletricidade (ADB, 2004:10). De referir que não há ligação entre a rede de Díli e redes menores localizadas nas capitais de distrito e áreas rurais. Embora Timor-Leste tenha ricas jazidas de petróleo e gás natural na sua costa que estão a ser exploradas, o país depende totalmente da importação de gasolina, diesel, LPG e querosene a preços de mercado globais para satisfazer suas necessidades de combustíveis fósseis (Loy & Correia, 2008:11)

O povo tem expectativas relativamente à melhoria do fornecimento energético, mas essa realidade ainda está muito distante. No contexto nacional, o fornecimento de energia elétrica 24 horas por dia só existe em Díli com a procura 12.5 MW e Baucau 18 horas, embora com uma alta taxa de falhas principalmente no horário noturno. Os medidores instalados em ambas as cidades são na maioria dos casos ignorados, levando a uma taxa substancial de furtos de energia elétrica e uma baixa cobertura de reembolso de custos (ADB, 2004:9).

Assim a eletrificação atual das famílias rurais fora de Díli e Baucau é extremamente baixa, com menos de 10% ligados a redes locais que atendem a população de cerca de 272 aldeias em cerca de 50 sucos (de um total de 442) com potência de cerca de 6 horas por noite (ADB, 2004:10; Moss e McGann, 2011:12). Apenas em alguns sucos de todas as aldeias são eletrificadas, o que não significa necessariamente que todos os clientes potenciais estão conectados à rede. Com base em dados do Censo Demográfico de 2004 e de conectividade à rede baseado em fornecimento de eletricidade, estimava-se que em (2008) pelo menos 185.000 famílias não tinha acesso à eletricidade, exceto através do uso de baterias, lenhas e outros recursos.

O acesso à eletricidade é praticamente desconhecido em grandes áreas do país. As redes isoladas com gerador a diesel só podem ser operadas durante a noite, enquanto o preço elevado para derivados de petróleo importados e o baixo poder aquisitivo da população requer amplos subsídios estatais (ADB, 2004:8). Apesar do facto de Timor-Leste se ter transformado num país exportador de petróleo e ter um potencial significativo de fontes de energia renováveis, na prática esse recursos alternativos ainda não estão bem explorados para fornecer a energia do país.

O país depende de uma mistura de combustíveis importados para gerar eletricidade, posteriormente, levando a preços muito caros por MW. Embora os serviços de energia elétrica em áreas urbanas, especialmente em Díli, sejam relativamente bons quando comparados com o

resto do país, interrupções frequentes permanecem. Em contraste, a maioria da população rural não tem acesso à eletricidade, e confiam no combustível de madeira, velas, baterias, talvez um sistema de energia solar e um pequeno gerador para atender as necessidades de energia (ADB, 2009:4).

A fonte de eletricidade rural é agora constituída por 58 redes isoladas, 11 ao nível distrital e 47 no sob nível distrital. Estas redes estão equipadas com geradores a diesel, mas algumas não se encontram operacionais, devido à falta de combustível, de manutenção ou ao vandalismo. A maioria das plantas diesel está agora sob a gestão da EDTL. (ABD, 4004:3).

Com tarifas de energia elétrica nas áreas rurais tão baixas quanto 2,25 EUA \$ por mês para uma conexão de 2 amperes (taxa fixa universal), a taxa de cobertura dos custos (só relacionado com o combustível e operação regular) está na faixa de 5%, levando a um crescente fardo para o orçamento do Estado (Juvenal, entrevista, 2012). A maioria dos geradores a diesel tem uma eficiência baixa, trabalhando não a plena carga durante a maior parte do tempo, em parte devido à capacidade de grandes dimensões e um menor número de conexões do que o inicialmente previsto (UNDP 2010,12).

II.1.1. A procura de energia

A energia é um fator fundamental e determinante no desenvolvimento das sociedades, com forte impacto nas vertentes económicas, social, política e ambiental. Ao nível da economia, a energia tem um *input* na maioria das transações económicas e na produção industrial, constituindo o seu custo um fator fundamental para a competitividade dos vários países e para a localização de novas unidades de produção e geração de riqueza. Adicionalmente, a existência de recursos energéticos petrolíferos pode financiar o investimento em infraestruturas e promover o desenvolvimento do país (Recurso Naturais, 2012).

Ao nível político, a elevada e contínua dependência dos recursos fósseis e a sua distribuição desigual entre países, fazem com que o acesso a recursos energéticos seja um fator de segurança de cada país e a projeção ao nível internacional (Tonnesson e Kolas, 2010:8; Vivoda, 2010:1). O abastecimento de energia adequado e de fácil acesso pode facilitar o cumprimento das metas nacionais de desenvolvimento.

Sem acesso a um fornecimento energético confiável e acessível, as pessoas vão lutar para atender às necessidades básicas para a saúde e bem-estar, tais como o aquecimento ou refrigeração, iluminação, confeção de alimentos e higiene. Dentro do contexto de países em desenvolvimento, os governos devem procurar garantir o acesso a um fornecimento confiável e

acessível de energia moderna, tal como a energia elétrica, juntamente com os combustíveis líquidos, tais como querosene e GLP, como substituto para os combustíveis de biomassa. Tal é essencial para a redução da pobreza e para a promoção da saúde e bem-estar (Moss e McGann, 2011:10; Entrevista Monteiro, 2012).

Os recursos energéticos constituem um fator determinante para a vida dos cidadãos e para a economia de um país. A necessidade de fornecimento de energia de cada país estará crescendo juntamente com o crescimento populacional, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Nos países em desenvolvimento, o crescimento demográfico implica o aumento das necessidades diárias de energia (UN-ESCAP, 2008:11).

O *Asian Development Bank* (ADB, 2009:XIII) indicou que a procura da energia no Sudeste Asiático vai crescer anualmente 2.8% com a procura da energia primária entre 492.1 MTOE em 2005 a 988.2 MTOE em 2030. O tipo da energia mais procurado é a energia elétrica com um total até 60% do consumo energético. Portanto, o progresso económico, científico e tecnológico exige energia suficiente para mover o equipamento de tecnologia, incluindo equipamentos militares e industriais, transporte e necessidades domésticas.

A população de Timor-Leste vai aumentar para cerca de 1,5 milhões, de acordo com cenários estabelecidos nas Projeções de População 2004-2050, com base no censo de 2004. Com o tamanho médio das famílias a permanecer inalterado, com 4,7 pessoas (como em 2004), o número de famílias passará de 225,000 no início de 2008 para 320,000 em 2020. Assumindo que a relação atual de cerca de 80:20 rural para população urbana permanecerá inalterada, cerca de 256,000 residências estarão localizadas em áreas rurais em 2020 (Moss e McGann, 2011:12).

O crescimento populacional vai impulsionar a procura por fontes de energia. Presentemente o fornecimento e comercialização da energia de GLP ainda não é garantida pelo Estado no mercado nacional. A possibilidade de comercialização de GLP subsidiado em 2025 para atender às necessidades do público pode chegar a 75 mil toneladas por ano. Este montante será alcançado pelo governo após a mini - refinaria instalada em 2015 e 2020, o ano da culminação da produção de GLP doméstico (Master plan, 2011: 13). A procura dos produtos energéticos em Timor-Leste descritos nesta secção inclui apenas a procura de energia a partir do ano 2005-2030. Esta tabela não inclui a demanda por GLP como um substituto para a lenha.

Previsão global da procura de energia em Timor-Leste

Tabela1: A previsão da procura de produção

Procura de Energia		2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2020	2025	2030
LPG	KT/A	0.9	1.0	1.1	1.1	1.1	1.2	1.2	60.7	75.25	82.1
Gasolina	B/D	279	475	508	547	593	644	702	1103	1776	2758
Querosene / Jet	B/D	3	7	16	28	43	62	84	273	589	850
Diesel	B/D	36	76	89	103	118	135	154	272	430	621
Fuel Oil	B/D	0	430	1008	1173	1355	1555	1772	740	0	0

Fonte: Plano Mestre do Governo de Timor-Leste, 2011

A procura de energia em Timor-Leste é dominada por dois grupos de energia. Desde 2005, a gasolina é o combustível dos mais procurados, com uma quantidade de barris 279 por dia. Este número vai continuar a crescer, até o ano de 2030 vai chegar a 1.776 barris por dia. No geral, a procura total de combustível por dia, em 2025, pode chegar a 2800 barris por dia. Enquanto isso, quando perseguido GLP como combustível para substituir a lenha, então a procura chegará a 7.500 toneladas por ano. A procura de energia elétrica tem uma parte de sua própria e deve ser especificamente regulamentada, para gerar energia elétrica necessária para o fornecimento de combustível adequado e sustentável (Governo Timor-Leste, 2011).

A carga total da energia elétrica em Timor equivale a menos de 50 mega watts (MW) (Banco Mundial, 2010: 2). Esta procura é atendida através de uma planta de diesel 19MW que serve 26.500 utentes em Díli e cerca de 60 ou menos isolados em redes alimentadas por geradores a diesel com capacidade de geração total de cerca de 16MW. Algumas destas redes isoladas não são mais operacionais, como resultado de vandalismo, ou de ter caído em estado de abandono. A 10MW ainda é fornecida aos grandes consumidores que utilizam geradores a diesel (Loy& Correia 2008: 12). A procura da energia vem de diferentes setores nomeadamente indústria, transportes, serviços e doméstico. O problema primário é a falta de infraestruturas de alta energia. Esta situação mantém a pobreza da energia na agenda de desenvolvimento.

II.1.1.1. Indústria

A indústria é a espinha dorsal do desenvolvimento de um país. A maioria dos países de rendimento nacional *por capita* depende do desenvolvimento industrial. A contribuição do setor industrial para o crescimento e desenvolvimento do país é essencial. Os países que têm uma

ampla gama de indústrias para a produção de bens e serviços têm muitas oportunidades para estimular rapidamente o crescimento económico e o desenvolvimento da nação (Oficina Timor Gap, 2012).

Tecnicamente, o progresso do setor industrial depende de uma certa quantidade de energia ou combustível. A energia necessária para a indústria depende da quantidade de produção a ser alcançada. A procura de combustível de cada instrumento produtor pode variar, dependendo da capacidade de produção. A alta produtividade do setor industrial está relacionada com a quantidade de combustível disponível (Governo Timor-Leste, 2011). O consumo de energia no setor industrial, em geral, depende da energia a diesel. Os países da Ásia usam cerca de 40 milhões de barris de combustível de diesel para executar o setor industrial. Sob as mesmas hipóteses, o governo prevê que a procura de energia no setor industrial em Timor-Leste em 2009 cresceu cerca de 65 mil barris por dia. Segundo a projeção, em 2020, a procura continuará a crescer para 270 mil barris por dia. Após 2020, o consumo de energia diesel pelos setores industriais deverá reduzir pela substituição de gás (Governo Timor-Leste, 2011).

Timor-Leste tem perspectivado usar o financiamento fornecido pelo Bayu Undang para estimular o setor industrial. Este objetivo consta do Plano de Estratégia de Desenvolvimento (PED). A indústria é um setor que poderá fornecer um contributo significativo para o rendimento nacional, logo a seguir ao petróleo. Na realidade, o país, presentemente, quase não tem indústria (Lao Hamutuk 2012:4).

As receitas nacionais resultam sobretudo da exploração de petróleo no Mar de Timor. A energia é central para a promoção do setor industrial em Timor-Leste. A menor oferta da energia do país dificulta os empreendedores nacionais e internacionais que estão interessados em investir no setor industrial. A procura de energia no setor industrial não depende apenas do setor elétrico. Há outras fontes energéticas que devem ser consideradas tais como: óleo, gasolina, diesel, gás, querosene (UNDP, 2011: 8).

II.1.1.2. Transportes

O sector dos transportes é uma fonte muito apropriada para acelerar a mudança social e o crescimento económico. Investir na área de transportes seria muito benéfico, dado que o desenvolvimento das infraestruturas adequadas facilita a circulação de bens e pessoas. As comunidades rurais poderiam desta forma aumentar as suas receitas graças à comercialização de produtos agrícolas quer nos mercados local e nacional, bem como no mercado internacional, mercado nacional e internacionais.

O Banco Mundial e a ADB (2007:65) salientaram que há constrangimentos ao transporte terrestre de distrito para distrito. As condições das estradas são muito precárias, especialmente durante a estação das chuvas, o que limita a mobilidade das pessoas. Além das estradas danificadas, os preços do combustível são muito elevados (Banco Mundial e ADB 2007). O presidente da Autoridade Nacional do Petróleo observou que um dos principais fatores limitadores prende-se com o facto de não haver uma empresa estatal que forneça combustível para as necessidades do país. O fornecimento de combustível é altamente dependente de importações, sendo estas dominadas pelas empresas de petróleo da Indonésia. O governo, através do Ministério da Indústria e Comércio, tem a função de fornecer uma licença de negócio, mas não tem controlo sobre as vendas de combustível (Entrevista, Diretor ANP: 2012).

A necessidade de combustível para veículos como motos e carros em Timor-Leste é muito elevada. O plano mestre do governo timorense estima que anualmente o setor de transporte consome 46,4 milhões de litros ou cerca de 600 barris por dia (Governo Timor-Leste, 2011, 12). Em geral, a procura da energia do petróleo derivado de transportes dos oficiais de Estados e de transporte privadas ou individuais. Portanto, ainda não existe transporte público do Estado ou de companhias para atender necessidades públicas. Há transporte público de pessoas, tais como táxis, autocarro que operam na cidade de Díli, e transporte de passageiros entre o distrito e a cidade de Díli.

O transporte terrestre que recebe o subsídio total para combustível aplica-se aos veículos de propriedade dos órgãos executivos, judiciário, legislativo e presidencial e de outras instituições estatais. Na prática, o estudo da AUSAid na Ásia Pacífico indica que o governo de Timor-Leste enfrenta muitas dificuldades em regular os preços dos combustíveis (Hook, 2009:2). O desafio a ser enfrentado é o equilíbrio entre o crescimento populacional e o aumento dos veículos particulares ou públicos. A procura projetada para o combustível no setor de transportes até 2020 é de 1, 150 barris por dia (Governo Timor-Leste, 2011).

Os preços do petróleo e do gás estão constantemente a aumentar o que torna difícil a satisfação das necessidades de transporte privado por parte dos proprietários de veículos. Isto significa que, o aumento da procura de energia no setor de transportes em geral é afetado pelo crescimento populacional e da economia. A capacidade do público na aquisição de transporte traz o esforço significativo ao governo na manutenção de segurança da energia (May, 1989:5). A lotação do público nas compras dos veículos impõe umas políticas públicas no setor da energia. No entanto, a política energética mais viável e alcançada é a distribuição da energia de forma adequada com preço acessível a todos os níveis da economia do público. (Tonnesson e Kolas, 2010:8).

II.1.1.3. Serviços

Os serviços têm contribuído significativamente para o rendimento anual do país. A receita deste setor em 2005-2008 evidencia uma forte melhoria. Este setor contribuiu de forma muito expressiva para a receita da economia nacional do país vem de setor não petrolífero. A sua contribuição cresce de 53,0% a 58,2 %. Este total de contributo, em grande parte vem da presença da ONU com total de 5,1% que subiu para 11,7%. Entretanto, os funcionários públicos, Policia Nacional e Forças Defesa Timor-Leste colaboram no total 35,7% do PIB do Estado timorense. Esta contribuição coloca os serviços como um dos pilares (de um setor não petrolífero do rendimento do estado (AICEP 2010:25-26).

Timor-Leste é classificado como um país de rendimento médio. A implementação do Timor Gap deu um impacto muito positivo para o crescimento económico nacional. No entanto, a dependência da exploração de petróleo do fundo do mar de Timor não é uma alternativa permanente (Gabinete PM, 2010:10). A contribuição do setor não petrolífero, em crescimento constante, poderá constituir uma oportunidade para o desenvolvimento nacional.

O PED de Timor-Leste declarou que o plano de desenvolvimento de longo prazo deve ser conduzido por todos os setores de forma contínua. O Governo vai criar um período de transição, onde, em um determinado momento, o governo deve afastar-se da dependência da exploração do Mar de Timor. Neste caso, considera que o setor de serviços são uma alternativa que virá fortemente a contribuir para a renda nacional do Estado. A intenção do governo é incentivar o crescimento económico e desenvolvimento do país. Com o objetivo de erradicar a pobreza sofrida pelo povo e pela nação de Timor-Leste. Na realidade, a execução de um plano nem sempre atinge uma boa finalidade, o sucesso de parte do governo muitas das vezes é diferente das leituras das sociedades civis (Gabinete PM, 2010: Pires, 2011).

Segundo as organizações da sociedade civil, Lao Hamutuk e Luta Hamutuk, o impacto negativo da política do governo de oferecer veículo estatal aos oficiais do Estado que tendencialmente aumentam ano após ano traz um enorme gasto de combustíveis sem um retorno ao cofre do Estado. A contabilidade das receitas do Estado vem do setor dos serviços calculado pelo governo e não reflete o total de custo alocado anualmente neste setor (entrevista, Joãozito e Charlie, 2012).

Nesta perspetiva, a sociedade civil observou que esta ação é um desperdício das finanças do estado. Os preços dos combustíveis tendem a aumentar constantemente o que afeta os preços dos combustíveis ao nível nacional. Os preços elevados dos combustíveis implicam um aumento das despesas associadas às necessidades de transporte do governo. Esta observação

requer uma política adequada para evitar o uso das finanças estaduais para atividades que não são rentáveis de uma forma sustentável no setor de serviços (Lao Hamutuk, 2012).

II.1.1.4.Doméstica

O setor de energia é determinante para as necessidades domésticas. O acesso à energia traz benefícios sociais relevantes. Em termos de habitação, a energia pode ser usada para iluminação, ventilação, televisores, computadores, rádios, telefones, e ainda eletrodomésticos. Os benefícios diretos da energia passam pelo aumento de horas úteis o que permite às crianças ler ou estudar até mais tarde, com óbvios impactos na educação e nas condições de vida (SEPE, 2012). A utilização da energia facilita as tarefas domésticas incluindo a conservação adequada de alimentos o que representa uma substancial melhoria no nível e condições de vida da população. O acesso a computadores, rádios, telefones e televisão facilita o acesso à informação (SEPE, 2012).

O uso de energia no setor doméstico permitirá o desenvolvimento de processos mais produtivos. O crescimento dos negócios ou das agriculturas vai também refletir-se no crescimento da procura de energia, criando um ciclo lucrativo tanto para as populações rurais como urbanas levando ao crescimento económico (Gunatilake, 2011:4).

Embora seja amplamente conhecido como um dos países produtores e exportadores do petróleo e gás, o Estado de Timor-Leste ainda depende dos combustíveis importados. Os dados de companhia pública (Timor Gap) divulga que as defesas de combustível de Timor só podem existir durante três dias. A grande quantidade dessas energias, estima-se 75% do total consumido pelo gerador diesel de rede da elétrica local e nacionais. O que significa que sem os combustíveis importados o fornecimento da energia elétrica no setor doméstico não vai funcionar. A energia elétrica de Timor-Leste é fortemente dependente do combustível convencional. A falta de recursos humanos e infraestruturas de refinarias da produção de petróleos e de gás coloca o Estado numa situação em que não é capaz de produzir a energia para atender as necessidades públicas do país (Pires, entrevista: 2012).

Do ponto de vista da geologia, o Timor Gap poderia fornecer energia abundante para responder às necessidades do setor doméstico. A produção de petróleo em 2005 foi de 94,429 barris/dia, este número aumentou substancialmente em 2009, com o valor de 96,27 mil barris/dia, e em 2010 o número de produção diminuiu para 94.470 barris de petróleo bruto por dia. Devido à indisponibilidade de infraestruturas de refinaria, todas as formas de combustível, tais como gasolina, diesel, combustível de aviação e querosene têm de ser importadas. O insuficiente abastecimento de energia é o principal obstáculo para ao avanço da produtividade do setor doméstico (SERN, 2012:1).

Muitos estudiosos têm observado que a capacidade do setor doméstico em satisfazer as necessidades de energia moderna é muito escassa. Os preços de GLP são suscetíveis de ser elevados, não podendo ser suportados pela maioria das pessoas. O GLP, sem subsídios governamentais, é vendido no mercado a um preço de \$30-40 por 15 kg. Um preço que está longe do poder de compra de comunidades de baixo rendimento. Como resultado, a maioria dos agregados utilizam a lenha para confeccionar os alimentos. Portanto, a capacidade da comunidade para atender às necessidades domésticas de GLP dependerá da política do governo (Governo Timor-Leste, 2010,13).

II.2. A oferta da energia

Para alcançar as metas do IV governo constitucional no fornecimento energia às populações, o governo planeia adotar várias fontes de energia locais e nacionais através da adoção de mecanismos e de tipos de energia que na prática podem ser usadas pelas próprias comunidades e instituição do Estado (Gabinete PM, 2010:15). A fim de alcançar a igualdade no fornecimento de energia, o Estado está a desenvolver vários tipos de instrumentos que são considerados mais simples e acessíveis.

O governo de Timor-Leste está a desenvolver energia convencional e energias alternativas para atender às necessidades do país (ADB, 2004:11). Ao mesmo tempo, o governo está a negociar com a Austrália e outros empresários de petróleo do mundo para procurar e explorar a riqueza da energia contida no fundo do mar e no continente de Timor (ADB, 2009:176). Para atender às necessidades das energias, o governo desenvolveu uma política energética nacional que se baseia na energia elétrica, energia convencional e energias renováveis. As principais fontes utilizadas são o óleo pesado ou seja fontes de energia fósseis (petróleos, gás e carvão), e energias renováveis tais como a hídrica e a eólica (Gabinete PM, 2011:89).

II.2.1. Energia elétrica nacional

A eletricidade é um bem peculiar que exige um entendimento diferente e avaliação de outros bens e serviços privados. A eletricidade é necessária para uma série de atividades económicas e não económicas, que vão desde cozinhar, aparelhos domésticos de alimentação, ao apoio de estruturas de educação, saúde e alimentação (Gabinete PM, 2010:89). Esses usos económicos, sociais e comunitários podem reduzir a pobreza e melhorar os padrões e a qualidade da vida (Hook, 2009:7).

A gama de opções energéticas disponíveis para satisfazer as necessidades de energia em Timor-Leste inclui a extensão da rede nacional usando óleo diesel e óleo pesado. O governo

timorense está a planear implementar um investimento em larga escala em infraestruturas de energia (Gabinete PM, 2010: 20).

O desenvolvimento de um sistema de energia elétrica integrado pode proporcionar um excelente impacto para o desenvolvimento da segurança de energia no presente, a médio e longo prazo (ADB, 2009:175). A energia sustentável é indicada pela capacidade de se autofinanciar. Além do autofinanciamento, seria muito mais eficiente e eficaz se a energia elétrica proporcionasse receitas para o Estado. A receita derivada de impostos sobre a energia poderia ser usada para financiar o desenvolvimento nacional e fornecer combustíveis para o público em geral, tais como querosene, gás, diesel, gasolina (Viana, entrevista: 2012).

Em outubro de 2008, o governo assinou um contrato com a *Nuclear Industry Company chinesa Construção 22 (CNI22)* para construir duas centrais adicionais, bem como tanques de petróleo em Hera, no norte do país e dez subestações novas, juntamente com mais de 600 km de linhas de distribuição de alta tensão (Guimaraes, 2012:10). Originalmente foi planeado que essas novas centrais seriam funcionar durante 20 anos e executar pelos geradores de China, com o combustível primário é de óleo pesado.

Entretanto, essas plantas deverão ter saídas brutas de 120MW em Hera, distrito de Díli e 135MW em Betano, distrito de Manufahi, respetivamente, o que aumentará a capacidade da rede nacional de geração em cerca de 400%. Este projeto foi inaugurado no mês de Dezembro de 2011. Estima – se o desenvolvimento de energia elétrica com combustível óleo pesado que possa atender às necessidades de energia nos próximos 20 anos de acordo com a previsão de crescimento da população (Guimaraes,2010:4; Moss e McGann 2011: 5).

Isto significa que o desenvolvimento do setor energético irá criar e manter o fornecimento de energia confiável e acessível atendendo as necessidades da população e apoiando a produtividade económica e qualidade de vida em Timor-Leste. Os fornecimentos serão desenvolvidos para alcançar os menores custos possíveis e longo prazo (ADB, 2001,17). A construção da central enquadra-se na política que visa atingir as metas nacionais definidas no PED de modo a que, antes do ano 2020, a maioria da população possa ter acesso a eletricidade (Gabinete PM, 2011).

No entanto, a procura nacional de energia, com base no plano de médio prazo, o governo de Timor-Leste tem vindo a construir gradualmente a central de geração de energia elétrica (ADB, 2004:6). Em 2009, instalou 132 giga watts por hora de energia elétrica com capacidade de carga média de 15 MW. A oferta de energia elétrica contínua a aumentar, tendo o governo instalado em 2010/2011 uma nova capacidade, com média de produção de energia elétrica disponível de 15 MW. Todas as instalações têm contribuído para aumentar a capacidade

de ofertas de energia elétrica, ainda que persistam falhas em algumas noites. É necessário continuar a aumentar a capacidade de oferecer energia elétrica para responder às necessidades da sociedade e garantir o desenvolvimento sustentável (Gabinete PM, 2011:25).

O crescimento demográfico vai aumentar as necessidades de energia. A energia não é utilizada apenas para as necessidades domésticas. O crescimento tecnológico também estimula os governos e as entidades privadas a oferecerem energia na forma adequada (Gunatilake, 2011:4-8).

Em matéria da política energética, o governo está empenhado em melhorar a nova instalação de 40 MW. Isto pode, pelo menos, reduzir a quantidade de perturbação da energia elétrica causada pela falta de combustíveis. Segundo os dados oficiais sobre a energia elétrica, em 2011 havia cerca de 30 MW instalados, em 2012, 35MW, prevendo-se cerca de 40 MW em 2013. O número dessas instalações pode estimular uma oferta permanente. Até 2020, o governo vai instalar cerca de 200 MW para atender as necessidades domésticas e dos sectores da indústria, transporte, serviços e outros cujo crescimento depende do fornecimento de energia elétrica (Governo Timor-Leste, 2011:25).

II.2.2. Energias convencionais

As fontes de energia convencional são aquelas que se encontram na natureza em quantidades limitadas e se extinguem com a sua utilização. Uma vez esgotadas, as reservas não podem ser regeneradas. Geralmente, as fontes de energia não renováveis são denominadas fontes de energia convencionais, uma vez que o sistema energético atual assenta na utilização dos combustíveis fósseis, a sua existência está localizada no fundo do mar (Hirsch, Bezdek e Wendling, 2005:27).

Os recursos energéticos convencionais de Timor-Leste, ambos localizados no fundo do mar e na terra, foram reconhecidos desde o período da colonização portuguesa (BNU, 1968: 53). Embora tenham sido identificados há muito tempo, apenas nas últimas décadas é que efetivamente foram explorados. Os recursos energéticos que têm sido explorados são principalmente os recursos contidos na fronteira marítima entre Timor-Leste e a Austrália. Para estes recursos, localizados no continente em vários novos locais, foi realizado um estudo de viabilidade (Symon, 2001:2).

Inicialmente, procedeu-se à exploração de fontes de energia terrestres, através dos usos de tecnologia de perfuração simples. Este esforço é um projeto-piloto que ainda não foi generalizado para atender às necessidades nacionais de energia ou para atender às necessidades

da catividade económica nacional (Bezdek e Wendling, 2005:13). O processamento prioritário é mais dirigido aos recursos energéticos que foram reconhecidos em grandes quantidades em vários locais no mar de Timor.

A disponibilidade de recursos energéticos fósseis é vital para a necessidade mundial de fornecimento de energia. O desenvolvimento da indústria e da economia mundial no momento e nos próximos 30 anos é largamente determinado pelos combustíveis fósseis. Por isso esta possibilidade não pode ser rejeitada, uma vez que as reservas de petróleo do mundo são cada vez mais limitadas e se houver mais reservas para explorar, mais rigoroso e competitivo se torna o mercado (Mitchell e Stevens, 2008:18 e 27).

O estudo da ADB feito no Pacífico acrescenta que os recursos naturais abundantes, especialmente os que produzem energias, são uma bênção para o país que os possui. Através do processamento dos recursos energéticos pode ser, efetivamente, realizada uma contribuição muito significativa para o crescimento económico e para o desenvolvimento nacional, bem como para a garantia de segurança energética nacional (ADB, 2009:9). Existem diferentes tipos de recursos energéticos que podem ser encontrados em Timor-Leste para atender às necessidades da comunidade. A capacidade para responder às necessidades dependerá da experiência dos recursos humanos do país, que deverão saber aquilo que é suficiente para garantir o bem-estar do povo e do país.

Foram encontrados vários tipos de recursos energéticos, os quais estão espalhados por todo o território. As principais fontes das energias fósseis são geologicamente classificadas em duas partes principais, de acordo com o local de descoberta desses recursos. Com base na localização de fontes de energia, as energias fósseis estão contidas no fundo do mar de Timor-Leste, ou chamado "*offshore*", ou no território, no "*onshore*" (Luta Hamutuk, 2008:2).

A energia fóssil é o resultado de uma decomposição muito lenta de plantas, animais ou materiais orgânicos que estão enterrados no solo ou no umbigo da terra, onde a transformação é feita ao longo de milhões de anos e, eventualmente transformada em energia na forma de carvão, petróleo e gás natural. Devido ao seu processo de formação existe um período muito longo de tempo que é chamado de energia não renovável ou energias fósseis (CRS, 2011:4).

Existem vários tipos de combustíveis fósseis, nomeadamente gás natural, petróleo, carvão, urânio, entre outros. Esta secção irá descrever três combustíveis fósseis que têm maior potencial em Timor-Leste, especialmente de gás e petróleo (Banco Mundial, 2007:2). Enquanto o carvão é um combustível fóssil que teria potencial, a verdade é que não foi investigado e desenvolvido de forma económica para atender à procura, e assegurar a energia doméstica.

II.2.2.a. Gás natural

O gás natural acumula-se na cavidade na parte inferior do solo e é formado a partir dos restos de plantas, de gás e de animais que morreram há milhões de anos. O gás é mais leve do que o ar, para gerenciar a sua necessidade de ser perfurado, usando uma bomba para aplicar pressão sobre o furo tão profundo que pode suprimir a libertação de gás. O gás combustível pode ser utilizado, na forma canalizada, para uso doméstico ou gerência na forma LPG, podendo ser exportado para os países consumidores, bem como para atender à demanda doméstica (CRS, 2011:1).

O gás natural é um combustível que é fácil de usar e o impacto negativo sobre o ambiente de vida é bastante baixo. Os combustíveis convencionais podem ser utilizados em vários setores (CRS, 2011:7). A oferta e a procura de gás em Timor-Leste não têm sido uma prioridade do governo. Se houver uma forte procura, o governo irá usar os países da Ásia-Pacífico como uma amostra de comparação (Gabinete PM, 201:13).

O gás natural é esperado ser o segundo componente de maior crescimento do consumo mundial de energia, a seguir ao carvão. O crescimento é projetado em todas as regiões, subindo de 100 triliões de metros cúbicos em 2004 para 163 triliões de pés cúbicos em 2030 (Forbes, 2011:6). Estima-se que a oferta de gás natural na região da Ásia - Pacífico em 2030 aumente para 3,6%, reconhecendo-se que é um combustível fóssil cuja utilização está a crescer rapidamente (Doi, Barcelona, Matsumoto, Kan, Zhang, 2010:13). Apesar do crescimento rápido da sua utilização, a quantidade que pode ser partilhada será muito pequena em comparação com o carvão e óleo.

A maioria das reservas de gás natural do mundo está localizada na Ásia-Pacífico com reservas provadas de 100 triliões de pés cúbicos. Um número que chegou a 55% das reservas totais de petróleo do mundo em 2006 (UN-ESCAP, 2008:30). Alguns países com recursos de combustíveis fósseis estão perto da autossuficiência, enquanto outros, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, são quase 100% dependentes de combustíveis importados.

Timor Leste é um pequeno país que contribui de forma significativa para as reservas de gás do mundo. O total de reservas comprovadas de gás pronto para ser explorado ascendeu a 12 triliões de pés cúbicos (Governo Timor-Leste, 2011). O número de reservas de gás disponíveis excede ofertas nacionais (Pires, entrevista: 2012). Uma vez que o gás não pode ser explorado e refinarias em Timor-Leste a dependência das importações de gás é inevitável. A política energética de Timor Leste visa maximizar a exploração de forma adequada, de modo a incentivar o desenvolvimento em vários setores.

A energia fóssil é um *driver* de atividade económica que poderia permitir um acesso pelo público a preços acessíveis (Plano Mestre, 2011,3). As quantidades de gás são 12 triliões de pés cúbicos, distribuído por vários locais, tais como Bayu Undan um total de 229 milhões de barris de condensado e 175 toneladas de GLP. O Greater Sunrise consiste em condensado: 300 milhões de barris; e de GNL: 177 milhões de toneladas (McKee, 2002:1), enquanto Kitan representa apenas cerca de 68,8 milhões de reservas de gás totais do Timor-Leste (Governo Timor-Leste, 2012:5)

A comercialização alva da GLP de Timor-Leste no mercado regional é destinada aos países ASEAN, especialmente a leste da Indonésia. Enquanto a comercialização internacional inclui o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália, a Índia, os Estados Unidos e outros países cujas empresas estão atualmente a operar no Mar de Timor (Monteiro, entrevista: 2012). Espera-se que os compradores tradicionais, como o Japão e a Coreia do Sul que atualmente adquirem quase 180 milhões de toneladas/ano e 40 milhões de toneladas/ano de capacidade de importação de GNL, continuarão a ser uma força dominante (Wurster e Daniel,2011:13).

Globalmente, a capacidade de produção de gás na forma de GNL/GPL estará disponível a um preço que não é consistente, pois, o fornecimento no mercado é ainda limitado (Wurster e Daniel, 2011:13). Timor Leste vai utilizar a capacidade do gás disponível para as necessidades do público e vendê-los aos mercados internacionais. O gás será um dos elementos mais importantes para a indústria da energia fóssil. As vendas de GNL / GPL vão aumentar as receitas do Estado no setor de petróleo e gás.

II.2.2.b. Petróleo

O petróleo é um combustível fóssil, o qual é formado por uma mistura complexa de hidrocarbonetos. A sua existência encontra-se no solo em estado líquido e está localizado na parte mais profunda do umbigo da terra ou no fundo do mar. É removido através da perfuração e bombeado utilizando uma alta pressão, e com um orifício muito especial no oceano ou através da instalação de uma plataforma especial que permite que o processo de exploração seja realizado (CRS, 2011:1e 7).

Nesta perspetiva, o petróleo desempenha um papel vital no desenvolvimento económico e na estabilidade macroeconómica. O petróleo é a matéria-prima que produz a energia no que toca ao desenvolvimento da indústria petrolífera, predominantemente através de serviços de transporte e de energia elétrica. Por outro lado, o petróleo também afeta o bem-estar geral da comunidade através do preço dos combustíveis para fins domésticos, agrícolas e industriais (ADB, 2009:vi).

O petróleo tem uma história menos equilibrada entre oferta e procura ao longo do tempo, sendo que o consumo tende a exceder a produção no mundo (Wurster e Daniel, 2011:7). Este desequilíbrio tem-se acentuado com o aumento da procura associada ao crescimento económico. A procura de petróleo é geralmente não elástica, tanto no curto como no longo prazo, devido ao fato de que o petróleo tem poucos substitutos prontamente disponíveis (Pardesi e Acharya et al,15)

A oferta de petróleo na Ásia-Pacífico em 2005 demonstrou um aumento bastante elevado, tendo o percentual chegado aos 28,4%. Um número que indica que o nível de partilha entre os países do continente é bastante elevado. No entanto prevê-se um ligeiro declínio até 2030. A oferta média permanecerá segura ao longo do tempo. Apenas pequenas mudanças irão ocorrer em países com baixos níveis de produtividade económica, portanto, a procura de energias alternativas é necessária para aproximar o Estado para satisfazer o seu fornecimento nacional (Doy e Barcelona et al, 2010,12).

As economias dos países em desenvolvimento são mais sensíveis à volatilidade da oferta e dos preços do petróleo. Por isso, é importante que eles desenvolvam medidas de segurança energética que sejam consistentes com as suas circunstâncias e aspirações. As economias precisam de ser mais assertivas, imaginativas e ágeis na gestão do petróleo (APEC, 2003,2; Banco Mundial e ADB, 2007,5).

O potencial petrolífero de Timor-Leste é suficiente para responder às necessidades da população. As reservas de petróleo totais disponíveis para exploração totalizam 800 milhões de barris (Plano Mestre, 2011,3). As reservas de petróleo de Timor-Leste estão disponíveis em vários locais no Mar de Timor. O campo de Bayu-Undan fornece 400 milhões de barris e de Greater Sunrise, 300 milímetros barris petróleo bruto (Symon, 2001:4). Entretanto, os crescimentos de consumo das energias de petrolíferos em Timor-Leste é variável, de ano para ano, as dinâmicas demovem-se concomitantes às percentagens da alteração do consumo na Ásia Oceânia e Mundial.

Tabela 2: Timor-Leste, O consumo total de produtos petrolíferos

Ano	Timor-Leste	Alteração do Porcento	Timor-Leste, o porcento na Ásia e Oceânia	Timor-Leste, no Porcento Mundial
2003	1.880	N/A	0.008%	0.002%
2004	1.977	5.160%	0.008%	0.002%

2005	1.997	1.012%	0.008%	0.002%
2006	2.018	1.052%	0.008%	0.002%
2007	2.205	9.267%	0.009%	0.003%
2008	2.300	4.308%	0.009%	0.003%
2009	2.500	8.696%	0.010%	0.003%

Fonte: Tudorancia Bulletin

O consumo total da produção petrolífera de Timor-Leste varia de ano para ano. A oferta nacional iniciada em 2003 ainda não demonstrava alterações nas percentagens. O valor de consumo cresce moderadamente em 2004 com um total de 1.977, a alteração das percentagens a nível nacional é de 5.160%, enquanto ao nível da Ásia, Oceânia e mundial é de 0,008% e 0,002. O crescimento de consumo nacional aumenta significativamente para 2.205 em 2007 e para 2.500 em 2009. Em termos de alteração das percentagens, nacionalmente aumenta para 9.267% em 2007 e decresce ligeiramente para 4.308% em 2008 e volta a fortificar a sua posição para 8,696% em 2009. Entretanto, a nível da Ásia e Oceânia, a alteração de percentagens continua a manter-se em 0.009% em 2007 até 2008, com um pequeno aumento em 2009 para 0,010%. Noutra parte, a alteração de percentagens mantém-se regularmente em 0,003 a partir de 2007 até 2009, a nível mundial¹. Segundo Lundhal e Sjöholm, o fornecimento de petróleo produzido é traduzido em renda nacional para incentivar o desenvolvimento económico sustentável (Lundhal e Sjöholm, 2006:2).

A dependência económica do país das receitas de petróleo desafiou o governo a tomar medidas adequadas (ANP, 2009:49). A riqueza de hidrocarbonetos de energia em Timor-Leste vai ser utilizada para atender às necessidades de energia e estimular o crescimento económico (Banco Mundial e ABD, 2007,3).

A fim de atender às necessidades energéticas do país, o governo através da sua companhia "Timor Gap", definiu um plano para o futuro. Para atender às necessidades de energia do país, o governo vai alocar uma parte da refinaria de petróleo para satisfazer as necessidades públicas de Timor-Leste. Em termos de ação concreta, "Timor Gap" assinou uma

¹ Bulletin, the Titi Tudorancia.2010."Timor-Leste (East Timor)": *Total Consumption of Petroleum Products*, Global Edition. consulta em 10/03/2013 possível em : http://www.titudorancea.com/z/ies_timor_lesteeast_timor_total_oil_petroleum_products_supply.htm

parceria com a empresa "Pertamina" da Indonésia para o processamento *downstream* em Timor-Leste.

II.2.2.c. Carvão

O carvão é também um combustível fóssil que é constituído por uma substância preta e rígida, como uma pedra. É composto por carbono, hidrogénio, azoto, oxigénio, e quantidades variáveis de enxofre. Entre os vários tipos de carvão, de destacar antracite, carvão e lignite (IEA, 2009:4).

Geologicamente, Timor-Leste é um fragmento do continente, não uma ilha vulcânica (Pederson e Arneberg, 1999: 3). A maior parte da fundação é composta de calcário e outros depósitos sedimentares. Portanto, Ataúro é apenas o Mioceno Plioceno ilha vulcânica (Monteiro e Pinto, 2003:1). A formação da rocha faz com que a ilha de Timor-Leste tenha um potencial mineral excelente para o desenvolvimento da indústria da energia de carvão.

Timor-Leste tem reservas de carvão espalhadas em quase todos os distritos. Está disponível apenas em alguns distritos sob a forma de carvão pronto para a produção da energia (UNESCAP, 2003:11). O potencial de carvão disponível poderia aumentar o número de tipos de energia fóssil contido em Timor-Leste. Com base em recursos disponíveis, uma vez que Timor-Leste não adotou carvão como combustível, o carvão pode ser um produto de exportação potencial.

O carvão é um dos minerais que podem produzir energia. O seu benefício varia amplamente, servindo para a cozinha ou como um substituto para a lenha; geração de energia; aplicações industriais e outras, incluindo caldeiras elétricas utilizadas para produzir calor. Os benefícios de carvão são muito grandes, nomeadamente, o seu funcionamento como matéria-prima da produção de energia elétrica no setor industrial, onde se coloca esta energia fóssil como um dos hidrocarbonetos mais procurados no mundo. (IEA, 2009:10).

O *ADB Energy Outlook* prevê que o carvão continuará a ser uma fonte de demanda de energia de frequências mais elevadas, em 38,3% a 2030. Embora mantendo a maior parte, a demanda por carvão é projetado para crescer a um ritmo mais lento de 2,1% até ao ano de 2030, em comparação com a tendência de crescimento da procura de energia primária de 2,4% ao ano. Consequentemente o carvão permanece regularmente no nível de 2,1% até 2030 (ADB, 2009: ix)

As exportações de carvão de Timor-Leste, em 2009, totalizaram 93,766 cúbicos. Essa quantia, ira aumentar se a política do Estado timorense engloba exportação de carvão no plano anual do governo. O mercado com mais potência do carvão de Timor-Leste são países na Ásia e

Oceânia, estima-se a capacidade do país potencialmente exportar a quantia de -0,570, assim, por diante até 2030², dependendo da capacidade de produção nacional.

Segundo o Secretário do Estado de Recursos Naturais, a oferta dos recursos energéticos é calculada com base nas expectativas económicas das gerações presentes e futuras. Os recursos energéticos incluem todos os depósitos minerais de petróleo, gás natural e carvão. Todas as riquezas de energias fósseis que são encontradas no Mar de Timor e espalhadas por todo o território continental de Timor-Leste vão ser desenvolvidas etapa por etapa para assegurar as necessidades das gerações futuras (Recurso Naturais, 2007:3).

Globalmente, o desenvolvimento do setor petrolífero de Timor-Leste pode ajudar a assegurar as bases de uma economia sustentável. As receitas do sector podem ser investidas no setor não petrolífero, fortalecendo os sectores da educação, da saúde, da agricultura, do emprego do setor privado. Estas receitas podem também ajudar a financiar as infraestruturas necessárias para construir uma economia diversificada e transformar o país numa nação moderna a fim de atingir o rendimento médio em 2030 (Gabinete do Primeiro Ministro, 2011:9).

II.2.3. Energias alternativas

A energia renovável é uma alternativa ideal para antecipar a escassez de energia do país, bem como para garantir a segurança energética nacional de forma sustentável. Há acesso limitado aos preços acessíveis, confiáveis e ambientalmente saudáveis. A tecnologia de energia renovável pode substituir uma parte significativa das necessidades energéticas atuais e futuras fornecidas por produtos petrolíferos. O problema a longo prazo passa pela dependência do petróleo e as alternativas discutidas, incluindo a eficiência energética e a maior produção de recursos energéticos renováveis.

As fontes de energia renováveis referem-se a energia hidroelétrica, energia de biomassa, energia solar, energia eólica, energia geotérmica e energia dos oceanos (Johansson, 2004:1). O desenvolvimento e utilização de energia renovável está estreitamente relacionada com as capacidades em termos quer de recursos humanos quer tecnológicos designadamente a aquisição de tecnologia apropriada para projetar equipamento que é necessário para transferir ou intercalar energia natural disponível. A evolução tecnológica na última década produziu essas fontes de energia renovável moderna para ser competitiva em muitas situações (Johansson, 2004). Por se reconhecer estas vantagens, o desenvolvimento da energia renovável planeado

² The Titi Tudorancia Bulletin, op.cit.

pelo governo de Timor-Leste vem-se verificando desde 2007. Este plano visa promover a energia renovável como uma alternativa para sustentar as necessidades de energia de comunidades rurais e remotas.

A adoção de sistemas de energia renovável, de acordo com o Secretário de Estado da Política de Energia (SEPE), Avelino Coelho, justifica-se não só pelo facto de Timor-Leste ter um potencial significativo de energia renovável, mas também por se tratar de um tipo de energia muito amigável para o ambiente e as perspetivas futuras serem excelentes para comunidades remotas (Banco Mundial, 2010).

A execução do plano das atividades de instalação de equipamentos de energia renovável começou com um estudo de viabilidade realizado por uma empresa especializada portuguesa, a Martifer, a qual tem por objetivo descobrir que tipo de energia renovável é mais adequado às circunstâncias ambientais de Timor-Leste (SEPE, 2012).

Entretanto, verificou-se que Timor-Leste tem um grande potencial de energia renovável. A Martifer estima que o potencial de geração é o seguinte: hidroelétrica, 252 MW (e, possivelmente, tanto como 352 MW se soluções de armazenamento bombeado forem utilizadas); solar, 22 MW; eólica, cerca de 72 MW. Se isso se confirmar, a rede elétrica nacional de Timor será mais do que capaz de ser alimentada por uma combinação de tecnologias de combustíveis renováveis (Pires entrevista: 2012).

De acordo com Ágio Pereira, Secretário de Estado do Conselho de Ministros, um dos esforços do governo da Aliança das Maiorias Parlamentar (AMP) é aproveitar o potencial de energia renovável com material de base, tal como o vento, o sol, a hidroeletricidade. O objetivo principal é satisfazer as necessidades energéticas das comunidades rurais que não podem ser abrangidas pelo programa eletrificação nacional (Secretario de Estado da Energia, 2008).

Tendo esse objetivo em vista, foi promovido um grande projeto hidroelétrico, o Iralalaru, com uma capacidade de potência instalada de 28 MW. Este projeto tem um potencial de geração de energia elétrica anual de 189 GWh, representando cerca de 60% da geração total de eletricidade de Timor-Leste em 2005 (ADB, 2009). A implementação deste mega projeto da energia renovável foi prejudicado, porque em 2008, o governo alterou a estratégia passando a privilegiar o desenvolvimento da energia elétrica a partir de óleo pesado.

II.3. A política energética do governo de Timor

A política energética é um quadro muito importante para a segurança energética nacional. A Política Nacional de Energia visa diminuir o impacto da volatilidade dos preços da energia e a incerteza do abastecimento. Essa incerteza aumenta o compromisso e a motivação do Estado para reduzir a dependência de fontes externas de energia (Monteiro, entrevista: 2012).

O PED Timor-Leste salientou que o desenvolvimento da política energética nacional é um passo apropriado e muito necessário. Esta política é orientada para auxiliar o setor privado e do governo para promover a confiança pública na distribuição de energia a preços acessíveis e ambientalmente limpo e de forma sustentável. As famílias, as instituições públicas e privadas, as comunidades e as empresas, todos dependem de serviços de energia confiáveis e acessíveis para o seu bem-estar e segurança. A política pública pode e deve incentivar a poupança de energia (Gabinete PM; 2010).

Timor-Leste tem experimentado a dependência das importações de energia há mais de uma década, mais precisamente desde 1999. A dependência de fontes de energia, tais como petróleo, gás, diesel, gasolina, óleo tem um impacto negativo no desenvolvimento nacional. Consequentemente, muitas famílias (principalmente rurais) não conseguem reunir-se a sua energia de uso doméstico, tais como querosene, gás e eletricidade. Uma vez que o setor dos transportes também enfrentou uma série de problemas, o preço dos transportes públicos (propriedade privada) aumentou porque os preços dos combustíveis tendem a subir ao longo do tempo. As pequenas atividades industriais, as instituições públicas e privadas que não estão ligados à linha de energia elétrica local ou nacional enfrentam muitos obstáculos, devido a uma incapacidade de atender às suas necessidades de energia.

O desequilíbrio entre a oferta e a procura pode colocar Timor-Leste em situação de crise energética. A capacidade do governo para controlar o preço do combustível no mercado ainda é baixa, o que tem contribuído para o desequilíbrio entre a oferta e a capacidade do público para satisfazer as necessidades energéticas (ANP, Escritório:2012). Esse desequilíbrio pode continuar a afetar adversamente o crescimento e o desenvolvimento a longo prazo. Esta situação não deveria ocorrer porque o desenvolvimento económico, o crescimento demográfico e a melhoria da qualidade de vida dependem do uso da energia.

O PED delineou a promoção e a conservação de energia, reparação e modernização das infraestruturas de energia e o aumento do abastecimento energético de forma a proteger e melhorar o meio ambiente. Cada um desses desafios é fundamental para a expansão da economia, atendendo às necessidades de uma população crescente, e elevar o padrão de vida timorense. Se se responder a este desafio, o plano de desenvolvimento da energia será

periodizado à ampla rede nacional de instalações de geração, linhas de transmissão, gasodutos, refinarias para converter recursos brutos em combustível que pode ser usado para as necessidades domésticas e geração de energia (Gabinete Primeiro Ministro, 2011).

Reconhece-se que como uma nação independente, Timor-Leste partilha da energia global. Além de modernizar serviços nacionais de energia através do desenvolvimento de refinarias nacionais, autoestradas, armazéns de contentores, centrais de energia, Timor-Leste também requer energia importada. Por mais de uma década, Timor-Leste não tem tido muitos problemas críticos associados às importações de combustível. Os problemas mais comuns prendem-se com a construção de um centro de distribuição e comercialização de combustíveis, com o controle de qualidade e com o preço de mercado do combustível (Pires, entrevista: 2012).

O governo tem adotado uma série de regulamentos sobre a produção de energia nacional. A meta dos regulamentos é para executar todas as atividades de refinaria e da produção do petróleo e de GPL interna. De acordo com a Constituição de Timor-Leste, toda a exploração e comercialização de petróleo e gás em Timor-Leste deve ser definida de acordo com a lei. As agências estatais que foram criadas devem escutar os regulamentos da matéria de energia que funcionam de acordo com as normas aprovadas pelo Estado (Petrotil, 2007:2-3).

II.3.1 Objetivos

A determinação de objetivos da política nacional de energia é muito necessária para o governo e a sociedade. Os objetivos claros podem facilitar a implementação pelo governo de um plano estratégico adequado para alcançar o que foi estabelecido em conformidade com o mandato da constituição Esta secção incidirá sobre as metas de política energética que foram definidos pelo Governo de Timor-Leste.

Há vários objetivos que se tornaram os princípios básicos a serem alcançados pelo governo. Esses objetivos podem ser categorizados em três grupos, nomeadamente produção, comercialização e distribuição de energia. Em síntese, o governo propõe-se a:

- a. promover e preservar o interesse nacional do país através do desenvolvimento económico e social, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos.
- b. proteger os interesses do consumidor em relação a preço, qualidade e oferta dos produtos e garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

- c. proteger o meio ambiente e promover a conservação da energia, baseada na utilização das reservas nacionais de gás natural.
- d. procurar identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica, petróleos e gás natural em Timor-Leste
- e. promover a livre concorrência para aumentar a competitividade do país no mercado internacional, através da criação de um ambiente de regulação de maneira transparente e eficaz para atrair investimentos na área da produção de energia.

O governo de Timor-Leste pretende um fornecimento de energias disponíveis, suficiente, acessível e sustentável (Gabinete PM, 2010). Isto implica adotar uma vasta gama de medidas de eficiência: aumentar a conservação de energia; melhorar a racionalização de preços e dos sistemas de tributação; melhorar a governação do sector de energia; diversificar as fontes de energia, a fim de garantir a segurança energética (ANP, 2009:15; UNESCAP, 2008: xvii).

Para estes efeitos, a política de refinarias de petróleo e de produção de gás em Timor-Leste requer a construção de instalações e de infraestruturas completas e adequadas. O papel da infraestrutura é essencial para facilitar o processo de refinação, armazenamento e processo de comercialização (Jornal da República, 2009, 5585). No que respeita à produção industrial de petróleo as prioridades da política energética de Timor-Leste são:

Establish a National Petroleum Company (Petronatil) to develop national resources. Strengthen national capacities in managing oil and gas industry. Prepare a logistic base support exploration and production activities. Develop downstream facilities comprising the 1st quick-win project-the Mini-Refinery as to meet domestic demand for oil products and electricity generation. Build Greater Sunrise Gas-to-LNG processing plant in Timor-Leste shore." (Governo Timor-Leste, 2011:11).

A política do IV Governo Constitucional no setor de energia assumiu o compromisso de aumentar as receitas do Estado. A utilização das receitas obtidas a partir de Bayu Undan é ideal para estimular o desenvolvimento do setor da energia. A construção de infraestruturas permite que as refinarias de petróleo e de gás do Greater Sunrise possam ser feitas em Timor-Leste. A empresa do estado (Petronatil) é a representante do governo para controlar a gestão e condução das refinarias nacionais. O aumento do crescimento económico como resultado do uso adequado das receitas do petróleo é a aposta mais adequada. O crescimento económico e a melhoria da qualidade dos recursos humanos podem impedir Timor-Leste da ‘doença holandesa’. A política energética pode estimular as metas nacionais de desenvolvimento e liberta as pessoas dos grilhões da pobreza (Jornal da República, 2008).

II.3.2. Instrumentos legais

A política energética de Timor é considerada como um instrumento fundamental nas políticas interna e externa. O desenvolvimento do setor petrolífero depende da energia hidrocarbonetos contida no fundo do mar ("offshore") e terrestre ("onshore"). As empresas estrangeiras que fazem a exploração no Mar de Timor têm vindo a encontrar alguns locais de petróleo e gás no Mar de Timor. Esta descoberta inclui o gás natural e o petróleo bruto que prontamente são produzidos e oferecidos ao mercado. Com a disponibilidade de recursos naturais, na forma de energia fóssil abundante, Timor-Leste coloca-se como um dos países produtores de petróleo na região da Ásia e Pacífico.

Toda essa riqueza, de acordo com a Constituição de Timor-Leste, é controlada e utilizada para melhorar o crescimento económico do país e incentivar o desenvolvimento de uma sociedade justa e próspera. A prosperidade da comunidade deve ser feita de uma forma sustentável, seja no presente ou destinado para a próxima geração no futuro. Para o efeito, na prática, o governo preparou e emitiu vários regulamentos e legislação como instrumentos legais para regular os recursos naturais em geral e mais especificamente a energia fóssil.

O instrumento legal é um elemento essencial no desenvolvimento e na implementação de um plano estratégico, bem como na política de estado. O fundamento mais importante na formulação de uma lei é a Constituição. Qualquer forma de regulamentação é guiada pelas ideias que foram consagradas na constituição do país. O desenvolvimento da política energética do Timor-Leste é uma tradução dos princípios básicos da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL).

A base jurídica da política energética que tem sido usada para regular o setor energético abrange os três segmentos da atividade da produção de energia nacional e baseia-se nas políticas de desenvolvimento do setor do petróleo, nomeadamente, a procura da potência de energia de hidrocarbonetos no solo e no fundo do mar, ou seja, as atividades de "upstream". Seguidamente, a política de realização da atividade de refinaria, tecnicamente entendida como atividade "midstream". Por último é a política de segurança do transporte e comercialização do produto combustível para o mercado, ou seja atividades "downstream". (Luta Hamutuk, 2012:2). As leis que derivam deste conceito incidem sobre a refinação, transporte, armazenamento, produção e comercialização. Nesta secção, focamos as diversas leis relacionadas com a construção de infraestruturas e utilização de energia.

O Decreto-lei nº1/2012 dispõe que:

A regulação das actividades relativas ao fornecimento, processamento, transporte, armazenamento, comercialização e marketing de petróleo, produtos petrolíferos e

produtos similares, e actividades conexas é da maior importância para a República Democrática de Timor-Leste. As referidas actividades de downstream podem ter um impacto substancial não só na segurança do abastecimento de energia, mas também na segurança pública e no crescimento económico e prosperidade do país (Jornal da república, 2012:5584).

As bases legais orientadas para o desenvolvimento da política energética em Timor-Leste incidem sobre dois setores importantes, designadamente o setor do petróleo e do gás (produção de combustíveis no país), bem como a indústria de energia elétrica. Ambos os setores podem ser fornecidos sob a forma de energia fóssil e de energia renovável. A presente revisão não inclui as leis que regulam o desenvolvimento da energia renovável.

A política do governo de Timor-Leste está centrada no desenvolvimento da exploração da lacuna do Mar de Timor como principal alternativa para atender às necessidades de energia e aumentar as receitas do Estado. A procura da energia na forma de eletricidade e combustível forçou o governo a realizar sua própria produção interna. Desde a restauração da independência, em 2002, até ao presente, o governo tem aprovado muitos regulamentos. A ONG nacional Luta Hamutuk observou que o governo tem produzido cerca de 17 tipos de leis e regulamentos (Luta Hamutuk, 2007:2).

O Tratado de 20 de maio de 2002 é a principal base legal que estimula todas as formas de ratificações do direito internacional e da criação das leis e regulamentos de execução relativas à exploração, refinaria e armazenamento. Este tratado é baseado na convenção da ONU de Montego Bay em 10 de Dezembro de 1982, artigo 83. O tratado assinado em 20 de maio foi uma medida destinada a acelerar o processo da exploração.

2.2. Atores

A principal agência do governo responsável pelo setor energético é o Ministério dos Recursos Naturais, Minerais e da Política Energética. Na execução de uma política nacional de energia, os ministérios de recursos naturais estabelecem os órgãos independentes encarregados de estabelecer e executar todos os mandatos estaduais, de acordo com os deveres e responsabilidades que lhe foram dadas (Petrotil, 2007, 3).

O Secretário de Estado da Política Energética é o órgão responsável por coordenar os órgãos governamentais relacionados com a política energética, implementar planos do governo na área de energia, desenvolver as legislações relativas ao uso dos recursos naturais, e executar uma variedade de abordagens para os investidores estrangeiros que estão interessados no investimento no setor energético (Jornal da República, 2008:2209).

Operacionalmente, a instituição do estado é responsável por controlar desde a produção até à comercialização da energia é a ANP. De acordo com o seu mandato, ANP:

irá procurar garantir a segurança energética do País em termos de disponibilidades em petróleo e gás natural, nomeadamente, através da gestão estratégica, a todo o tempo, de disponibilidades mínimas em quotas/stocks de combustíveis, assegurando, em simultâneo, os padrões mínimos de qualidade que os produtos derivados do petróleo, disponíveis no Mercado interno, devem respeitar, assim como, as normas de conformidade mínima a padrões de segurança no consumo público (Jornal da Republica, 2008,2379).

A agência tem uma função que é essencial para o desenvolvimento de uma política nacional da energia. A função dessas instituições inclui: organizar, contratar e acompanhar as atividades económicas relacionadas com o petróleo; realizar pesquisas sobre o potencial dos recursos de energia no território exclusivo de Timor-Leste ou na área de cooperação conjunta (JDPA); recolher, analisar e atualizar todas as informações das atividades da produtividade de óleo ao público nacional; investigar e introduzir o uso das novas tecnologias das petrolíferas (Jornal da República, 2008).

A ANP é responsável por garantir a segurança energética nacional através da monitorização e regulação de todas as atividades petrolíferas, com vista a proporcionar satisfação e garantir o fornecimento de produtos de qualidade para os consumidores, a preços acessíveis e de forma sustentável. Esta visão pode ser alcançada através da construção de infraestruturas de petróleo, tais como a linha de tubagem para o local das instalações de refinaria, o transporte, o armazenamento e o fornecimento da comunicação na forma adequada (Jornal da República, 2008,2380).

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) é um órgão do governo composto por representantes dos ministérios relacionados, tais como o Ministro dos Recursos Naturais, Ministro das Finanças, Ministro da Agricultura, das Florestas e Pescas, Ministro do Desenvolvimento, Ministro dos Transportes e Comunicação, Representante da Sociedade Civil, Representante da Universidade Timorense, Representantes dos Empresários, Representantes do Conselho Consultivo do Fundo de Petróleo e Presidente da ANP. Este órgão desempenha um papel muito importante, sendo responsável por:

- a) "promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do país e assegurar o suprimento de consumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do país".
- b) "estabelecer directrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do carvão, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas";
- c) "formular manual da importação e exportação, de maneira a atender às necessidades do consumo interno de petróleo e seus derivados, gás natural e condensado, e assegurar a criação e

o adequado funcionamento de um sistema nacional de estoques de combustíveis e a formulação e o cumprimento de um plano anual de estoques estratégicos de combustíveis".

- d) "sugerir a adoção de medidas necessárias para garantir o atendimento à demanda nacional de energia elétrica, considerando o planeamento de longo, médio e curto prazos, podendo indicar empreendimentos que devam ter prioridade de licitação e implantação, tendo em vista seu caráter estratégico e de interesse público, de forma que tais projetos venham assegurar a otimização do binómio mobilidade tarifária e confiável do sistema elétrico (Profeto de Decreto Lei, 2007,4-5)".

Por lei, esta instituição está sob a alçada do Ministério de Recursos Naturais. O objetivo principal da empresa é a de realizar a exploração, processamento, exportação, distribuição e transporte de petróleo, gás natural, hidrocarbonetos e outros fluidos; desenvolver atividades industriais petroquímicas, promover a pesquisa, desenvolver atividades corporativas e de negócios com base na livre concorrência na área de petróleo e gás, a nível nacional e internacional (Petrotil, 2007:3).

O Parlamento é o órgão que tem um papel importante no desenvolvimento político do setor de energia. O Parlamento é um órgão encarregado de aprovar leis relativas à política energética nacional. Outra função é a monitorização de todas as atividades relacionadas com a energia implementadas corretamente e de forma adequada. A constituição autoriza, por abrigo da lei o parlamento nacional que tem a legalidade de definir a política nacional do setor da energia bem como manter a integridade e a unidade do país contra ameaças estrangeiras relacionadas com o recurso de hidrocarbonetos de energia de terra e no mar de Timor-Leste (Constituição RDTL, 2002: 29).

De referir ainda o contributo das organizações da sociedade civil ou organizações não-governamentais. O papel das ONGs está associado ao controle social suscetível de incentivar a ação do governo e do setor privado na promoção do desenvolvimento do setor de energia, contribuindo com opções úteis para o público em geral. O papel de controlo social pode evitar a tomada de decisões pelas autoridades que possam prejudicar o público. As ONG's têm um papel a desempenhar na monitorização, na avaliação de forma responsável e na consciencialização da comunidade. O melhor conhecimento do setor do petróleo e gás pelo público pode estimular o uso responsável da energia (Forum ONG, 2010: 1-12).

II.4. As potencialidades e vulnerabilidades de Timor no domínio energético

II.4.1. Potencialidades

Timor-Leste é um país que tem uma energia de hidrocarbonetos bastante abundante. Incluindo uma das mercadorias mais importantes no mercado global de petróleo e gás (Gabinete do Primeiro Ministro, 2010:5). Foram encontrados 20 triliões de pés cúbicos de gás natural e

petróleo no Timor Gap. Os resultados são uma forte indicação de que o país terá a perspectiva de um futuro de segurança energética e de crescimento económico (Symon, 2001:1; CCOP, 2010:2). O sector de petróleo pode ajudar a construir as bases de uma economia viável, sustentável e dinâmica. O sector de hidrocarbonetos irá proporcionar receitas substanciais ao longo de décadas, que podem ser investidas em benefício da população e da economia nacional. (Gabinete Primeiro Ministro, 2010:4).

A história demonstra que muitos países ricos em recursos naturais, particularmente petróleo e gás, podem favorecer o crescimento da nação e aumentar as receitas do Estado. Países como os Estados Unidos, Canadá, Chile, Nova Zelândia, Austrália, Noruega e outros são exemplos de sucesso na exploração e utilização dos seus recursos energéticos (Rosser, 2006:7).

Os líderes e o governo de Timor-Leste têm-se esforçado por evitar as vulnerabilidades. O Governo mostrou a sua perseverança através da elaboração de uma série de leis e regulamentos relativos ao uso e controle dos recursos de petróleo e gás que são propriedade do Estado (Petrotil, 2007:3). O governo promoveu a formação de uma organização especializada que atua como a autoridade do Estado para regular e controlar a indústria de petróleo e gás, tanto no continente como no Mar de Timor. Na execução desta política o Estado estabeleceu uma empresa nacional, é conhecida como companhia estatal de petróleo e gás de Timor, sigla de "Timor Gap". Esta companhia, por abrigo da lei, responsabiliza-se pelo desenvolvimento do setor da energia do país. A garantia de um fornecimento de energia de forma segura pode possibilitar o crescimento da economia e de desenvolvimento nacional. (Petrotil, 2007:5; ADB, 2011:20).

Os resultados das negociações do Timor Gap deram a Timor-Leste receitas elevadas desde 2004 até o presente. A receita total do Timor Gap, obtida a partir da exploração de campos de petróleo e gás Bayu Undan, corresponde a 90% do PIB. Enquanto isso, 95 % da receita do governo vem da venda de petróleo e 5% vem de impostos e de outras fontes (Banco Mundial, 2010:xviii).

O povo de Timor-Leste tem grandes expectativas em relação ao governo para gerir o PIB. Será benéfico para o país se o governo conseguir administrar o fundo do petróleo de forma adequada e transparente (Gabinete PM, 2010:9; Pereira,2010). Apesar das demonstradas potencialidades, os países que têm recursos naturais abundantes, incluindo Timor-Leste, são também vulneráveis a uma variedade de problemas.

II.4.2. Vulnerabilidades

Os problemas enfrentados pelos países ricos em recursos naturais podem incluir elevada dependência de combustível importado, pobreza, degradação ambiental, sistema autoritário de

governo, sistema económico frágil, militarização, violação dos direitos humanos, corrupção, guerra civil e baixos índices de recursos humanos qualificados. A presente secção incide sobre as vulnerabilidades de Timor.

II.4.2.1. Corrupção

Os países com recursos naturais abundantes podem ter um crescimento económico rápido. O aumento de receitas provenientes da exploração desses recursos nem sempre se traduz, todavia, em desenvolvimento económico e em mudanças na qualidade de vida das populações. (Lao Hamutuk, 2008:01).

Vários estudos realizados ao longo da história demonstram que os países que são ricos em recursos naturais abundantes conhecem uma redução do crescimento económico (Rosser, 2006:8). Muitos casos reportam-se aos países com recursos energéticos abundantes, onde tendencialmente o desenvolvimento da sua economia apresenta-se muito lento. Enquanto isso os países sem recursos naturais sucessivamente tornam-se numa potência económica média. Se não se evitar Timor-Leste poderia torna-se um país vulnerável e a economia com um crescimento lento ou de alta inflação se os líderes não são capazes de antecipar os riscos de vulnerabilidades. (Gelb e Associate, 1988).

É necessário aprender com a história e com as falhas dos Estados que são totalmente dependentes da riqueza de energias naturais e com altos níveis de corrupção no sector petrolífero. Timor-Leste procura possivelmente antecipar os erros doutros países. Na política petrolífera de Timor-Leste, o governo adotou um sistema de transparência da Noruega, e, como resultado, o país situa-se no terceiro lugar mundial como país com melhor transparência nos setores petrolíferos, a seguir da Noruega e da Nova Zelândia. As receitas da exploração e da exportação da energia de hidrocarbonetos não são diretamente geridas pelo governo. O governo estabeleceu um fundo de petróleo conhecido com fundo de Petróleo que está depositado no banco dos Estado Unidos da América - EUA (cuja informação será exposta no capítulo três).

O fundo é moderado pela Autoridade Nacional do Petróleo (ANP) que representa Timor-Leste e a Austrália. Neste caso, a partilha das receitas funciona do seguinte modo: a Austrália deposita diretamente para a sua conta e Timor-Leste na sua conta nos EUA. A autorização de deliberação do fundo é proposta pelo governo, aceite pelo Conselho Nacional do Fundo e aprovada pelo Parlamento Nacional. Por lei o levantamento do fundo não ultrapassa 3%, exceto, no caso específico de existir uma exigência razoável e muito crucial ao desenvolvimento nacional do país.

A missão da ONU em Timor-Leste observou que o PIB do país aumentou drasticamente com o aumento de receitas da exploração do Timor Gap. Apesar deste crescimento, a verdade é

que a maioria da população vive em pobreza extrema e em situação de desigualdade de rendimento. Segundo o PNUD o rendimento familiar diário por domicílio é inferior a US\$1. Timor-Leste é considerado um país menos desenvolvido ocupando o 148º lugar no ranking mundial de 187 países (Carmona, 2012:1-4; Cipriana, entrevista:2012).

Nas questões fiscais, as finanças do Estado nem sempre são sucessivamente boas, designadamente no que respeita a pagamentos em dinheiro pelas agências governamentais aos beneficiários, o que poderá constituir uma oportunidade para uso indevido das finanças estaduais. Neste clima, pode ocorrer a corrupção nos departamentos ministeriais do país. Consequentemente, o ato de corrupção de pequena ou grande escala pode ocorrer nos vários setores, tanto nas instituições públicas como nas de privadas.

Para o ex-Primeiro-Ministro timorense, Mari Alkatiri, o governo de Xanana Gusmão é o maior corruptor do país. "Pode dizer-se que tem sido uma governação com muito dinheiro mas sem resultados". O governo gastou o dinheiro estatal e não se baseou em cálculos certos, "Sim, é verdade, naturalmente que agora, com dinheiro, a engenharia resolve tudo. Gastou-se tanto dinheiro e não se usou a técnica e a tecnologia. Tudo feito a olho". Esta observação é reforçada pelos dados da Organização de Transparência Internacional. Esta instituição considera que a luta do Estado timorense contra a corrupção é considerada ainda baixa (Xavier, 2012).

Os resultados da luta contra a corrupção têm sido frágeis. Em 2007, Timor ocupava a posição 123 do índice internacional sobre corrupção, em 2008, a posição 145 tendo o nível de corrupção dominado todas as agências governamentais. Em 2009, o nível de corrupção continua a deteriorar-se, passando para a posição 146 do ranking. Entretanto, graças à mudança de atitude do Governo de Xanana em relação à luta anticorrupção, assinalada pela Transparência Internacional, verificou-se uma melhoria, posicionando-se, em 2010, no 127º lugar (CAC, 2011:10).

Mas persiste o risco neste país rico em recursos naturais, considerando que quanto mais elevadas as receitas do petróleo e gás, mais possibilidade há de corrupção (Cipriana, entrevista:2012). Segundo a Transparência Internacional Timor Leste foi, em 2011, um dos países mais corruptos, posicionando-se em 143º lugar entre os 183 países avaliados.

Corresponde com a data da Organização de Transparência Internacional, segundo, o resultado da investigação sobre a perceção da corrupção em 2011 divulgada pela Comissão Anticorrupção de Timor-Leste que indica que existem atos da corrupção no país. É certo que, quase todas as instituições do Governo bem como Estado cometem atos de corrupção (CAC, 2011:14).

As Instituições Governamentais são marcadamente mais corruptas com 56,9%. Seguidamente, o parlamento nacional com o nível da corrupção de 48,9%, enquanto, o gabinete do Presidente da República preenche o terceiro lugar com o nível de corrupção de 45,5 %. Para além disso, não se pode negar, existem também atos da corrupção nas organizações estatais com 43,8%. Esta divulgação mostra que a maior parte das receitas do petróleo alocadas no orçamento do estado vai para o bolso dos oficiais, elevando o nível de corrupção do país (CAC, 2011).

II.4.2.2. Centralização política e assimetrias socioeconómicas

O Estado de Timor adotou um sistema democrático, multipartidário, semipresidencialista, com o governo central localizado em Díli. A implementação da descentralização tem sido lenta. Desde que a independência de Timor-Leste foi restaurada em 2002 até hoje, o governo central não tem demonstrado vontade de descentralizar. Esta centralização tem um impacto negativo sobre a distribuição das receitas do estado constando-se um desequilíbrio entre zonas rurais e urbanas em termos quer económicos quer de segurança energética.

O crescimento económico não é uniformemente distribuído entre os sucos e as cidades (especialmente Díli). Por outro lado, a distribuição da energia não é justa entre as zonas rurais e a capital, não havendo garantia de segurança de energia a nível distrital. Esta assimetria socioeconómica tem provocado a migração de população das zonas rurais para Díli na procura de oportunidades de trabalho e de melhoria de vida. Embora conhecido como um país que tem um elevado potencial de recursos minerais naturais, a verdade é que a política do governo centralizada tem contribuído para um crescimento menos significativo da economia não petrolífera.

Os países ricos em energia natural abundante têm uma tendência para organizar o sistema de governo centrado na elite política, a qual frequentemente usa o seu poder para beneficiar os seus partidários, a fim de reforçar o seu poder (Rosser, 2006: 29) e dominar os hidrocarbonetos. Um sistema de governo centralizado nas elites pode cair na tentação de usar as finanças do Estado para fins pessoais ou políticos. Tudo isto pode ter um impacto negativo na capacidade de governação, especialmente em termos da gestão de "choque" económico, neste sentido, a capacidade do governo em controlar a inflação.

II.4.2.3. Problemas sociais e culturais

A indústria do petróleo, tais como a GNL requer vastas extensões de terreno. A expansão de terreno para construção de infraestruturas industriais pode resultar na perda de

terras sagradas ou tradicionais, seja pela força ou voluntariamente. Além disso, tal implica uma relocação das pessoas afetadas.

As áreas projetadas para serem o centro da indústria de petróleo e gás são: Betano, Suai e Beaco. A maioria das pessoas que vivem na área central da indústria projetada não tem um certificado para comprovar a propriedade da terra em áreas rurais. Para o efeito, a terra rural é classificada como terra tradicional. Portanto, se o governo precisa de um terreno para construir um projeto, pode tomá-la. Esta política pode ter um impacto em termos de perda de empregos locais. Ondas crescentes de trabalhadores estrangeiros podem afetar os grupos mais vulneráveis (Lao Hamutuk, 2006:74). Tal situação criará frustração social na vida das comunidades locais.

II.4.2.4. Degradação ambiental

A indústria de petróleo e de gás pode ter efeitos nocivos em termos ambientais e de saúde pública (Brown, Rewey e Gagliano, 2003:11). No plano de desenvolvimento de longo prazo do governo de Timor-Leste, está projetada a construção de indústria de petróleo e gás em Timor-Leste. Os três principais locais para os futuros centros de produção de petróleo e gás, transporte e venda de petróleo e gás são: Suai, Betano e Beaco. Os esforços do governo têm a intenção de maximizar as receitas da indústria do petróleo provenientes de área Greater Sunrise (Gabinete PM, 2011:42). Este plano traz boas perspectivas para o desenvolvimento económico da nação, mas são suscetíveis de prejudicar o ambiente.

O desenvolvimento de infraestruturas para a indústria de petróleo e gás tem riscos associados à desflorestação e à poluição do ar. A destruição de florestas e ecossistemas pode ocorrer por meio da expansão de autoestradas, construção de casas, instalação de equipamentos como refinarias, canalização do tubo, transporte e outros equipamentos associados à indústria do gás. Os riscos de contaminação do ar e doenças podem ocorrer através do desenvolvimento de projetos de GNL (Karl, 2005:7-8).

Um projeto de GNL ou a extração de petróleo bruto tem um impacto negativo sobre o meio ambiente, designadamente emissões ou libertação de dióxido de carbono e de poluentes, tais como material de sulfeto de hidrogénio, óleo, lixo, esgoto e outros resíduos que são perigosos para o meio ambiente e para a saúde humana (Lao Hamutuk, 2006:88-89; Karl, 2005:11).

Nas áreas rurais, especialmente as famílias com baixo rendimento são mais vulneráveis devido ao fornecimento de água potável e saneamento inadequado, à falta de instalações de eliminação de resíduos, à prevalência de poluição do ar e à combustão contínua na floresta (UNDP, 2011:24). Além disso, a segurança ambiental também pode ser ameaçada por alterações climáticas, em particular, a chuva prolongada pode causar erosão, e a perda de

colheitas (Moss e McGann, 2011:5). A pobreza das populações torna-as incapazes de ter acesso à energia de forma segura e sustentável.

As pessoas que residem perto da indústria estão mais em risco de desenvolver problemas de saúde. Os problemas de saúde podem vir da poluição do ar causada pelo comportamento das próprias pessoas ou obtida a partir da indústria de petróleo e gás. Além disso, a poluição do ar, tanto pelo comportamento humano ou derivada de indústria, pode aumentar as emissões de dióxido de carbono. As emissões de dióxido de carbono são principalmente perigosas para a saúde humana e ainda causadoras das alterações climáticas.

II.4.2.5. A segurança do fornecimento da energia

Os países ricos em recursos naturais, especialmente petróleo e gás, em muitos casos são vulneráveis em termos de segurança energética nacional. A gestão de recursos de hidrocarbonetos não sustentável pode ter um impacto sobre as crises de energia no país. A crise energética pode acontecer sempre que o Estado seja incapaz de fornecer energia elétrica de forma contínua. Por outro lado, o fornecimento de combustível primário, como gasolina, diesel, gás natural, óleo, querosene, gasóleo e outros semelhantes indicam que o Estado não tem segurança energética.

Timor-Leste encontra-se numa situação de vulnerabilidade em termos energéticos. A distribuição da energia nacional ainda não chega a todas as casas, com particular incidência nas áreas rurais. O centro de desenvolvimento de energia elétrica está ainda localizado no distrito. A discrepância da energia é sentida entre as áreas urbanas e rurais. As redes elétricas estão centradas em Díli e Baucau, enquanto as condições elétricas em outros distritos não são tão boas como as das duas principais cidades de Timor-Leste. Esta situação cria pobreza energética. Uma situação em que as pessoas pobres e rurais geralmente não têm capacidade económica suficiente, não podendo comprar combustível para as necessidades da sua família (ADB, 2009:15).

Por outro lado, os obstáculos enfrentados frequentemente pelos países ricos em petróleo e gás, como Timor-Leste, é o fornecimento de combustível para as necessidades de transporte, iluminação e outras. As empresas estatais, como "Timor Gap" sublinham que a maioria das importações de combustíveis timorenses vem da Indonésia. As reservas de combustíveis da empresa "Pertamina" duraram apenas três dias. Isto significa que há escassez no fornecimento de combustíveis após três dias e Timor-Leste entra numa crise de energia. Assim, a capacidade do governo de controlar o fornecimento de energia do país é altamente dependente do exterior. Esta situação coloca Timor-Leste como um importador líquido de combustível. Por outro lado,

Timor-Leste encontra-se internacionalmente listado como um dos países exportadores do petróleo e gás (Gabinete Timor Gap:2012).

Segundo a Autoridade Nacional do Petróleo, a circulação de combustível em Timor-Leste é geralmente controlada por empresas estrangeiras que individualmente ou juntamente trabalham com as empresas nacionais. O poder do governo limita-se à concessão de licenças, não tendo ainda entrado na área de controlo da qualidade e da segurança do meio ambiente e os seres humanos (Gabinete ANP, 2012). A segurança ambiental bem como segurança dos seres humanos são dois aspetos muito importantes a considerar no desenvolvimento da segurança energética nacional.

O controlo da qualidade do ambiente e as ameaças que poderão decorrer do armazenamento dos combustíveis é da responsabilidade das empresas. As empresas devem garantir que a comercialização de petróleo e gás não tem impacto negativo sobre o meio ambiente e a segurança humana, mas na prática tal é deficientemente executado (Jornal da República, 2008:2379). Assim, pode-se argumentar que o governo Timorense não garante ainda o fornecimento de energia para fins domésticos, estando esta sob o controlo de empresas estatais.

Em suma, a energia é uma motriz de desenvolvimento nacional, os países com abençoados recursos de energia de hidrocarbonetos têm vindo a ter um crescimento de economia muito apressado. A exploração desta energia fóssil transforma o país numa economia média, que atingiu ligeiramente o bem-estar do seu povo e do Estado. Investem nos sectores produtivos como: indústrias, transportes, serviços, turismo e domésticos, que são os esforços da transição da economia dependente ao sector petrolífero a industriais. Na verdade, nem sempre, todo país com recursos de energia de hidrocarbonetos abundantes se torna um país com uma economia média.

Contrariamente, a pobreza de energia, o lento crescimento da economia, os conflitos sociais, a degradação ambiental, a alta taxa de pobreza e entre outros são indicação forte de um país que caiu na *doença holandesa*, na era dos recursos de energia abundantes, em que a economia do país é forte, o fornecimento de energia é adequado e acessível, enquanto a escassez de recursos da energia de hidrocarbonetos torna o país mais pobre. A corrupção elevada, a falta de capacidade institucional, a falta de boa vontade do governo nos combates à corrupção e falta de desenvolvimento dos sectores produtivos coloca o país no risco de Estado frágil. A elevada corrupção, a alta inflação, as altas taxas de pobreza da energia e das elevadas percentagens de desempregado colocam Timor-Leste como um país vulnerável à doença holandesa bem como na situação de estado frágil.

CAPÍTULO III. O ESTADO TIMORENSE E A SEGURANÇA ENERGÉTICA: O CASO DOS HIDROCARBONETOS

Este capítulo centra-se exclusivamente na relação entre a energia e a segurança, e as suas implicações em Timor-Leste a nível regional e internacional. A estratégia de segurança energética no país continua a ser uma preocupação diversificada, incluindo o acesso a tecnologias modernas e questões de desenvolvimento sustentável.

A procura pelo petróleo e gás mundial está constantemente a aumentar, quando as fontes de energia globais se tornam mais limitadas. Timor-Leste é um pequeno país na Ásia do Pacífico, e, embora pequeno, o país tem uma riqueza de recursos energéticos de hidrocarbonetos abundantes e potencialmente vão ser um dos contributos energéticos ao nível regional e internacional. Os recursos energéticos, em princípio, são uma fonte para o crescimento económico do país. No entanto, em certas situações, podem constituir uma fonte de ameaça à segurança e estabilidade do país.

As ameaças de segurança podem vir do exterior ou de dentro do país. Isto pode ocorrer como consequência de esforços dos países estrangeiros na procura dos recursos energéticos ou de competição entre as elites políticas nacionais para dominar as fontes de energia disponíveis. A manutenção da segurança e a soberania do país contra as ameaças externas e internas é da responsabilidade do Estado. A capacidade do Estado para garantir a integridade do país, da sua política e o domínio da energia de hidrocarbonetos é refletida nas políticas de segurança nacional bem como políticas externas do país.

Este capítulo III procura analisar o problema de energia de hidrocarbonetos na agenda política nacional e externa de Timor-Leste. A discussão sobre a política externa e interna, em princípio, concentrou-se nos princípios básicos adotados pelo Estado. Junto com a oferta global de combustíveis fósseis, que continua a ser limitada, a política de outros países tende a procurar dominar a riqueza de energia de hidrocarbonetos de Timor-Leste, que é uma parte essencial da política interna e externa do Estado. Após catorze anos de existência como uma nação independente, as elites políticas de Timor-Leste cada vez mais se tornam maduras na condução das relações diplomáticas e de cooperação com outros países, a nível regional e internacional. Neste sentido, a descrição focada nas negociações do Timor Gap entre Austrália e Timor-Leste, no domínio da energia de hidrocarbonetos, é importante.

A exploração do Timor Gap pela empresa internacional vai refletir a quantidade de crude e teor de gás contido no Mar de Timor. As percentagens das empresas estrangeiras que operam no Mar de Timor e nas divisões dos *royalties* entre Timor-Leste e a Austrália serão

apresentadas nesta secção. Descrever a história da divisão dos *royalties* na era da negociação entre Indonésia - Austrália e Austrália - Timor-Leste é relevante para a segurança energética nacional. Os resultados do *benchmarking* podem proporcionar um impacto significativo para abrir os horizontes das partes envolvidas na exploração do petróleo e do gás, bem como a segurança energética em Timor-Leste.

O papel dos governos, das instituições nacionais dos petróleos e das agências envolvidas na negociação da energia de hidrocarbonetos é essencial para o progresso do país. As negociações com as empresas estrangeiras e com o governo australiano, neste caso, estão a ser feitas na fronteira marítima e partilham os *royalties* entre empresas que operam no mar de Timor com os governos da Austrália e de Timor-Leste. A capacidade da implementação do Tratado do Timor Gap em 2002, bem como as vigilâncias das áreas de segurança marítima entre os dois países, são as duas coisas que podem ser utilizadas como indicadores do sucesso das negociações das energias de hidrocarbonetos do Timor Gap. Neste caso, é necessário conhecer em profundidade a capacidade do governo de Timor-Leste em defesa da soberania do país e a segurança dos hidrocarbonetos no mar entre Timor-Leste e Austrália.

Na perspetiva da segurança energética sustentável, a política do governo acerca da criação do Fundo de Petróleo é uma boa política para as gerações futuras. Para garantir a sustentabilidade da segurança energética do país, os recursos financeiros obtidos a partir do Timor Gap devem ser usados cuidadosamente. A realidade mostra que países produtores de petróleo e de gás muitas vezes experimentam a "doença holandesa". Timor-Leste tem um risco muito elevado, se o Estado financeiro não for utilizado de acordo com as exigências, pois o tesouro vazio pode representar uma ameaça para o Estado. As medidas tomadas para salvar os recursos financeiros e a segurança energética do país, através do investimento no fundo do petróleo e nas atividades produtivas eficazes e eficientes, são fundamentais para a política nacional, bem como uma modalidade de negociação e de criação de laços internacionais.

O desenvolvimento do centro da indústria do petróleo e de gás do Greater Sunrise em Timor-Leste pode ser uma alternativa potencial para garantir o abastecimento de energia de hidrocarbonetos no país. A produção da energia de hidrocarbonetos de alta qualidade é capaz de proporcionar uma venda razoável para os mercados regionais e internacionais, de acordo com a procura e o preço do mercado. A construção do centro da produção de energia pode favorecer as relações de cooperação com vários países. O principal alvo da cooperação pode ser Timor-Leste e os países, cujas empresas investem no Timor Gap, bem como os países consumidores.

O último tópico irá aplicar a teoria da securitização problemática fundamental que diz respeito à exploração de energia de hidrocarbonetos. A questão mais importante passa por perceber se a energia é uma questão de segurança nacional. As contribuições do pensamento do autor serão evidentes, pois procura analisar a questão no âmbito da segurança energética de acordo com os títulos que já foram estudados.

III.1. A questão dos hidrocarbonetos na política interna e externa de Timor-Leste

A energia e a segurança são duas coisas mutuamente influentes. O desenvolvimento do país é apoiado pelas ofertas de recursos energéticos adequados (Vivoda, 2010: 3). Por outro lado, a falta de segurança energética do país terá um impacto na segurança nacional bem como na segurança internacional (Pardesi et al., 2006: 12). A energia tornou-se a agenda de segurança depois que o mundo ficou chocado com a crise de energia fóssil em 1973. Desde então, muitos países têm a segurança energética como uma questão de segurança nacional e de política externa (Belyi, s/d: 3).

A ameaça de que os países ficarão sem energia de hidrocarbonetos não existe apenas nos Estados ocidentais. Os países asiáticos também têm a segurança energética como uma das questões cruciais, algo que é sempre uma preocupação do Estado (Lam apud Vivoda, 2009: 7). Timor-Leste é um país que está estrategicamente localizado entre os continentes da Ásia e do Pacífico. A sua riqueza de energia de hidrocarbonetos é abundante. Essa condição exige que o governo também deva elaborar uma estratégia de política nacional e internacional com base na segurança e energia (Gabinete PM, 2010:9). Este estudo do caso incidirá sobre o papel da energia na agenda da política de segurança nacional e do seu impacto na agenda política externa de Timor-Leste.

Neste sentido, a energia, além de ter um papel como um garante da segurança da construção da nação, permite que os combustíveis fósseis possam servir como um dos indicadores de segurança territorial nacional. Os países com conteúdo de energia fóssil têm maior risco potencial de um conflito dos limites territoriais com base na localização desses recursos energéticos.

A questão da energia de hidrocarbonetos é um fator que afeta a estabilidade da política interna do país, bem como uma força motriz para o desenvolvimento da política externa (Hermenegildo, s/d: 201). A constituição de Timor-Leste indica que a política interna e externa é selecionada de acordo com os interesses e as necessidades de Estado e do povo timorense (Parlamento, 2002:7). A história da independência de Timor-Leste é registada através dos

sofrimentos e sacrifícios percebidos por todas as pessoas. A anexação dos países vizinhos, devido a conspirações políticas internacionais, e os conflitos internos serviram para a aprendizagem de muitas lições (Ministério Defesa, 2006:3). A lição mais fundamental é a energia de hidrocarbonetos que se tornou uma das principais causas da conspiração internacional através da Indonésia, e do seu controlo de Timor-Leste de 1975 a 1999 (Vieira e Marques, 2008: 20-21).

Ao aprender com a experiência, a política de Timor-Leste no contexto global é determinada com base nos princípios fundamentais reconhecidos internacionalmente. Os princípios combinam elementos da democracia, direitos humanos e a liberdade de utilizar os seus recursos naturais (neste contexto é energia de hidrocarbonetos) como um símbolo da integridade do Estado. A constituição define claramente que,

A República Democrática de Timor-Leste rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e independência, da soberania permanente dos povos sobre as suas riquezas e recursos naturais, da protecção dos direitos humanos, do respeito mútuo pela soberania, integridade territorial e igualdade entre Estados e da não ingerência nos assuntos internos dos Estados (Parlamento Nacional, 2002:10).

A segurança energética, na perspectiva política nacional e internacional em Timor-Leste, é claramente afirmada na Constituição. A Constituição ordena que o governo crie uma política nacional e internacional, justa e digna. O governo tem a responsabilidade de aplicar as leis fundamentais que incluem energia de hidrocarbonetos na agenda política do país. A garantia de segurança energética é um pré-requisito para a criação de independência nacional, a integridade territorial, onde as pessoas podem desfrutar da liberdade de um Estado independente (Gabinete Primeiro Ministro, 2010:4-7).

A política externa de Timor-Leste pode ser classificada em várias secções, como políticas bilaterais, trilaterais, regionais, multilaterais e internacionais (Dupont et al, 2002:3). Para um pequeno país como Timor-Leste, a sua segurança nacional será garantida quando o desenvolvimento da política externa se basear na cooperação entre os povos dos países no mundo (Parlamento Nacional, 2002:10-11). A cooperação, neste contexto, é baseada no respeito mútuo e no benefício dos interesses de seus respetivos países. Para manter a neutralidade na arena internacional, a política externa de Timor-Leste não adota certas alianças de poderes políticos e militares. Em vez disso, o Estado está a participar ativamente nas organizações políticas regionais e internacionais, de acordo com a formulação de interesses políticos nacionais. (Ministério Defesa, 2006:5).

Na perspetiva política de segurança nacional e segurança energética, Timor-Leste é ainda muito frágil. O povo timorense possui as reservas das energias de hidrocarbonetos que são abundantes e podem transformar Timor num país de crescimento económico rápido (Gabinete PM, 2010:9). No entanto, o crescimento da economia do país é altamente dependente da indústria do petróleo e pode ter uma série de ameaças.

A principal ameaça é, nos momentos que o preço do petróleo do mundo aumenta, a produção nacional poderia contribuir para o rendimento do país (governo governo, 2013; Guterres, 2011:1). Enquanto isso, as reservas nacionais de petróleo reduzem e, para além disso, a receita nacional do país pode diminuir drasticamente, ou mesmo ficar nula. Um país de baixa receita pode causar vários problemas, em especial à segurança e à energia. Quando o Estado não é capaz de atender adequadamente às necessidades de energia a um preço acessível, então, irá causar transtornos e desconforto na sociedade. A inclusão das energias de hidrocarbonetos como um dos principais aspetos da agenda da política externa pode ser considerada como um ato da securitização.

Segundo Fernandes, a segurança energética na agenda da política externa de Timor-Leste adota a política *free lines*. O Estado declara que não apoia nenhum dos blocos ou grupos de política internacional (Dupont et al, 2002:6; Parlamento Nacional: 2002; entrevista, Fernandes, 2012), a atenção é mais dirigida aos países que estão em conflito como a China com a Tailândia e a Rússia com a Geórgia, etc. A estratégia que o Estado timorense utiliza durante período do IV governo constitucional depende dos interesses de Timor. A política externa de Timor-Leste proactivamente envolve as organizações regionais e internacionais como ONU, CPLP, ASEAN e Grupo do Estado Frágil G7+, baseando-se nos planos de estratégia do país (Dupont et al: 2002; Gabinete PM, 2010:177-9).

A energia de hidrocarbonetos é uma das que subjazem da política de Timor em desenvolver os laços de amizade com os países que estão a cooperar com o Estado timorense. Globalmente, Timor goza de voto ao nível da ONU, baseado no princípio "*one State one Vote*". Este sistema coloca o voto do Estado timorense como um dos determinantes elementos no sistema da decisão da ONU. Instituições Internacionais da ONU como, "Economic and Social Council" (ECOSOC) "International Center for Climate Governance" (ICCG) ou membro do Conselho da Segurança não permanente da ONU, entre outras, são instrumentos da política externa do Estado timorense. (Schwartzberg, 2004:9; entrevista, Fernandes, 2012)

Ao nível das organizações multilaterais, o futuro da política de segurança energética de Timor vai ser muito estratégico se envolver a CPLP como uma fonte viável para estender a sua política energética (Dupont et al 2002:6). Nesta visão, Timor está a dar oportunidade a alguns países, especialmente os sete países da CPLP, para a cooperação no domínio da energia. Para

este efeito, o governo timorense tem planeado construir um consórcio ao nível da CPLP. Quando o consórcio estiver disposto a fazer negócios no campo da energia em Timor-Leste, a companhia Timor Gap irá liderar o processo (entrevista, Monteiro, 2012). O consórcio vai envolver as empresas dos países membros da CPLP, a saber: Timor-Leste, Brasil, Portugal, Moçambique, Guiné-Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe. Todos os Estados membros têm recursos de energia mineral enormes e se forem desenvolvidos em conjunto esses recursos poderão fornecer excelentes perspectivas para o futuro dos seus respetivos países. (Entrevista, Pires, 2012)

Para o efeito, os sete países vão estabelecer relações da cooperação no campo da energia. Dos sete países que fazem parte, o Brasil é o país que mais se tem desenvolvido e tem uma boa prática no campo da energia. "Portanto, temos a energia potencial, temos a capacidade tecnológica, uma combinação de todas essas forças proporcionará um impacto muito positivo para o desenvolvimento do sector de energia dos países membros". (Entrevista, Pires, 2012)

No que respeita à dimensão bilateral, Timor tem uma relação muito boa com a Austrália. Várias vezes houve discórdia entre os dois países relativamente à negociação marítima e ao local da refinaria e produção do gás natural e do petróleo. Os dois Estados não pouparam desacordos entre si em relação à agenda política da exploração e de partilha de rendimentos (Anderson, 2006: 2). A administração de conflitos foi resolvida através da concordância de cooperações bilaterais entre Austrália e Timor-Leste em relação ao desenvolvimento de energia no *Timor Gap*. Consequentemente, a relação de Timor-Leste com a Austrália, no processamento de petróleo e gás no *Bayu Undan*, tem sido muito positiva, mas, por vezes, as negociações relativas ao *Greater Sunrise* estão atoladas de diferenças de opiniões em relação aos direitos de canalização do campo de *Greater Sunrise* (Pires, entrevista, 2012).

A divergência na questão de partilha do rendimento e do local de exploração do campo *Greater Sunrise* entre o governo australiano e o governo timorense, durante cinco anos, deu capacidade a Timor-Leste na gestão de conflitos de interesses, que foram reconhecidos por outros países que tinham interesse no processamento de petróleo e de gás no *Timor Gap*. Neste caso, na perspectiva da securitização, a capacidade de formular cada palavra deve ser dirigida para afetar a outra pessoa que está a negociar. Durante os cinco anos de negociações, o governo de Timor-Leste atingiu vários acordos que são estratégicos no desenvolvimento da exploração *Timor Gap*. (Pires, entrevista, 2012)

III.1.1. A política da segurança e defesa

A integração da energia de hidrocarbonetos na agenda política interna é um catalisador do desenvolvimento nacional, do crescimento económico e da política interna, em contraste, o país, com esta riqueza de energia fóssil, será muito vulnerável a política de segurança interna e defesa nacional (Yumkella 2010:3; Bartholomeos 2006:3). A fragilidade da segurança e defesa pode ter origem de rivalidade entre os líderes ou elites da política nacional na competição pelo domínio político do em torno Estado. A tensão política entre Xanana Gusmão e o partido político Fretilin, neste caso, Mari Alkatiri, conduziu ao conflito e à violência aberta entre povos civis, instituições de segurança e forças de defesa de Timor-Leste (CRS, 2009). A meta principal da rivalidade política é a tendência política de dominar a política nacional, a negociação do Mar de Timor com a Austrália e o controlo do fundo de petróleo vem da exploração de hidrocarbonetos no mar de Timor.

O argumento principal que poderá ser apresentado aqui, relativamente à conflitualidade, ou seja à violência entre os povos civis e as instituições de segurança e militares nacionais ao longo da 2006 – 2009, divide-se em diversos aspetos. Os dois aspetos mais importantes na análise deste conflito são o aspeto interno do próprio Estado e o externo. Internamente, a falta de maturidade política dos líderes políticos, a falta de campo de trabalho, a falta de recursos humanos e as experiências institucionais foram alguns dos elementos causadores da instabilidade nacional (Jhonstone, 2012; CRS, 2009).

Externamente, o processo de negociação do *Timor Gap* entre o governo da Fretilin, sob a liderança do primeiro-ministro Mari Alkatiri, e o governo de John Howard, teve um impacto significativo na estabilidade da política interna bem como, a segurança e a defesa de Timor-Leste. A tensão passou a ser maior, causada pelo desejo do governo australiano de dominar os recursos energéticos, nomeadamente o gás e o petróleo no território de soberania de Timor-Leste na baliza do mar de Timor e a Austrália (Anderson, 2006: 2; Hermenegildo s./d.:198; Margesson 2006: 19).

A instabilidade política nas instituições do Estado e nas instituições militares e de segurança nos anos de 2005-2006 e entre o presidente Xanana Gusmão e o primeiro-ministro Mari Alkatiri constituíram um trampolim apropriado para que Mari Alkatiri se demitisse do seu cargo como Primeiro-ministro (Margesson e Vaughn 2009:10). A Austrália habilmente conseguiu tirar proveito dos conflitos entre os políticos timorenses, ganhando legitimidade junto dos eleitos políticos timorenses. Esta situação incentivou a criação de um novo governo de Timor-Leste o que criou condições para uma nova era de negociações da energia de

hidrocarbonetos no Mar de Timor (Johnston 2012:45-46; Brady 2006:2), bem como o sucesso da campanha anti Mari Alkatiri pelos meios de comunicação na Austrália.

Os conflitos, acompanhados de atos violentos dentro de F-FDTL, da polícia de Timor-Leste e entre as duas instituições, criaram um movimento comunitário e político que deu apoio à F-FDTL e à Polícia Nacional pela região (ONU, 2007:19). As características do apoio Estado pelo público para ambas as instituições, em geral, foram baseadas nos sentimentos das regiões, ou seja, entre o Ocidente e o Oriente. A situação tornou-se caótica e a violência ocorreu em quase todos os cantos da cidade de Díli (Curtain 2006, 3). A resistência entre a sociedade civil e de ambas as forças, de segurança e de defesa, acabou por desencadear uma demanda de intervenções internacionais. A intervenção da Austrália, da Nova Zelândia, da Malásia e entre outras, ocorreu a fim de acabar com a violência (ONU, 2007:3). A presença de militares internacionais serviu para garantir a elite política de Timor-Leste e para restabelecer a situação de segurança no país, sob a assistência da ONU em Timor-Leste.

As condições políticas encorajaram as elites políticas nacionais a criarem confiança no público, a fim de reerguerem o país da ameaça de um Estado falhado (IV governo AMP 2007,4). Oferecer uma ampla gama de agendas, incluindo formas e estratégias mais adequadas para negociar com o governo australiano em relação à energia de hidrocarbonetos no Timor Gap foi o grande objetivo (Anderson, 2006:5). Diversas políticas nacionais foram novamente discutidas, incluindo a reforma das forças armadas e de segurança. Transformar as duas instituições (F-FDTL e PNTL) em organizações modernas e profissionais era a principal agenda do novo governo. As reformas foram empreendidas para reconstruir a confiança entre as instituições estaduais e torná-las protetoras do Estado e da sociedade face a várias ameaças da segurança, tanto internas como externas (Crisis Group, 2008: i-ii).

A política de segurança interna realizada pelas agências de polícias nacionais age em conjunto com as forças militares e polícias internacionais. O programa da segurança nacional passou a estar focado na polícia comunitária, enquanto o programa da defesa nacional trabalhava na segurança marítima (Crisis Group, 2008:i). Nos programas executados e coordenados participam as agências nacionais de segurança e de defesa timorense e os parceiros internacionais, designadamente a Indonésia, a Austrália, a China e os EUA (entrevista, Ribeiro, 2012). Os programas são estabelecidos através dos representantes dos referidos países. Estrategicamente, Timor-Leste necessita de cooperações com outros países. Segundo Ribeiro, as instituições nacionais são ainda consideradas instituições muito fracas e frágeis. (Gabinete primeiro ministro 2007:5) A política de desenvolvimento da segurança e da defesa nacional está focada no desenvolvimento dos recursos humanos através das capacitações dos oficiais para elevar as suas capacidades profissionais dentro e ou fora do país (Fernandes, Entrevista, 2012).

De acordo com o Assessor do Secretário de Estado da Segurança, a questão da segurança tem estado bem controlada, ao longo dos últimos cinco anos, a partir de 2007 até às últimas eleições em 2012 (Ribeiro, entrevista, 2012). As políticas de segurança têm sido sucessivamente implementadas pelas autoridades de segurança de Timor-Leste (Curtain, 2006: 6; Ribeiro, entrevista, 2012). Da mesma maneira, têm sido realizadas as eleições dos chefes do Suco. Embora outros países, devido a conflitos, tenham enfrentado muitos problemas de segurança, o caso de Timor-Leste é diferente. Após ultrapassar a crise política e militar em 2006, o IV governo Constitucional, em conjunto com agências internacionais, fez uma reforma muito significativa no sector da segurança e da defesa e o resultado é a estabilidade a este nível da nova nação (Crisis Group 2006: 2-5).

A crise de 2006 foi uma referência muito importante para a reforma da segurança interna e defesa nacional. O conflito interno na própria instituição de segurança e defesa trouxe consequências muito graves. Por isso, a política de segurança do país procurou prevenir os conflitos, alertando para a possibilidade de virem a surgir tensões entre as instituições do Estado no futuro (Margesson 2009:14). A prevenção de conflitos é dirigida aos problemas latentes e aos conflitos que estão a acontecer. Para os problemas latentes, a prevenção serve para evitar o crescimento dos ciclos de problemas. A prevenção dos problemas está em curso serve para diminuir o volume de conflitos que estão a ocorrer até a uma pequena escala ou eliminar o conflito totalmente. A política que o Estado aplica reflete-se na criação da polícia comunitária, esta polícia funciona como preventor dos problemas nas sociedades (Ribeiro, entrevista, 2012).

III.1.2 A política externa de Timor-Leste

A energia de hidrocarbonetos torna-se a agenda mais importante na arena política e nas relações internacionais, tanto as de carácter bilateral como trilateral e multilateral. A exploração da energia de hidrocarbonetos no mar de Timor tem um carácter bilateral enquanto entra na negociação no direito da limitação da baliza do mar entre os dois países, a Austrália e Timor-Leste. Em relação à política externa na questão de hidrocarbonetos, as negociações assumem um carácter multilateral no que toca à participação dos países externos nas explorações dessa energia de hidrocarbonetos. A participação das companhias internacionais na exploração da riqueza energética no mar de Timor liga-se predominantemente ao conceito de segurança na perspectiva da segurança multissetorial. Nesta parte, coloca-se este tópico como uma parte essencial. O recurso da energia de hidrocarbonetos de Timor não só apenas traz o benefício económico ao país mais também aos riscos. A competição entre os grandes países interessados na exploração da energia de hidrocarbonetos como os Estados Unidos da América vê, em

muitos casos, a relação entre Timor-Leste e a China como uma ameaça à política externa do país.

Na geopolítica, Timor-Leste está localizado entre dois grandes países, a Austrália e a Indonésia, constituindo uma entrada muito estratégica entre a Ásia e o Pacífico (Palmeira 2009: 41). A influência externa na situação política interna tem sido vista com interesse pelo exterior. Há muito edifícios do Estado em Timor-Leste construídos pela China (Margesson 2009:6). Esta situação atrai a atenção dos EUA, sendo estes dois países têm interesse em influenciar a política interna de Timor-Leste. A Austrália é considerada com um dos países com vontade em desenvolver as instituições da segurança de Timor-Leste, através do desenvolvimento da capacitação da polícia e da F-FDTL (Hermenegildo s. /d.198). As assistências que dão os países exteriores procuram uma relação com o seu sistema político, bem como a exploração de recursos naturais do país. Sendo um pequeno país, a política de segurança externa de Timor-Leste conta precisamente com as necessidades do país. A compra de facilidades da guerra em grande escala pode atrair a atenção dos países vizinhos em relação à questão da segurança. (Ribeiro, entrevista, 2012).

A política externa de Timor-Leste tem por principal objetivo ter boas relações com os vizinhos. Esta aproximação serve para criar laços de amizade e ajuda para que Timor-Leste possa manter a segurança interna e a baliza com os países vizinhos (Dupont et al, 2002:20). A política da entrada de Timor-Leste na ASEAN dá mais vantagens para o desenvolvimento da economia, facilitando ainda a cooperação na área da segurança. (Hermenegildo s. /d:297; Ribeiro, entrevista, 2012)

O desenvolvimento da consciência nacional de segurança demonstra um consenso muito importante entre líderes nacionais. Os líderes políticos devem estar conscientes da importância de desenvolver uma comunicação política construtiva para assegurar a estabilidade e a segurança nacional (Ribeiro, entrevista, 2012).

III.1.3. O domínio da energia de hidrocarbonetos

O domínio da energia hidrocarbonetos nos *onshore* e *offshore* torna-se um contributo muito significativo para o crescimento da economia, bem como uma garantia para a segurança da energia do país (Porter e Wed, 2010: 1; Forbres, 2008: 12). A energia de hidrocarbonetos é tão importante que faz com que muitos países compitam pelo controlo dos recursos em questão, particularmente pela existência do que está localizado no fundo do mar (Mito, 1998: 734). Nesta perspetiva, a política de segurança energética cobre basicamente a relação entre o acesso aos

mercados e a segurança nacional. Os fatores considerados como os principais indicadores da segurança da energia são: o acesso aos mercados, o processo de produção, transporte e uso da energia. A energia é definida como a dimensão principal da economia e da segurança nacional (Deutch, 2010:1).

O desenvolvimento do mundo contemporâneo é carregado de tecnologia moderna, seja para o desenvolvimento nacional, seja para as necessidades de equipamento militar sofisticado, tudo depende da energia de hidrocarbonetos. Esta tendência encoraja os países desenvolvidos a procurarem dominar os recursos de energias naturais que ainda estão disponíveis nos países em desenvolvimento (Yumkella, 2010: 7). A inclinação pelo controlo de energia de hidrocarbonetos pode-se basear nas disputas sobre as fronteiras entre os Estados e o predomínio dos recursos energéticos pelas empresas estrangeiras através das partilhas dos lucros, que podem levar a confrontos militares (Mito, 1998: 728-730). O domínio da energia de hidrocarbonetos no fundo do Mar de Timor-Leste é uma finalidade do Estado timorense e também protege os recursos de hidrocarbonetos do domínio pelos países estrangeiros.

Os esforços estrangeiros pelo domínio da riqueza dos hidrocarbonetos de Timor-Leste acontecem desde a Segunda Guerra Mundial através da ocupação japonesa de Timor-Leste, entre 1942 e 1945. A Austrália descobriu as energias potenciais no fundo do mar durante a sua soberania, sobretudo, em 1963, quando descobriu a área da bacia offshore de Gippsland e em 1964, a bacia de Carnarvon. Não satisfeita com estes resultados, a Austrália, em seguida, expandiu o seu esforço de pesquisa e encontrou gás e petróleo no fundo do mar, no Mar de Timor (Fobres, 2008: 12-13). Em 1972, a Austrália imediatamente celebrou um acordo com a Indonésia relativamente à fronteira marítima, onde o limite é baseado na localização de petróleo que se encontrava no Mar de Timor.

O apoio da Austrália à Indonésia para ocupar Timor-Leste, em 1975, teve como motivo a facilitação das negociações do Mar de Timor entre ambos os países. Aos olhos da Austrália, a Indonésia era facilmente enganada por causa da sua ocupação de Timor-Leste, que foi rejeitada pela Organização das Nações Unidas e da comunidade internacional (Schofield, 2007: 92; Cunha 2001:20). Esta situação fez com que a Austrália tirasse proveito para dominar a Indonésia nas negociações da exploração do Mar de Timor.

Para o Secretario Estado dos Recursos Naturais, o ato da securitização dos recursos energéticos do país de domínio estrangeiro, nomeadamente os EUA e a Austrália, foi feito através do desenvolvimento da relação de amizade entre Camberra e Washington (Pires, entrevista, 2012). O povo timorense passou a desfrutar do apoio dado pelos EUA em relação ao progresso da democracia de Timor através de várias maneiras. Uma delas é a do Secretário de Estado dos EUA no dia da restauração de Timor-Leste a 2012. Para o Estado timorense, a

presença do representante dos EUA deu uma margem positiva ao progresso da democracia de Timor-Leste³. A atenção dos EUA na promoção da economia e da energia de hidrocarbonetos na lacuna do Mar de Timor ao exterior é um passo no avanço do ato de securitização. Desta forma fortificou-se o laço de amizade entre Timor e os EUA, ao mesmo tempo que se evitou a desconfiança acerca do domínio das energias pelos EUA. Os EUA são dependentes dos países produtores de energias para garantir a sua segurança da energia nacional (Fernandes, entrevista, 2012).

Geopoliticamente, Timor-Leste tem ameaças potenciais provenientes das áreas de fronteira com os países vizinhos, como a Indonésia e Austrália. As ameaças de segurança que vêm da Indonésia refletem-se nas disputas pelas fronteiras terrestres entre os dois países. A disputa territorial, em princípio, pode ter um impacto sobre o conflito militar e sobre a diplomacia, dependendo da evolução do conflito fronteiriço (Triggs e Bialek, 2002:6-7). Qualquer conflito na fronteira entre os dois países não vai acontecer por motivos de domínio de hidrocarbonetos no território ou no mar de Timor-Leste.

A ameaça de controlo da soberania territorial nacional de Timor-Leste pode vir da Austrália, no entanto, este tipo de ameaça é mais de natureza política e económica com a intenção de dominar os locais que têm recursos de hidrocarbonetos. Neste caso, a Austrália era mais propensa a utilizar estratégias de abordagem da securitização por meio de dois atores importantes, designadamente o governo e as empresas petrolíferas (Keye, s./d:73-75; Hermenegildo 2009, 54). O governo australiano tenta dominar ou influenciar Timor-Leste, baseando-se nos argumentos legais internacionais. O objetivo é apelar à consciência de Timor-Leste a aceitar a legitimidade da Austrália na área que faz parte do Estado de Timor-Leste. Por outro lado, Woodside, a companhia da Austrália, continua a esforçar-se para convencer o governo de Timor-Leste a produzir reservas de petróleo da Greater Sunrise na Austrália (Pereira, 2011: 1-2).

Em relação aos países vizinhos, Timor-Leste baseia-se fortemente na capacidade diplomática, concentrando-se na manutenção da integridade territorial e das suas riquezas energéticas fósseis (Gabinete Conselho Ministro, 2007: 4). A maior ameaça do domínio da energia poderá vir de fora se o país não aplicar a política nacional de forma democrática. Timor-Leste não é só conhecido como um país democrático, o sistema de administração da energia de Timor-Leste também é muito transparente e considerado como um dos melhores do mundo. Portanto o país não deve aceitar as ideias que vêm de fora e que ditam a política nacional da

³ Winning, David. 2012. High-Profile Visit Gives Growing East Timor Its Moment. *The Wall Street Journal*. Disponível em: <http://www.businessweek.com>

energia de hidrocarbonetos. O Estado tem a sua estratégia para proteger todas as energias potenciais no país e procura a sua própria maneira para atingir a segurança energética (Pires, entrevista, 2012).

Em suma, o espaço sociocultural timorense deve apostar sempre na confiança mútua, no desenvolvimento de fortes relações sociais e incentivar a formação de uma unidade sólida na luta pelos seus direitos como um Estado soberano. No contexto das relações internacionais, Timor-Leste e a Austrália podem ser vistos sob dois aspetos, a partir das suas relações bilaterais e das relações com as empresas australianas que operam no Mar de Timor. Um dos direitos que deve ser mantido é o de trazer a *Greater Sunrise* para Timor-Leste, para que possa ser administrada no continente timorense (Ministério Defesa, 2020:2006,7; Gabinete Primeiro Ministro, 2010:17). Este esforço vai incentivar o desenvolvimento e crescimento do emprego para o povo de Timor-Leste, mas a Austrália continua os seus esforços para frustrar os esforços de Timor-Leste (Pires, entrevista, 2012).

A história tem mostrado que as tentativas de anexar a soberania de uma nação para dominar a sua riqueza é um ato que vai contra direitos fundamentais (gabinete PM, 2010:175; Pires, entrevista, 2012). Neste sentido, faz parte da agenda política de Timor-Leste estar atenta a possíveis interesses que possam surgir por países como os EUA ou a Austrália no que respeita aos recursos energéticos do país.

O risco de dominação por países estrangeiros, como a China, os EUA, a Indonésia e a Austrália, do petróleo ou da energia de Timor-Leste não está incluído na agenda política nacional e externa. Para prevenir todas as possibilidades de domínio estrangeiro, o Estado deve proteger-se com leis e políticas nacionais adequadas. A cooperação entre Timor-Leste e outros países, no que toca à exploração do mar de Timor, já se estabeleceu. Timor-Leste mantém assim ligações com os EUA, o Japão e a Austrália. Posto isto, a Austrália tem uma relação muito ampla com a China, mesmo assim enquanto Timor-Leste cooperar com a China na pesquisa energética, todos os jornais da Austrália continuarão a publicar sobre este assunto. Embora a Austrália coopere com a Petro China, Timor-Leste não se pronuncia em relação a isto (Pires, entrevista, 2012).

Entretanto, cada país tem os seus próprios interesses, mas quando um país organiza o sistema governamental de forma transparente e democrática fecha o caminho para outros países, no que respeita ao domínio dos seus recursos energéticos. Os interesses de outros países, como a China, o Japão e a Coreia do Sul, residem essencialmente na importação do petróleo e do gás de Timor-Leste.

III.2. A exploração do Mar de Timor

Os recursos energéticos, como petróleo e gás natural no fundo do mar de Timor-Leste, têm um potencial muito grande e variado. Há vários locais que contêm petróleo e gás: BayuUndang, Greater Sunrise, Elang Kakatua (Terminou/escassez). As reservas de petróleo adjacentes ao Bayu Undan mantêm-se, ainda que, o pequeno poço de Phoenix permaneça inexplorado. Embora a localização seja muito perto do Bayu Undan, a quantidade de crude e gás é tão pequena que ainda atraiu o interesse de empresas petrolíferas para realizar a exploração (Fredrik Sjöholm, 2008:71).

Geograficamente, o local ao lado do Bayu Undan sobre Timor-Leste fica a aproximadamente 250 km ao sul de Suai Timor-Leste, enquanto a distância para a Austrália é de 500 km a noroeste de Darwin (Symon, 2001:4). Bayu Undan possui aproximadamente 400 milhões barris de petróleo e cerca de 3,4 trilhões de pés cúbicos de gás. As receitas serão obtidas por Timor-Leste e pela Austrália após a exploração das reservas de petróleo no Bayu Undan, num prazo de 20 anos, com início a partir de 2004 (Heyser, 2003:56).

A produção por dia no sítio de exploração Bayu Undan atingiu cerca de 110.000 barril condensado e GLP. Este número deve aumentar quando o investimento de capital na exploração e no desenvolvimento de infraestruturas atingir 1,5 trilhões de USD \$. Através do desenvolvimento de uma infraestrutura completa, podendo aumentar a frequência de sua produtividade, que pode chegar a 750 milhões barris por dia (Symon, 2001).

Conforme o acordo, os dois governos vão partilhar as receitas do Bayu Undan da seguinte forma: para o governo de Timor-Leste, um total de sete mil bilhões de dólares da Austrália e, para o governo australiano dois mil milhões dólares australianos (Heiser, 2003). Relativamente às empresas que são responsáveis pela exploração: a Phillips Petroleum dos Estados Unidos é o principal acionista com uma percentagem total de 50,3 %; Santos, 11,8%; Inpex 11,7%; e Kerr-McKee 1,2%. Os menores acionistas são: Petroz 8,3% e Agip 6,7% (Symon, 2001).

Olhando para a contribuição das receitas de Timor-Leste, decorrentes da exploração do Mar de Timor, pode ser dito que o petróleo e gás constituem uma grande produção. Além de Bayu Undang, há fontes de petróleo e gás que têm uma grande reserva, designadamente o Greater Sunrise. Os recursos de petróleo e gás natural foram encontrados neste local em 1974. O total de petróleo e gás natural estima-se em 8.8 trilhões de pés cúbicos de gás natural e cerca de 300 bilhões barris de petróleo (Fredrik e Sjöholm, 2008). Assim, o Great Sunrise é três vezes maior do que o Bayu Undang.

No início do contrato de exploração, em 2003, 82% destinou-se para a Austrália e Timor-Leste ganhou apenas 18%. Esta divisão é baseada na localização dos campos de petróleo, dos quais 20% estão na área ACDP, enquanto cerca de 80% estão no local que havia sido disputado pelos dois países (Heiser, 2003 e Saymon, 2001). O governo de Timor-Leste ficou insatisfeito com a divisão da exploração de campos de petróleo do Great Sunrise, pelo que iniciou novas negociações em 2007. Os dois países chegaram a um acordo, com mudanças na distribuição dos resultados, ou seja, 50% para Timor e 50% para a Austrália. O acordo é válido por 50 anos a partir da data de assinatura de aprovação.

A principal empresa que colaborou na exploração no campo do Greater Sunrise é o maior acionista da Woodside com 33,44% do total, seguido pela Phillips Petroleum, com a contribuição de ações de 30%. Phillips e Woodside anunciaram a vontade de explorar Greater Sunrise junto com Bayu Undan em 2000. Ocupando a posição de terceiro maior acionista está a Deutch Royal / Shell com 26,56%, e 10% de Osaka do Japão Gás (Symon, 2001:5; Pereira, 2010). Com base nestes dados, o número de empresas que operam na área de Sunrise é de quatro e todas elas são de investidores estrangeiros.

III.2.1 Timor Gap: apontamento histórico

A história de Timor Gap conta com três períodos importantes, nomeadamente, o período da colonização de Portugal, a ocupação da Indonésia e o período de Governo de Transição liderado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

III.2.1.1. Período da presença Portuguesa

A história da descoberta de petróleo e gás natural está intimamente associada à presença do governo português em Timor-Leste. A chegada dos portugueses começou em 1515 (Newport e Lopes, 2006, 5). Entretanto foi registado oficialmente pela história a presença dos Missionários Franciscanos no território do Leste da Indonésia a Timor-Leste, começando no Oe-cusse, distrito timorense a oeste do território da Indonésia, em 1702 (Forbes, 2010:3).

Enquanto isso, os recursos de petróleo do continente começaram a ser descobertos pelos geólogos a partir de 1893, iniciando-se a exploração dos mesmos no Viqueque, distrito localizado no leste do país, desde 1910. A continuação governo da presença portuguesa no território deu problemas na altura da Segunda Guerra Mundial. O Japão, naquela época, estava a lutar contra a Austrália, e controlava o território de Timor-Leste.

A guerra forçou a saída dos portugueses do território timorense a partir do ano de 1942 a 1945. Esta saída serviu para evitar a guerra, porque o governo central de Portugal era um elemento neutro ou imparcial das partes em guerra (Forbes 2010: 10; Neupert e Lopes, 2006). O governo Português retomou a soberania sobre o território e sobre toda a riqueza de recursos naturais, após a Austrália ter forçado a saída do Japão do território timorense.

Depois do seu retorno, o governo continuou a pesquisa sobre uma base contínua e, no final, encontrou os recursos de petróleo e gás natural maioritariamente localizados no fundo do mar de Timor-Leste. No final do ano de 1960, o "Oceanic Exploration Company" negociou com o governo Português a exploração de campos de petróleo no mar timorense. Na prática, os recursos energéticos não eram facilmente perfurados e explorados pelas respetivas empresas sob a supervisão do governo português.

Esta oportunidade foi dificultada porque em 1960, as Nações Unidas fizeram uma lista e anunciaram que Timor-Leste era um território que não estava governado. O governo português imediatamente declarou Timor-Leste como uma província ultramarina de Portugal. Esta condição também foi uma oportunidade para a Austrália reivindicar os recursos naturais disponíveis no Mar de Timor como suas propriedades. Em resposta a esta situação, o governo português, em 1970, propôs ao governo australiano iniciar negociações formais sobre a fronteira do Mar de Timor.

O governo australiano respondeu a Portugal através de um memorando que expressava a vontade de negociar depois desta última completar as fronteiras marítimas com a Indonésia (Antunes, 2002:6). Os governos da Austrália e da Indonésia negociaram uma fronteira marítima entre os dois países; a Indonésia ficou com Arafura Mar e com o mar de Timor. De acordo com King (2002, 2), a Austrália usou a CS Convenção, 1958, artigo 6º, nº 1, que estabelece que,

Where the same continental shelf is adjacent to the territories of two or more States whose coasts are opposite each other, the boundary of the continental shelf appertaining to such States shall be determined by agreement between them. In absence of agreement, and unless another boundary line is justified by special circumstances, the boundary line is the median line, every point of which is equidistant from the nearest points of the baselines from which the breadth of the territorial sea of each state is measured.

Com base no artigo CS, a Austrália conseguiu convencer a Indonésia, e ambos assinaram o acordo em 18 de Maio de 1971. O conjunto de linha é baseado nas 520 mil náuticas ao sul da fronteira terrestre da Indonésia e Papua Nova Guiné, na medida do meridiano 133º 23 Leste (King, 2002:4). Após ter definido os limites entre a Austrália e a Indonésia, em 1973, o governo australiano propôs imediatamente a Portugal negociações sobre a fronteira marítima entre os dois países. A Austrália sugeriu que o limite não deveria ultrapassar as 50 milhas a sul do mar de Timor. A proposta da Austrália foi automaticamente mais benéfica para o governo

australiano do que para Portugal. Portanto o governo de Portugal rejeitou todas as propostas feitas pela Austrália. O governo português estaria disposto, se a linha fosse baseada na linha mediana (Heiser, 2003:47-48).

Em resposta a essa rejeição, a Austrália, em Janeiro de 1974, compensou os direitos de exploração para a empresa Petro Timor, que fez parte da empresa que realizou a exploração oceânica. No entanto, depois de considerar, o governo australiano sentiu que esta indemnização ia contra a permissão da delimitação marítima (Antunes, 2002:6). De acordo com a Austrália seria mais fácil conectar a linha da fronteira do Mar de Timor acordado entre a Austrália e a Indonésia. A Austrália recusa-se a desenhar uma linha entre Timor-Leste e as fronteiras marítimas na parte ocidental australiana (King, 2002: 7).

Para responder às exigências da Austrália, o governo de Portugal propôs, como Estado membro do Conselho de Segurança (CS), que os dois países assegurassem a Convenção CS artigo 6, onde a fronteira é determinada pelo limite da plataforma continental. Isto foi confirmado pelo embaixador Pardo na ONU, com base na fronteira dos Estados e nos direitos da equidistância. A reclamação que surgiu foi sobre a fronteira marítima com base nos 200 metros "isobath" (isóbata) (Antunes, 2002:6-7).

Esta afirmação poderia ser rentável para o Timor-Português, mas a Austrália continuava a encontrar um pretexto para manter e alargar o seu domínio para a direita, para o Mar de Timor. Os australianos estavam mais preocupados com as áreas onde os recursos de energia tinham sido localizados. Portugal rejeitou a política da baliza marítima da Austrália e a procura do direito da uma fronteira marítima entre os dois países sobre a localização de petróleo e de gás natural no Mar de Timor não encontrou solução justa. Esta situação, colocando limites no Mar de Timor, é conhecida como o "Timor Gap" (Lowe, Carleton e Warten, 2002).

III.2.1.2. O período da presença da Indonésia

A presença da Indonésia em Timor-Leste prende-se, primeiramente, com a necessidade de controlar o petróleo e o gás no Mar de Timor pela Austrália e também por causa do receio dos EUA no que toca à expansão do comunismo em Timor-Leste. Em 1975, a Austrália e os Estados Unidos da América encorajam a Indonésia a anexar Timor-Leste (Vieira e Marques, 2008, 20). A ocupação ilegal da Indonésia de Timor-Leste em 1975 ofereceu mais oportunidades para a Austrália. A Austrália negociou com a Indonésia para explorar a riqueza das energias fósseis no Mar de Timor em benefício de ambos. A Indonésia confirmou Timor-Leste como uma das suas províncias em 1979, embora a Austrália reconhecesse esta ocupação ilegal a Timor-Leste em 1979 (Heiser, 2003).

A geografia do Timor Gap localiza-se entre o Mar de Timor e o noroeste de Austrália, baseada no tratado da baliza do Mar entre Austrália e a Indonésia no ano de 1972. A baliza foi criada a partir da baliza de solo oceânico da área leste da Nova Guiné e do sul de Timor Ocidental. O primeiro encontro da definição das balizas do mar entre a Indonésia e a Austrália deu-se após a saída de Portugal de Timor-Leste, que começou em 1979 (Mito, 1998:751-752). A segunda negociação entre a Indonésia e a Austrália iniciou-se em 1989. Nesta negociação os dois países concordam que a baliza fosse provisoriamente baseada na vigilância da área de pescas. A linha de marinha ficou concluída em Março 1997. O objetivo único deste tratado foi a determinação da baliza a partir de norte da Ilha de Crismas (Forbes, 2010: 6).

Entretanto, Heiser indicou que as balizas não tinham sido baseadas na linha média. Pelo contrário, as balizas foram determinadas de acordo com os compromissos entre diferentes posições dos dois países que seguiram a medida correta de delimitação do mar (Heiser, 2003: 57). A medida correta que causou disputas entre os dois Estados, em 1979, concentrou-se na área de direito Internacional do mar. A Austrália afirmou que a calha de Timor, uma trincheira submarina permanentemente localizada a aproximadamente 40-70 milhas náuticas e paralela à costa de Timor, era uma fronteira natural e representava a borda externa do prolongamento natural da plataforma continental da Austrália (Mito, 1998: 727).

Confrontado com esta afirmação, o Estado da Indonésia argumentou com o critério relevante da demarcação de solo oceânico, bem como a jurisdição dos recursos da coluna da água do Estado opostos mais ou menos a uma distância que não excede os 400 metros náuticos. A Indonésia continuou a manter a linha equitativa de demarcação a partir da linha média (Heiser, 2003:58). A resolução desta diferença de perspectiva encorajou a negociação nos termos do artigo 83 do UNCLOS, artigo 83. O artigo 83 exige que os Estados cheguem a um acordo equitativo quanto à delimitação da plataforma continental e façam "ajustes provisórios de carácter prático" até à finalização do acordo permanente na fronteira de fundo do mar e tais acordos provisórios devem ser "sem prejuízo" para a negociação fronteira final.

Baseado nestas regras, em 1985, a Indonésia e a Austrália celebraram o principal tratado da zona de cooperação conjunta. Mesmo assim, a relação entre os dois países deteriorou-se a partir de 1986. Finalmente, a relação entre os dois países altera-se de forma positiva, com a assinatura, em 1989, do "Timor Gap Treaty" que ficou conhecido amplamente entre os dois países como TGT (Mito 1986:573; Heiser, 2003:59).

O objetivo primário deste tratado é a divisão da zona de cooperação das explorações e aproveitamento dos recursos naturais de hidrocarbonetos no Timor Gap. O TGT, designada como "Zone of Cooperation" (ZOC), inclui as áreas de cooperação cobertas pelo tratado e que são proximamente 60.000 km de largo e divide o Timor Gap em três áreas mencionadas como

"A", "B" e "C" . As partes restantes do limite leste e oeste foram estabelecidas a partir do ponto litoral australiano, enquanto o limite oriental e ocidental das áreas "A" e "B" está situado a sul e são linhas de equidistância, elaboradas pelo território português e indonésio, tal como existia em 1974. A fronteira norte é a linha simplificada de eixo bati métrico de calha de Timor sendo o limite máximo de reivindicação australiana e o limite sul é de 200 milhas náuticas da costa de Timor-Leste que representa o grau máximo da reivindicação da Indonésia.

O limite que separa a área C, no norte da zona, da zona A, é a área central de desenvolvimento conjunto e representa a isóbata de 1500 metros. A fronteira que separa a área A da área B, no sul da zona, representa a linha mediana entre os dois países (Mito, 1998). As áreas B e C são conhecidas como áreas de jurisdição da Indonésia e da Austrália e aplicam prospectivamente as leis domésticas baseadas no tratado de Timor Gap. A área B pertence à jurisdição da Austrália e esta área está localizada no sul da zona de cooperação. A Austrália tem obrigação de notificar a Indonésia sobre qualquer operação de petróleo e divide 60% das receitas geradas de petróleo nesta área. Pelo contrário, a área "C" é parte da jurisdição da Indonésia e localiza-se na parte norte da zona da cooperação. A Indonésia tem obrigação de notificar a Austrália e divide 10% das receitas geradas em relação à operação de petróleo nesta área.

Os recursos gerados a partir da exploração de petróleo na área A são compartilhados igualmente entre a Austrália e a Indonésia. Esta área é uma das reivindicações mais importantes em termos territoriais da Austrália e da Indonésia, porque se localiza na zona central e está sujeita ao controlo conjunto (Mito, 1998). O regime do TGT propõe uma soberania neutra para todos e as atividades não devem prejudicar a Indonésia ou a Austrália num limite permanente da plataforma continental, enquanto o TGT estiver em vigor. O TGT permanece em vigor por um período mínimo de 40 anos, com extensão de 20 anos, renovação que ocorre automaticamente, a menos que o acordo final do limite do fundo do mar seja atingido.

Segundo King, o acordo sobre a cooperação entre a Indonésia e Austrália em relação à exploração do Mar de Timor ignorou completamente os protestos de Portugal, em 1985, sobre a delimitação marítima entre os dois países. A atitude, de ambos os países, fez com que Portugal continuasse a ser assertivo na busca de uma solução justa sobre a questão de Timor-Leste. A aprovação de 5 de Maio de 1999 foi o culminar de Portugal no apoio e luta pelo povo de Timor-Leste e pela sua autodeterminação. Nesta aprovação inclui-se a soberania de Timor-Leste para decidir o destino da riqueza de recursos de hidrocarbonetos contidos no fundo do mar de Timor e Austrália (King, 2002:22).

III.2.1.3. O período de Timor Independente

A soberania do Estado timorense e os seus recursos naturais, como o petróleo e o gás, foram controlados pela Indonésia e pela Austrália durante muito tempo. A Austrália aproveitou a ocupação ilegal da Indonésia em Timor-Leste para negociar a exploração do mar de Timor. A negociação não envolveu o povo timorense enquanto proprietário destes recursos de hidrocarbonetos. Os dois países, com base em interesses políticos e económicos, fizeram a prospecção e exploração de petróleo e gás no Mar de Timor.

Entretanto, depois de mais de duas décadas de ocupação indonésia, a ONU iniciou um referendo que foi realizado em 30 de Agosto de 1999. Esta decisão foi uma "lufada de ar fresco" para o povo de Timor-Leste que conduziu à autodeterminação. Em 4 de setembro de 1999, a ONU anunciou que a maioria do povo timorense tinha escolhido a. Após o referendo, a Indonésia saiu do país, que ficou sob o domínio administrativo da ONU. Este domínio durou três anos, ou seja de 1999 até 2002 (Heiser, 2003:62).

Durante a presença das Nações Unidas, muito sucesso foi alcançado durante o período de transição. O sucesso mais importante e fundamental foi a negociação entre Timor-Leste e a Austrália. O representante das Nações Unidas, juntamente com o representante do povo de Timor-Leste, negociou os recursos energéticos de hidrocarbonetos no fundo do mar de Timor. Este sucesso só pôde ser alcançado após a Indonésia deixar Timor-Leste e o sistema do governo ser assumido pela Administração de Transição das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET).

Ao longo do período de transição, desde Outubro de 1999 a Junho de 2001, foram feitas algumas trocas de memorandos entre o governo de transição e a Austrália (Antunes, 2004:13). Depois de chegar a um acordo, a 3 de julho de 2001, o governo australiano anunciou que havia um acordo entre a UNTAET e o governo da Austrália. A 5 de julho, a Austrália e o governo de transição assinam um Memorando de Entendimento, Timor-Leste é representado por Mari Alkatiri, o secretário-geral do partido Fretilin, que mais tarde se tornou Primeiro-Ministro (Antunes, 2004). Ambos os governos concordaram em substituir o TGT, de 1989, sobre a exploração da energia de hidrocarbonetos no Mar de Timor, por um novo acordo do Tratado do mar de Timor.

Como uma nova nação independente, Timor-Leste fez a sua própria história através da assinatura de prospecção e exploração de petróleo e gás na fronteira marítima entre Timor-Leste e a Austrália. A assinatura do acordo foi feita em conjunto com a restauração da independência de Timor-Leste a 20 de Maio de 2002 (ANP, 2011). Através do acordo celebrado neste dia, Timor-Leste entrou numa nova era como um Estado independente.

III.2.2. A estratégia negocial do Governo relativa aos Hidrocarbonetos no Mar de Timor.

Após a Independência, Timor-Leste negocia com a Austrália como um Estado soberano. O país passou a ter o direito de determinar as suas posições sobre os benefícios a serem obtidos com a exploração do Timor Gap. Assim, deve notar-se que o acordo da lacuna de Timor não é uma tentativa da continuação do TGT. O acordo feito no período da transição só se aplicava a partir daquele momento. Tal significava que era possíveis novas negociações após a restauração da independência de Timor-Leste (Antunes, 2002:12).

O debate sobre o limite do Mar de Timor com a Austrália assenta essencialmente em duas problemáticas (Mats e Sjöholm, 2008:70): a fronteira entre Timor-Leste e a Austrália deve ser determinada pela distância ou deve basear-se no princípio da plataforma continental. A principal preocupação da Austrália é o local onde os recursos de hidrocarbonetos estão localizados. O foco principal da Austrália é que as plataformas continentais se baseiem na localização do Timor Gap.

Em contraste, a Austrália não queria que a disputa pela fronteira marítima entre os dois países fosse solucionada pelo Tribunal Internacional de Justiça. Esta possibilidade poderia ocorrer porque a posição de Timor-Leste é muito forte em relação à fronteira marítima entre os dois países (Bugalski 2004: 291). De acordo com McBeth, a Austrália teve dificuldade em determinar a sua posição, porque se a determinação dos limites do mar entre Timor-Leste e a Austrália se baseasse no limite do mediano, o petróleo e gás seriam todos controlados por Timor-Leste. Enquanto isso, outra dificuldade é que se a Austrália usasse a mesma abordagem, estaria a convidar a Indonésia a voltar a questionar a fronteira marítima que foi acordada em 1972. Isto significa que a Austrália fecharia todas as possibilidades de Timor-Leste para disputar as fronteiras marítimas (McBeth, 2004).

Com base na lógica desse pensamento, a Austrália recusou-se a dialogar com Timor-Leste sobre as fronteiras marítimas. Em vez disso, a Austrália recomendou a Timor-Leste para continuar a implementar as soluções alternativas que tenham sido previamente acordadas na zona A, o que significava voltar para a área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto do período da Indonésia (JDP A) (Lao Hamutuk, 2002:5).

Isto contrasta com o desejo de Timor-Leste em manter a soberania sobre os recursos de petróleo contidos no fundo do mar de Timor. Timor-Leste exigia que a área leste e oeste partissem da zona de cooperação reconhecida como fronteiras marítimas de Timor-Leste (Mats e Sjöholm, 2008:70). Estas procuras baseiam-se nos direitos da linha de equidistância que não

reconhecem áreas de fronteira marítima que foram aprovadas pela Austrália e pela Indonésia, em 1972 (Antunes, 2002).

As negociações entre os dois países foram feitas em seguida, com base no artigo 83 do UNCLOS, sem prejuízo dos direitos e da posição dos dois países para falarem sobre a delimitação de áreas marítimas no futuro. A Austrália e Timor-Leste (este último representado pela UNTAET), coletivamente deixaram a ZOC que foi formada sob o TST e substituíram-na pelo JDPa (Heiser, 2003:64; Mats e Sjöholm 2008; Antunes, 2002,15; Lao Hamutuk 2002).

A aprovação do novo JDPa proporcionou uma distribuição mais equitativa para Timor-Leste de acordo com as exigências do direito de fronteiras marítimas. O JDPa, durante o governo indonésio, fez igualmente uma divisão entre os dois países, 50% para a Indonésia e 50% para a Austrália. Durante a governação de Timor-Leste, a divisão passou a ser mais rentável, para a Austrália 10% e os 90% restantes para Timor-Leste.

No entanto, a área reivindicada por Timor-Leste no oeste ou no leste foi o JDPa, como Corallina e campo Laminaria na parte ocidental, enquanto a parte Leste ficou com Greater Sunrise, que permanece sob propriedade da Austrália. Assim a Austrália tirou mais proveito do que Timor-Leste (Sjöholm de 2008; Lao Hamutuk 2002).

Com base no acordo entre os dois países, a ACDP é gerida conjuntamente pelos dois países. Todo o petróleo potencial contido na ACDP é reunido e processado, sendo ajustado às regras acordadas pelos dois países. De longe, os maiores campos de petróleo são Bayu Undan e Greater Sunrise. Conoco Philips é uma empresa que é responsável pelo processamento do petróleo e gás de Bayu Undan. 90% de todos os impostos e outras receitas derivadas de Bayu Undan (Forbes,2010:7) vão resultar em milhões ou até bilhões de dólares americanos para o tesouro do governo de Timor-Leste.

Timor-Leste aprendeu com a experiência de negociações entre a Indonésia e a Austrália. Ao passo que a Austrália apresentava documentos completos sobre a delimitação, a Indonésia não podia fornecer evidências concretas e convencer a Austrália dos limites que propunha. Este facto é bem aproveitado pelos negociadores da Austrália para convencer a Indonésia dos limites que queriam implementar. Com isto, a Austrália muda a sua posição política em relação à ocupação de Timor-Leste por parte da Indonésia, apoiando esta acção em termos legais. (Pires, entrevista, 2012).

A estratégia negocial de Timor-Leste é baseada em questões importantes tal como o facto da necessidade de se equipar com diversas leis relativas ao processo de negociação, de forma a estar bem preparado em termos de política. O princípio utilizado é uma decisão que vai solucionar vários problemas ao mesmo tempo, incluindo convencer a opinião pública. Na acção

de securitização, convencer a opinião pública é importante. Outra condição importante é a qualidade da liderança nacional como ator da securitização (Pires, entrevista, 2012).

As campanhas lançadas pelas companhias australianas vêm colocar Timor-Leste em risco: para as companhias australianas, a produção do petróleo e de gás em Timor não têm qualidade. Contrariamente a esta ideia, o governo timorense demonstra através de estudos feitos por geólogos timorenses junto de companhias internacionais, que Timor-Leste tem condições para produzir petróleo e gás com qualidade. Além disso, o Estado timorense garante que o gás de Timor-Leste vai ser comprado por um dos maiores compradores de gás do mundo, a Coreia do Sul. No que se refere à segurança LNG, o governo garante que não há nenhuma indicação que refira a possibilidade de instabilidade em Timor-Leste no futuro em relação à produção de gás (Pires, entrevista, 2012).

O medo da segurança que é acrescentado pelas companhias associa-se à possibilidade de ataques terroristas no campo da produção de gás. Esta opinião não é relevante no contexto de Timor. O Estado considera que não há possibilidade de ataque de terroristas, porque o objetivo dos terroristas é matar as pessoas, embora esta indústria não vá acumular muita gente e por isso o terrorismo vai sentir uma perda se atacar o campo da indústria. Mesmo no próprio Médio Oriente, que tem muitos ataques terroristas, não houve ataques a campos ou a indústrias. Por isso, as dúvidas dos ataques terroristas vêm das companhias (Wood Side). Não há motivos para admitir riscos de segurança, porque o governo timorense tem contado com todas as possibilidades de riscos de segurança em relação à refinaria e à produção de gás (Pires, entrevista, 2012).

Pires observou que o presidente da Wood Side chamou o embaixador da Coreia do Sul à Austrália e aconselhou-o a que a Coreia do Sul não acreditasse no governo timorense em relação à produção do gás. As ideias que apresentaram sobre petróleo e gás de Timor não são válidas; é uma visão que revela falta de informação ou informação errada (Pires, entrevista, 2012). Recentemente, os geólogos encontraram uma nova reserva no mar de Timor, maior do que o Kitan com aproximadamente 40 milhões de barris por dia. Portanto, Timor-Leste, neste momento, não toca nas reservas dos territórios, o Estado está concentrado no mar de Timor.

Levando a cabo um esforço para a segurança da energia, o secretário do Estado dos recursos energéticos está a desenvolver um programa de pesquisa. O objetivo desta pesquisa é, especificamente, a procura de potências de recursos energéticos no plano terrestre, como petróleo, gás e ouro mineral. A descoberta de potências energéticas dá espaço para que o Estado possa estabelecer um bom plano para assegurar a energia a longo prazo. Por outro lado, o Estado timorense continua à procura de meios para colaborar com os Estados que se mostram interessados na questão da segurança da energia, para que Timor tenha a experiência e saiba

aplicar também o fornecimento de energia de forma contínua e ecologicamente custeável (Silva, entrevista, 2012).

III.2.3. O papel das instituições do petróleo nacional de Timor-Leste nas negociações da exploração do Mar de Timor.

O papel da organização do petróleo nas negociações do Mar de Timor é necessário para fortalecer o governo de Timor-Leste no âmbito da negociação de energia de hidrocarbonetos. Há dois papéis fundamentais desempenhados pelo instituto do petróleo. O primeiro é a seriedade e estratégia negocial do governo de Timor-Leste à Austrália nas negociações sobre a fronteira entre os dois países, com ênfase para a localização da energia de hidrocarbonetos. O segundo, mais desafiante e muito importante, é a negociação com as empresas que representam o governo da Austrália relativamente à aplicação da decisão de cooperação assinada pelos dois países (Petrotil 2007, 3).

Numa perspetiva geral, a participação de organizações da sociedade civil é essencial, a Austrália vê a participação de organizações governamentais e não-governamentais como uma força política representada por entidades nacionais. A unidade nacional indica uma responsabilidade moral de defender a soberania do país e o direito da economia de toda a comunidade. Neste contexto, as negociações do Timor Gap são vistas a partir de uma perspetiva de segurança e soberania do país contra a dominação de potências estrangeiras sobre o território (Vianan, entrevista: 2012).

De acordo com o enquadramento legal nacional, o órgão que tem competência para negociar fronteiras marítimas é, em princípio, composto ou representado pelo Primeiro-Ministro, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Energia e dos Recursos Naturais e de outros órgãos independentes envolvidos na equipa de negociação. O órgão que desempenha o papel mais importante nas negociações com a empresa australiana, relativamente ao local da indústria da produção de petróleo e gás, é a empresa estatal de Timor-Leste, Timor Gap (Ministerio Recurso Naturais 2007: 5-7).

O principal objetivo das instituições nacionais de petróleo nas negociações do Mar de Timor é fazer com que a produção de petróleo e de gás do Greater Sunrise obrigatoriamente se canalize e produza no continente de Timor-Leste (Monteiro, Entrevista, 2012). Tendo em vista este objetivo, o governo estabeleceu um programa nacional, "tasi mané". Este programa vai desenvolver uma base industrial e logística em Suai, a refinaria e a indústria do petróleo químico em Betano, distrito Same (Gabinete PM, 2012). O centro de refinaria de Betano vai produzir 30 mil barris por dia, 20% para consumo local e 80 % para exportação. E Beaso, no

distrito Viqueque, será a base de canalização de pipa e produção de gás para exportação e também servirá para o fornecimento de energia de eletricidade (Gabinete PM 2010; Monteiro, Entrevista, 2012).

Enquanto isso, a organização que representa os dois países, Timor-Leste e Austrália, é a Autoridade Nacional do Petróleo ANP (Ministério dos Recursos Naturais, 2007, 5-7; Petrotill 2007, 4-5). Um dos objetivos desta organização é executar ou administrar o processo da exploração do Greater Sunrise que foi discutido pelos dois países. A negociação começou em 2003 e resultou num acordo que se chama CMATS e, após 7 anos do processo de elaboração de um plano de desenvolvimento, está a terminar (ANP, 2011: 6-14; Silva, entrevista, 2012).

A autoridade Nacional do Petróleo (ANP), como autoridade nacional, tem obrigação de selecionar o que o Estado pode oferecer para as companhias e o que não se baseia nos regimes legais. Os dois Estados, Timor-Leste e Austrália, têm dois regimes, um para exploração na área conjunta e outro para controlar o processo do contrato. Os regimes legais são para exploração nas áreas conjuntas. O Greater Sunrise está em processo de negociação; esta área vai ser explorada, baseando-se no sistema tratado entre a Austrália e Timor-Leste (Timor-Leste, 2008: 2379; Silva, entrevista, 2012).

A função da ANP é baseada no acordo sobre a unificação do Greater Sunrise assinado a 12 de janeiro de 2006 e leva à partilha que é de 50% para Austrália e 50% para Timor-Leste, durante 50 anos, onde não há discussão sobre os limites marítimos. Apesar de a área de Timor-Leste estar localizada fora da área de desenvolvimento conjunto, todo o petróleo e o gás está localizado no território terrestre de Timor-Leste (Schofield, 2007:205-6). Essas áreas vão regular o regime legal de Timor, baseando-se nas leis chamadas de atos do petróleo (Silva, entrevista, 2012). Em relação à exploração do mar de Timor, a ANP funciona como uma autoridade reguladora que representa Timor e Austrália. Significa que não há mais uma organização de autoridade em Austrália e Timor-Leste. Existe uma única instituição designada de ANP (Freitas, 2010: 2).

A garantia de exploração de petróleo e de gás depende da qualidade do plano de desenvolvimento da companhia indicada. Uma vez que a ANP aceita o plano de desenvolvimento, ambos os Estados irão receber o rendimento da exploração do petróleo e gás para o bem-estar do seu país e do seu povo (ANP 2011, 6). No processo de seleção do plano de desenvolvimento, a ANP funciona como um selecionador e aprovador da proposta das companhias. A ANP é uma instituição conjunta de ambos os países, a sua responsabilidade é estudar o plano de desenvolvimento das companhias da Austrália e ser sua aliada na preparação para explorar o campo de sol nascente.

Para equilibrar o processo, a ANP depende da política do governo timorense e a companhia nacional está em processo de negociação do plano de desenvolvimento antes de determinar o local do centro da refinaria. Falta ainda compreender porque é que a Austrália não tem argumentos fortes para convencer a ANP em relação às desvantagens de canalizar a pipa para Timor-Leste (Pereira, 2011: 1-2; Silva, entrevista, 2012). De acordo de CMATS, após um ano de aprovação da proposta do plano de desenvolvimento, a companhia tem o direito de fazer a exploração, por isso esta rejeição também serve para evitar a demanda da companhia de ter o direito de exploração, uma vez que a ANP aceita que a companhia explore diretamente (Pires, 2009:5).

Segundo o Vice Diretor da Organização Não Governamental (ONG) Luta Hamutuk, a questão do Greater Sunrise entra nas negociações entre os dois países. As negociações são feitas numa reunião e baseiam-se numa estrutura que é adaptada para um nível e tempo específicos, é sistemática e realizada por uma equipa especial. Existem várias atualizações de informações entre as autoridades nacionais de petróleo com as companhias que vão operar no campo do Greater Sunrise (Viana, entrevista, 2012).

As negociações devem ser baseadas nos interesses do país e da necessidade de envolver todos os membros da nação, incluindo a Fretilin. As negociações não devem ser feitas apenas pela ANP, ao contrário, as organizações da sociedade civil e a Igreja não devem só criticar, mas devem contribuir com ideias para as negociações. A contratação de peritos que tiveram sucesso nas negociações do Bayu Undan, como Mari Alkatiri e outras entidades, como José Teixeira e Jacarias Albano, são um passo em frente (Viana, Entrevista, 2012). Os negociadores adversários vão ver esta equipa como uma força de unidade nacional. Rejeitar componentes das negociações de vários representantes públicos poderia enfraquecer o poder de negociação de Timor-Leste. Reconhece-se que todas as entidades da sociedade, como a sociedade civil, Igreja e partidos da oposição, estão dispostos a ter uma refinaria de petróleo em Timor-Leste. (governo 2007: 2-4; Pinto, entrevista 2012).

As negociações do Greater Sunrise não são feitas entre o governo da Austrália e o governo de Timor-Leste, mas apenas pela empresa australiana "WoodSide", embora Timor-Leste seja representado pela companhia do Estado, Timor Gap. Já que a Austrália enviou a WoodSide para representar o governo australiano, Timor-Leste é também representado pela empresa Timor Gap (Winning, 2012: Silva, entrevista, 2012).

Segundo Monteiro, a participação de Timor Gap como companhia nacional passa por envolver-se na exploração do petróleo, refinaria, produção até transporte, onde também se inclui a garantia da sustentabilidade da energia de petróleo e gás do país, embora para controlar as atividades das companhias de petróleo e de gás cumpre à ANP. A ANP regula não só o gás e o

petróleo importado como a própria produção dos mesmos. A posição da companhia Timor Gap é igual à da "Petromas" de Malásia e da "Pertamina" da Indonésia, entre outros exemplos (Timor Gap, 2011; Monteiro, entrevista, 2012).

A missão do Timor Gap consiste em estimular a produção de óleo, gasolina, diesel, gás, querosene, entre outros, que o país precisa. Este estímulo serve para favorecer as reservas a curto, médio e longo prazo. Como por exemplo, perceber qual é a quantidade de petróleo necessária que deve ser produzida diária e mensalmente no país. Desta maneira é possível que as instituições respondam às necessidades dos consumidores e ao mesmo tempo evitem a escassez do petróleo. Timor Gap pode garantir a fornecimento do petróleo durante 90 dias enquanto o país atravessar uma crise de combustíveis (Petronas e Timor Leste, 2008, 1; Monteiro, entrevista, 2012).

III.2.4. A implementação do Tratado do Mar de Timor de 2002

A implementação do tratado do Mar de Timor foca-se no campo de Bayu Undan. O Bayu-Undan é a única área que atualmente está a atuar na Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto (ADPC), operada pela Conoco Phillips. O campo do petróleo foi o primeiro a ser descoberto em 1995. Os recursos são estimados em 500 milhões de barris de petróleo e 8,8 trilhões de pés cúbicos de gás e o tempo de vida do campo é entre 25-30 anos, tendo a produção de gás sido iniciada em 2004 (Stevens e Cassinadri, 2008: 11-13). Após a implementação do tratado de 2002, resultaram várias negociações que constituíam uma continuação do tratado. Ocorreu posteriormente a negociação de 2003 que culmina no acordo de 2005.

O acordo assinado em 2005 estipulou que Timor teria 90% da exploração de petróleo e a Austrália 10 %. Este acordo é admirável porque, no passado, na era da governação da Indonésia, a Austrália e a Indonésia partilhavam 50/50 % (Triggs e Bialek, 2002: 8). A política de partilha do rendimento da exploração do Timor Gap, no período da governação da Indonésia, dividia a exploração para as companhias 60% e para os dois países 40%. Os 40% eram partilhados pela Indonésia e pela Austrália. Racionalmente 50% iria para o povo indonésio e 50% para o governo australiano. Na era da independência, Timor-Leste entra numa nova política da negociação como um Estado soberano. Com uma visão política da partilha dos resultados da exploração do Timor Gap, o governo conseguiu assegurar o futuro da economia e da segurança energética do povo timorense: 90% do rendimento vai para cofre do Estado Timor e 10% para o Estado da Austrália (Lao Hamutuk, 2002:5; Pinto, entrevista, 2012).

O acordo de 2002 trouxe muitas vantagens para o povo timorense, o resultado da exploração contribuiu muito para a construção do país. O maior recurso financeiro do Estado vem de fundo de petróleo, 90%, e 10% de impostos (Banco Mundial, 2003,2; Entrevista, Pinto, 2012). Por outro lado, as negociações de Bayu Undang estabeleceram, baseadas no acordo 2002, que a Austrália, através da sua companhia Woodside, está preparada para canalizar a pipa do Greater Sunrise com infraestruturas de Bayu Undang ou moderadamente aplica uma opção flutuante. Uma escolha mais favorável à aproximação económica do que à questão política (Pereira, 2011; Viana, entrevista, 2012).

Comparando o acordo da exploração do mar de Timor em 2002 e 2006, os dois acordos deram muitas vantagens ao governo timorense. A realidade demonstra que o governo timorense recebeu dinheiro em numerário rapidamente. As desvantagens sofridas pelo Estado timorense são os lucros dos rendimentos da exploração Bayu Undang não foram partilhados equitativamente pelos dois Estados; pelo contrário, a maior parte do rendimento foi controlado pelas companhias com total 60% da exploração. Esta negociação não trouxe grandes vantagens ao povo timorense como dono dos recursos de hidrocarbonetos (Entrevista, Silva, 2012). Esta prática foi reconhecida como uma prática de usurpação pelos exportadores do petróleo gerido pelas companhias estrangeiras (Karl s./d:22). As empresas internacionais raramente criam campos de trabalho para as populações locais.

A implementação do acordo de 2002 não previa grande impacto adicional para Timor-Leste, quer na criação de empregos quer no desenvolvimento industrial através da utilização do resto da extração de petróleo e gás, que ocorre apenas em Darwin - Austrália (Entrevista, Pires 2012). Esta região cresceu rapidamente, tendo o seu desenvolvimento avançado num período relativamente curto, quando comparado com o facto de as infraestruturas de petróleo e de gás de refinaria não terem sido construídas (Monteiro, entrevista 2012).

A grande vantagem adquirida pelo governo australiano é a participação da sua empresa Woodside como uma das maiores acionistas de Bayu Undan. A sua receita é maior do que a de Timor-Leste. Como um país novo, em 2002, Timor-Leste não acreditava que fosse possível ter uma companhia bilionária do Estado, uma vez que a situação financeira estava completamente dependente de contribuições de doadores internacionais (Banco Mundial, 2003, 9: Silva, entrevista 2012).

III.2.5. A fiscalização e segurança das áreas marítimas

As políticas interestaduais em torno de questões de fronteiras marítimas suscitam tensões porque não há certeza da fronteira marítima de cada um dos países envolvidos. Isso geralmente ocorre por causa dos recursos encontrados no fundo do mar, em muitos casos, com base na localização de recursos naturais, especialmente os recursos de hidrocarbonetos como a principal fonte de fornecedores de energia fósseis. Esta situação requer maturidade política dos países envolvidos para que se possa resolver as divergências de acordo com o direito marítimo internacional aplicável (Rongxing, 2010: 2).

As soluções alternativas oferecidas por Timor-Leste e pela Austrália na questão dos hidrocarbonetos no Mar de Timor são bom exemplo para outros países envolvidos no conflito baseado nas fronteiras marítimas ou na posse de energia de hidrocarbonetos (Mats e Fredrik, 2008: 70). Clark refere-se a uma solução baseada numa relação de amizade, uma solução que enfatiza a diplomacia e a negociação sem uso da força militar entre os dois países como atos legais da resolução (Clark, 1992:77). Consequentemente, na base de lei ambos países, estes têm obrigação de fiscalizar a segurança do mar em conjunto.

A fiscalização marítima é um elemento importante na segurança do país. O mar funciona como transporte marítimo que facilita atividades de economia bem como constitui um instrumento de proteção do ambiente. A garantia da segurança do mar e a prevenção da contaminação do petróleo e gás na exploração do Mar de Timor são responsabilidades de Timor, da Austrália e das companhias que operam no Timor Gap (Tratado, 2002:10).

As políticas de segurança marítima do país dividem-se de acordo com as funcionalidades das instituições estatais de segurança e de defesa nas zonas internas e internacionais. A segurança marítima nas zonas internacionais entre Timor-Leste e os países vizinhos é da responsabilidade da Força Armada timorense. Não esquecendo contudo que a instituição F-FDTL necessita de navios da guerra para executar a sua responsabilidade nas zonas de balizas marítimas internacionais do país (Fuik, 2006: 23; Fernandes, entrevista, 2012). Entretanto, a tarefa da Polícia Marítima da Policia Nacional Timor-Leste é assegurar a segurança marítima no país. Os navios de patrulha das duas instituições são dirigidos para proteger as pescas de Timor, bem como os recursos de hidrocarbonetos na zona costeira do mar de Timor.

A patrulha na baliza do mar de Timor é da responsabilidade da força naval F-FDTL. No futuro, a polícia também planeia ter um helicóptero para facilitar a polícia na patrulha aérea. O objetivo é proteger a soberania das zonas aéreas de Timor. É preciso complementar estas ações com uma boa cooperação e diplomacia com Austrália e Indonésia. Além disso, é necessário

contar com o apoio dos EUA, da Malásia, da China e de outros países que tenham potencial para cooperar com Timor-Leste em diversas áreas. Como um país pequeno, Timor-Leste criou laços de amizade vantajosos entre os países mais fortes, com o objetivo de garantir a estabilidade e a soberania do país (Ribeiro, entrevista, 2012; F-FDTL, 2006,24).

Timor-Leste não deve ver a Austrália unicamente como membro na cooperação para a exploração do mar de Timor. O desenvolvimento de boas relações, após a escassez do petróleo, é importante e deve ser estabelecido a partir de agora. A segurança é uma questão integrada, a cooperação entre todas as entidades de segurança e defesa nacional, bem como com países vizinhos, são importantes para garantir um futuro estável do país (Hermenegildo, 2009: Pires, entrevista, 2012).

III.3. O fundo de petróleo

Os recursos energéticos de hidrocarbonetos abundantes são uma mais-valia que o país possui, mas poderiam ser um problema se não fossem geridos de forma eficaz e eficiente (Alkatiri, 2007). Não se pode negar que a maioria dos países que têm recursos de hidrocarbonetos são países vulneráveis a questões socioeconómicas, e em termos de segurança (OECD, 2012:76). Timor-Leste é um dos países que tem uma riqueza substancial de hidrocarbonetos no fundo do mar de Timor. Se geridos de forma adequada, os resultados de exploração dos recursos energéticos contribuirão para a receita do Estado, destinada a aumentar o crescimento económico e a melhorar a qualidade de vida do povo (Recurso Naturais, 2007:4).

A estabilização do fundo de petróleo é destinada a cumprir as metas do país, onde o Estado governa toda a riqueza nacional de forma a estabelecer a equidade e a ser justo na sua utilização para o bem-estar da geração atual e das futuras. Administrativamente, o fundo é integrado na conta do Estado, o sistema da gestão é gerido de forma transparente, e é da responsabilidade o Ministério das Finanças de acordo com as regras aplicáveis (Timor-Leste, 2005.1).

As principais fontes de financiamento do Fundo de Petróleo vêm da divisão dos *royalties* entre as empresas que operam no Mar de Timor com a Austrália e Timor-Leste, de acordo com o tratado do Timor Gap de 2002. Cada país tem a sua própria conta, a ANP é o órgão representativo dos dois países que tem toda a responsabilidade pela distribuição do rendimento financeiro obtido da exploração do Mar de Timor para a conta de cada país (Timor-Leste, 2008).

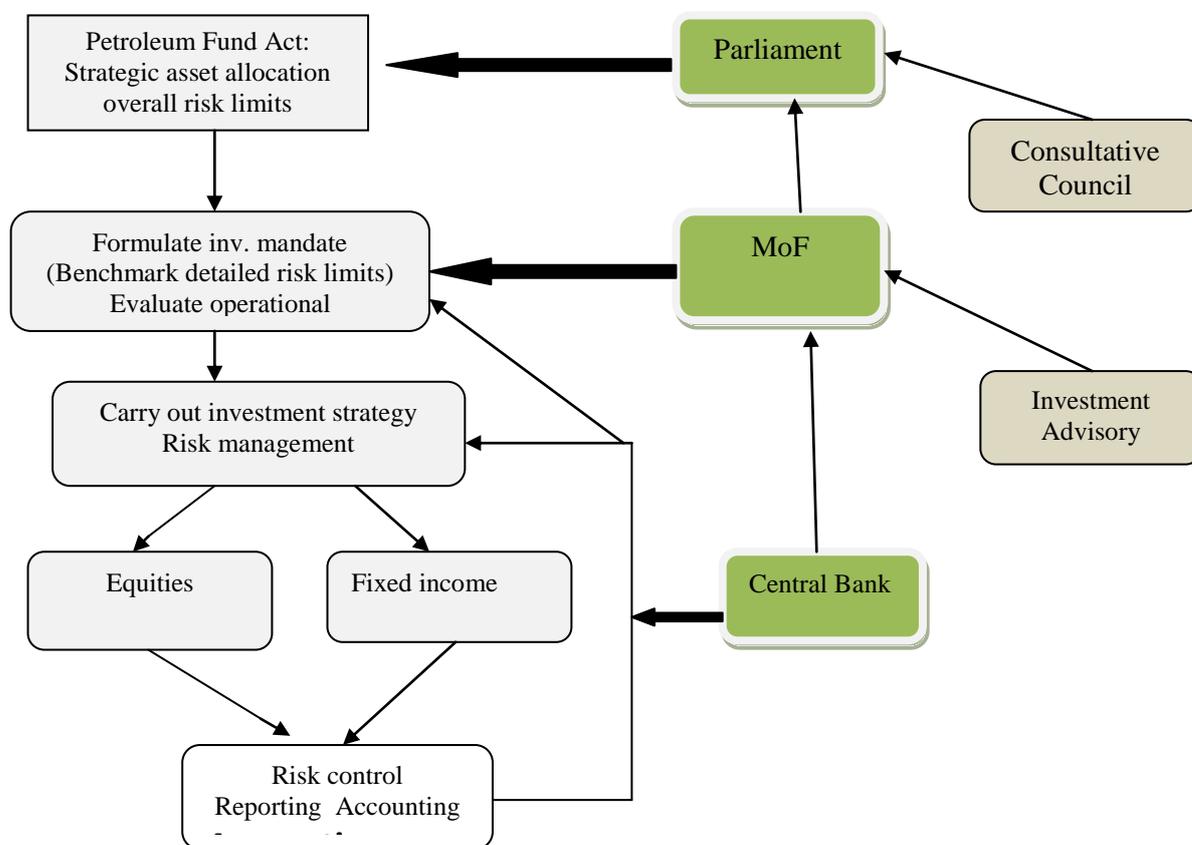
A política de utilização do fundo de petróleo determina que as companhias exploraram, produzem e vendem a mercados internacionais; o resultado é dividido entre os dois Estados e entre as companhias. Os direitos ou as percentagens dos dois países são geridos pela ANP. A ANP calcula um total de 10% para a conta do Estado australiano e Timor-Leste fica com 90% dos *royalties*. O sistema da administração adotado pelo Estado timorense permite que a ANP distribua os rendimentos de Timor através do fundo de Petróleo.

No caso de Timor-Leste, as finanças obtidas das extrações do petróleo não são diretamente dirigidas para a conta do Estado, ao contrário da ANP que dirige diretamente para a conta do fundo de petróleo num banco norte-americano, em Nova Iorque (IMF, 2008,1; Silva, entrevista, 2012). As funções da ANP baseiam-se na lei que limita a distribuição dos direitos, a política da utilização do fundo depende da decisão política do governo timorense e do seu banco central. A lei do fundo de petróleo determina que a utilização por parte do Estado timorense do fundo para o desenvolvimento nacional não exceda os 3%. As instituições competentes na tomada da decisão são o governo e o Parlamento Nacional através do aconselhamento e recomendação de Conselho Nacional Consultivo.

III.3.1. A Gestão do Fundo de Petróleo

Timor-Leste é um país novo com baixos rendimentos em relação ao resto do mundo e a maioria da sua população está a viver no limite da pobreza. Regular as receitas do petróleo através de boas práticas é a única solução para que o povo e o país encontrem uma saída para a pobreza e alcancem prosperidade (IMF, 2009:5;World Bank, 2010). No entanto, o país faz a reformas em conformidade com as boas práticas internacionais. Timor-Leste tem feito progressos significativos na transparência fiscal ao longo dos últimos anos. O progresso contém um quadro transparente e sustentável para a gestão do sector de petróleo, através de um fundo petrolífero bem administrado, supervisionado, e que é regularmente alvo de auditorias. O processo de orçamento básico é relativamente bem estruturado; a informação adequada aos compromissos dos doadores e os gastos anuais financiados no orçamento são fornecidos; o uso de um sistema moderno integrado de gestão da informação financeira foi posto em prática, e uma conta única do tesouro eficiente que executa quase todas as operações orçamentais está ativa (IMF, 2010:1).

Segundo Ovesen, o sistema de governação do fundo de petróleo é baseado no sistema da Noruega, que é o seguinte:



Fonte: Ministério das Finanças da Noruega (Ovesen, 2008:34)

A partir da restauração da independência, o Estado timorense estabelece a Norwegian Source, tendo em conta a política de utilização do fundo de petróleo de forma clara e sustentável (Stevens e Cassinadri 2008:17). Esta prática é considerada única nas regiões da Ásia e Pacífico. Entretanto, a nível internacional, Timor-Leste é membro da "Extractive Industries Transparency Initiative" (EITI), uma organização de transparência internacional do petróleo. Segundo a avaliação desta organização, Timor-Leste torna-se o terceiro país com melhor prática na transparência e governação do petróleo (Ovesen 2007:6; Evans 2006:1). A funcionalidade da organização passa por garantir a partilha do lucro da extração do petróleo e gás pelas companhias dos dois países, Austrália e Timor-Leste, de forma transparente. A clareza na gestão não acontece apenas nos pagamentos de rendimentos entre as companhias dos dois Estados, mas também inclui os processos das concorrências de exploração (Collier, 2007:5-7; Fernandes, entrevista, 2012).

Este sistema da administração adotado pelo governo timorense faz com que o país seja reconhecido como um dos países com boas práticas políticas, no que se refere ao fundo do

petróleo no mundo. O novo país torna-se um bom exemplo para os países da colonização portuguesa no continente africano que possuem recursos de energia de hidrocarbonetos. O sistema de transparência da gestão do fundo do petróleo adotado pelo Estado timorense tem como objetivo dar possibilidades aos cidadãos para que estes controlem as utilizações dos fundos de forma transparente. Regionalmente, o modelo de transparência de Timor-Leste está a promover-se em outros países do continente asiático. A Indonésia é uma nação vizinha que não entra na EITI, assim como alguns países africanos (Collier, 2007; Fernandes, entrevista, 2012).

Num país como Timor-Leste, implementou-se a gestão das receitas de forma correta, para evitar o perigo de défice financeiro do país, mas que por si só não é suficiente. Para evitar a ameaça da *doença holandesa*, é necessário requerer a contribuição da empresa de petróleo, instituições financeiras internacionais, desenvolvimento de sistemas petrolíferos, incluindo as decisões políticas e os interesses dos países industrializados para comprar o petróleo e o gás disponível. Internamente, as instituições associadas ao sistema de gestão de fundos de petróleo devem ser fortes em recursos humanos e têm o compromisso de executar todas as regras de acordo com os procedimentos aprovados. Politicamente, a boa vontade do governo em executar todas as regras dos fundos do petróleo vai ajudar o Estado a realizar boas práticas de acordo com as normas internacionais (Lao Hamutuk, 2004:5).

III.3.2. As fragilidades e as medidas adotadas na utilização do Fundo de Petróleo

O fundo de petróleo é frágil enquanto as despesas do Estado, ano após ano, tendencialmente ultrapassarem a lei do fundo (Stevens e Cassinadri, 2008:1). Muitos países, na era dos recursos de hidrocarbonetos, têm rendimentos abundantes, o que faz com que cresçam rapidamente. Contrariamente, o país declina, quando os recursos são escassos ou existem más práticas de utilização do fundo, violando as regras estabelecidas pela lei (Veasna e Kojima 2008:1; Humphreys e Sandbu 2007:194-195).

Neste sentido, a fragilidade do fundo de petróleo é causada pelos inadequados uso das receitas. No caso de Timor-Leste, o governo tem usado as finanças do Estado sobretudo para a construção física do desenvolvimento, enquanto a qualidade é baixa. Para além disso, no período da governação do Partido Fretilin, a lei do petróleo não foi aplicada como garantia dos empréstimos financeiros dos exteriores. Recentemente, a lei do petróleo tem sido usada como prova para o governo realizar a transação de crédito (Viana e Pinto, entrevista, 2012). Esta política do empréstimo coloca Timor-Leste nas ameaças da “doença holandesa”, assim, a defesa da energia nacional poderá entrar numa situação frágil. (Humphreys e Sandbu 2007: 3; Ribeiro, Entrevista 2012).

A medida tomada para assegurar que o país não caia na ameaça da "doença holandesa" e na insegurança energética nacional foi estabelecida através do limite da utilização do fundo. A lei permite a utilização do fundo, se esta não ultrapassar 3% da "Estimated Sustainable Income (ESI)". Isto significa que o Estado só deve usar a taxa de juros do fundo. A deliberação de 3% é baseada na projeção da acumulação global de recursos de petróleo extraídos do fundo do mar de Timor. Estima-se que as receitas totais derivadas de petróleo e de gás no Mar de Timor, após a exploração, atinjam 24 mil milhões de dólares. Assim, 3% é retirado de um total de 24 bilhões dólares que haviam sido previstos. Se houver um plano orçamental acima desta lei, o governo deve explicar, no parlamento nacional, as razões fundamentais que levam a esta necessidade extraordinária e passando-se seguidamente à sua execução. Com base nisto, o governo de Xanana vem excedendo a utilização dos 3% do fundo dos petróleos (McKechnie, 2013; Viana, Entrevista, 2012; IMF, 2009).

As áreas do petróleo e do gás contribuem muito significativamente para a economia do país e estão classificadas como as principais receitas do país. Por sua vez, está previsto que o campo de Bayu Undan seja explorado nos próximos dez anos (Drysdale, 2010:79). Por outro lado, os preços de petróleo e gás vão evoluir de acordo com a procura mundial, por vezes os preços sobem, por vezes descem (Sovacool, 2010:229). Portanto, o governo precisa de usar as finanças do Estado com responsabilidade. Isto é muito importante, porque o governo necessita sempre de apoio financeiro de forma contínua para realizar o desenvolvimento nacional. Neste momento o governo está a usar finanças estaduais acima do seu limite máximo recomendado pela lei do fundo de petróleo. Para obter um melhor e contínuo nível financeiro, o governo está a alocar algumas receitas para construir uma refinaria de petróleo em Timor-Leste. A refinaria de petróleo a ser construída destina-se à canalização do gás e do petróleo do campo de Greater Sunrise, localizado no território de Timor-Leste (Scheiner e Dias, Entrevista, 2012)

A opção do governo de Timor-Leste para realizar a refinaria no continente é uma decisão certa que tem em conta gerações futuras (Pires, 2005). A política tomada pelo governo nem sempre tem sido bem aceite pela sociedade civil (Scheiner e Dias). A política do governo traz potenciais prejuízos para a economia bem como para a segurança do país. Os cálculos do governo que preveem que a refinaria no continente de Timor-Leste traga benefícios económicos e de segurança energética podem constituir uma utopia. O Estado não irá beneficiar com a prometida refinaria. O governo irá muito gasto financeiro para executar a construção das infraestruturas necessária. O orçamento que será destinado ao governo vem do Fundo de Petróleo, a partir de Bayu Undan. Ao mesmo tempo, a receita a ser auferida pelo Estado pode ser menor do que os gastos. O que pode acontecer é o gasto excessivo por parte do governo na construção da refinaria e esta não ficar concluída. Então as alternativas que podem ser tomadas

são a venda ou leilão do Greater Sunrise ou outros valiosos recursos do país (Scheiner e Dias, entrevista, 2012).

Baseado nesta análise, conclui-se que se o governo não conseguir desenvolver as finanças estaduais de forma sustentável, o país sofrerá um impacto muito negativo. No futuro, o país poderá ter dificuldades em garantir a segurança energética, poderá existir falta de transferências de dinheiro de subsídios para os mais necessitados. A perda de receita poderá afetar a capacidade da comunidade para atender às necessidades energéticas nacionais. Se o governo entrar nesta situação, o país, provavelmente, não só cairá na “doença holandesa” como também se dará a falência do Estado.

III.3.3. As alternativas adotadas

A política da exploração do campo de Greater Sunrise em território de Timor-Leste é uma alternativa adotada pelo governo timorense. Estima-se que o campo possa contribuir em 20-40 mil milhões de dólares, não se descartando a possibilidade de atingir cerca de 58 mil milhões para a tesouraria do Estado de Timor-Leste. Entretanto a área conjunta de 70% entre a Austrália e Timor-Leste permanece intocável, bem como a área exclusiva de 50 % de Timor-Leste, assim como o continente com 100% de área por explorar. A política do governo Timorense é assegurar os recursos para as gerações futuras. Para o efeito do plano da refinaria do campo de Greater Sunrise, o governo alocou 250 hectares de terreno no Beaco, distrito de Viqueque, para o desenvolvimento da planta de LNG até 20 MTPA, a 300 hectares de terreno em Betano, Distrito de Manufahi para Refinarias e Petroquímicas, e 400 hectares de terreno no distrito de Suai para o desenvolvimento de uma base de fornecimento. (Pires, 2009; Pires, entrevista, 2012; Serra, 2004:7).

Uma boa opção é a utilização dos rendimentos do petróleo da melhor forma para estabelecer as áreas produtivas que devem contribuir para a segurança energética no futuro. Entretanto, a opção mais viável é investir em tecnologia moderna relativamente aos materiais industriais petrolíferos. Para além disso, é necessário formar recursos humanos com boas qualidades nas áreas energéticas com o objetivo de ter especialistas que possam ser bem-sucedidos nas explorações das reservas energéticas de hidrocarbonetos no território e no fundo do Mar de Timor. Recursos humanos timorenses com alta qualidade facilitam a competitividade nas áreas da energia à escala nacional e internacional e representam as companhias timorenses. (Ministério Finanças, 2012; Pires, entrevista, 2012).

Tendo em vista a utilização do fundo de petróleo em prol do desenvolvimento dos recursos da economia alternativa, a política do IV governo Constitucional tem investido na área da economia não petrolífera como a agricultura, o turismo, as infraestruturas, a indústria não petrolífera. Esta política pretende a preservação das reservas do petróleo e do gás no mar de Timor, financiando os gastos do Estado e, simultaneamente, fornecendo o crescimento da economia do país bem como a garantia da segurança e da energia (PNUD, 2011; Banco Mundial 2006:4; Tilman, 2012).

Similar a esta perspectiva, o governo norueguês dividiu e propôs várias alternativas que devem ser tomadas com base de referência para evitar a fragilidade, ou seja, a insegurança do fundo de petróleo. Essas ações consistem essencialmente no investimento em infraestruturas, água potável e saneamento, energia elétrica e recursos humanos. Por outro lado, um aspeto muito importante é o investimento direcionado para o desenvolvimento do sector privado para possibilitar a criação emprego e aumento do rendimento da economia sustentável do país (Ovesen, 2008:16; IMF, 2009).

III.3.4. A Utilização do Fundo de Petróleo em prol do desenvolvimento e do fornecimento da energia do País.

Em muitos países em desenvolvimento, a exploração dos recursos naturais como a energia de hidrocarbonetos é muito comum. As receitas do petróleo e do gás destinam-se a apoiar o desenvolvimento da economia timorense e quase 90% do plano fiscal anual do país baseia-se nas receitas de exportação e taxas de petróleo (Fujitomi, 2003:46). Não há dúvida que um novo país como Timor-Leste está incluído no grupo dos países com um plano financeiro estadual inteiramente dependente das receitas do petróleo e do gás. Esta política fiscal faz com que Timor-Leste seja conhecido como o segundo país mais dependente das receitas do petróleo, mais do que o Kuwait (McKechnie 2013:1). Ao otimizar o rendimento da receita do petróleo, em 2020-2030, o governo de Timor-Leste quer ver resultados na agricultura e nas infraestruturas. Na agricultura, tomou medidas para impulsionar a produção de culturas específicas, todos os cidadãos de Timor-Leste terão acesso à água potável, o saneamento será melhorado. Além disso, a reparação, melhoria e construção de estradas é um dos planos do governo para cumprir objetivos económicos e sociais importantes (Gabinete primeiro ministro, 2010).

Ao nível da saúde, educação e economia, o povo de Timor-Leste vai viver onde as pessoas são educadas e experientes, capazes de uma vida longa e produtiva, e de terem oportunidades de aceder a uma educação de qualidade que lhes permita participar no

desenvolvimento económico e social do país. A nação terá uma população mais saudável, os serviços de saúde de alta qualidade serão acessíveis a todos os cidadãos timorenses. Para além disso, no sector energia, as populações terão acesso ao fornecimento de energia elétrica moderna e combustíveis de hidrocarbonetos de forma adequada e acessível (AusAid, 2011:5; Monteiro, entrevista 2012).

Isto significa que a responsabilidade do governo é gerir o fundo de forma transparente para atingir o plano nacional do país. A constituição deve assegurar que a utilização do rendimento do petróleo deve ter em conta um bom desenvolvimento da economia e educação para todas as crianças da população de forma a garantir que cada uma das pessoas tenha uma boa alimentação a cada dia (no mínimo comer três vezes por dia), boas condições de habitação, acesso a água potável, saneamento e eletricidade (Alkatiri 2012).

Tais aspirações nem sempre são cumpridas se o comportamento da administração do governo não agir de forma profissional. Segundo Alkatiri, o IV governo de facto não foi bom na gestão do fundo de petróleo. O governo deveria utilizar o fundo para fortalecer o crescimento da economia, para que o povo tenha possibilidade de sustentar a sua vida e as suas famílias. A utilização do fundo de petróleo deve estar ao serviço da promoção da qualidade de vida da população, e de uma política inovadora que permita às comunidades organizarem as suas atividades económicas, e criarem rendimentos para o povo. A cultura de gastos de receitas do petróleo sem um carácter de construção física da sociedade não é durável nem sustentável; não é uma política da construção do país (IMF 2009:5;Dridale,2010).

A principal política de governação passa por promover a qualidade da vida de cada cidadão a partir das aldeias, pequenas comunidades, concelhos, distritos e também ao nível nacional. A utilização dos recursos naturais do país destina-se a promover e criar oportunidades para todos os cidadãos participarem ativamente no processo de desenvolvimento. Assim, as populações sentirão o benefício que vem da exploração dos recursos naturais (Evans 2006:171-173;Alkatiri, 2012). Segundo Pereira, o Estado timorense está a andar no caminho certo para alcançar o desenvolvimento nacional, o crescimento económico e a prosperidade de todos os cidadãos do país (Pereira, 2009).

III. 3.5. A contribuição do fundo de petróleo para o fornecimento de energia do país

A energia é uma matéria-prima fundamental na vida moderna e um dos principais sectores que distingue as sociedades saudáveis e ricas das frágeis e pobres. Neste mundo contemporâneo, as populações crescem, desenvolvem-se rapidamente e necessitam de

fornecimento de energia. Para isso, a melhor opção tomada pelo Estado é apostar na crescente procura de energia de forma eficaz e sustentável (Lott, 2013:12).

A Coreia do Sul é um bom exemplo do desenvolvimento do sector da energia. A política do Estado relativamente à energia de hidrocarbonetos é feita através de reservas do petróleo no subterrâneo. Desta maneira assegura-se que, quando o país sofrer uma crise de energia, o poderá garantir o fornecimento de energia ao público de forma adequada e acessível. As medidas tomadas pelo governo são a colocação de companhias de petróleo e gás no exterior para explorar e transportar as energias de hidrocarbonetos de outro país para a Coreia. Aprender com a experiência da Coreia, na visão da ANP e do Timor Gap, é importante, pois esta estratégia é um exemplo que mostra um caminho possível para a nação de Timor-Leste. Os factos demonstram que Timor-Leste possui um potencial de recursos de petróleo e gás. A descoberta dos recursos energéticos deu vantagens ao Estado, o que pode assegurar a segurança de energia a longo prazo. A medida mais viável é a utilização do fundo de petróleo de forma eficiente e eficaz em prol do desenvolvimento da segurança de energia nacional (Silva e Monteiro, entrevista, 2012).

A contribuição do fundo de petróleo para a energia do país é tomada através da construção do armazenamento do petróleo e do gás em todo o distrito de Timor-Leste. Com esta iniciativa, se o país atravessar uma crise de Estado pode pedir a intervenção do fundo do petróleo e controlar a situação, garantindo o fornecimento da energia aos cidadãos. Neste caso, a ANP representa o governo na inspeção, atua e adota medidas necessárias relativamente à irregularidade da qualidade do petróleo, preço, refinaria e outras atividades relacionadas com o sistema petrolífero (Monteiro e Silva, entrevista, 2012).

A construção de infraestruturas modernas de eletricidade e a compra de máquinas produtoras de energia elétrica de alta qualidade vem de receitas petrolíferas (Guimarães, 2012). Estas são ainda aplicadas na construção das infraestruturas de refinarias do petróleo e de gás da Greater Sunrise nos distritos de Covalima, Manufahi e Viqueque, sendo esta uma política de longo prazo no que diz respeito à segurança energética de Timor-Leste a partir de fundo do petróleo. Esta política pretende fornecer às gerações futuras uma boa qualidade da vida através do acesso à energia elétrica moderna e à energia fóssil adequada com preços acessíveis, ambientalmente saudável e contínua (Gabinete Conselho Ministro, 2010; Pires, entrevista, 2012).

A extensão do fundo do petróleo no campo de energia vai ser estratégica enquanto Timor-Leste intervém na política energética continental. Neste caso, o envolvimento de Timor-Leste na Comunidade dos Países Língua Portuguesa (CPLP), assim como no grupo G7+, é muito importante. Os países membros africanos têm bastantes reservas de hidrocarbonetos. A

participação da companhia do Estado timorense "Timor Gap" no consórcio do petróleo e gás deste grupo contribui muito para o desenvolvimento da segurança energética de Timor-Leste no futuro. Além disso, é um dos países representativos de boas práticas no que respeita à transparência do fundo petrolífera. O Estado timorense tem vantagens em participar na política de desenvolvimento do sector do petróleo e do gás, constituindo um modelo de segurança de receitas petrolíferas para os países membros que possuem energia de hidrocarbonetos. A política do Estado timorense visa a promoção económica, bem como a manutenção da segurança energética nacional (OECD, 2013;Gusmão, 2012; Pires, entrevista, 2012).

III.4. A exploração do gás natural no Campo de Sol Nascer

O Greater Sunrise contém o maior potencial de petróleo e de gás natural, ultrapassando o campo Bayu Undan. A área que é ainda disputada diz respeito ao local mais apropriado para a produção de petróleo e gás (Pires, 2009). Há muitos estudos realizados sobre a refinaria e pensa-se que o conflito é considerado como um jogo político internacional no domínio da energia. A posição de Timor em relação à Austrália no que diz respeito à exploração do campo de Greater Sunrise em Timor Gap prende-se com a baliza marítima entre os dois países (Margesson e Vaughn, 2005:13). Por causa desta disputa, o IV governo timorense negociou com a Austrália e dessa negociação surgiu um acordo que refere que, durante 50 anos, Timor-Leste e Austrália não voltarão a disputar a baliza marítima no mar de Timor, onde se localiza o petróleo e o gás. (Monteiro, entrevista, 2012).

Segundo o diretor da Autoridade Nacional do Petróleo, a Austrália apresenta duas teorias de exploração do Greater Sunrise: a condensação do gás na flutuante acima do oceano no mar de artesanato e ainda a utilização do centro que existe em Darwin (Silva, entrevista, 2012). Para a Austrália, a melhor solução para a extração dos recursos é através da flutuante, pois a refinaria em Timor-Leste traria muitos gastos e não teria os recursos tecnológicos adequados, uma vez que a parte do mar de Timor é muito rasa ou profunda (Pires, entrevista, 2012). Para Timor-Leste, a flutuante do LNG oferece uma dura advertência sobre os riscos graves do uso de FLNG para o Greater Sunrise (Pereira, 2013). O melhor benefício económico e o mais seguro é canalizar a pipa para o continente timorense. A razão fundamental baseia-se nos acordos e no tratado da exploração do Mar de Timor. Na visão do governo timorense, a justiça da partilha do local da produção existe. Enquanto o campo de Bayu Undang beneficia o povo australiano, ao contrário o Greater Sunrise é para o bem-estar do povo timorense (Monteiro, entrevista, 2012).

Timor-Leste, durante este processo, evoluiu muito na área de desenvolvimento dos recursos humanos, com várias especialidades como a geologia, os estudos do petróleo, as

técnicas de exploração, entre outros. O Estado timorense também investe em processos de estudo que possibilitam a viabilidade dos recursos energéticos. Em 2008, o Primeiro-Ministro estabeleceu um *task force* do estudo da viabilidade da canalização do Greater Sunrise para Timor-Leste. Esta equipa está integrada no "Timor Gap", uma Companhia Nacional de petróleo do Estado timorense. As equipas dos estudos são compostas por peritos estrangeiros e chefiadas por representantes timorenses. Este estudo demonstra a possibilidade da canalização da pipa para Timor-Leste como forma de beneficiar o povo timorense. Esta constitui a melhor opção. (Petronas e Timor Leste, 2008; Monteiro, entrevista, 2012).

O esforço da refinaria do Greater Sunrise é um ato da securitização do Estado timorense para manter a integridade e garante a segurança de energia do país (Timor-Leste, 2005:890). A participação no processo de exploração da Greater Sunrise no continente de Timor-Leste dá mais oportunidades de negócios aos negociantes timorenses, nomeadamente para o fornecimento do petróleo e do gás aos consumidores nacionais. Economicamente, a refinaria em Timor-Leste iria possibilitar o crescimento industrial interligado, independentemente do Estado timorense ter vantagens ao introduzir e impor a sua política de mercadoria de hidrocarbonetos nos mercados internacionais (Silva, entrevista, 2012).

Numa perspetiva política interna, o campo de Greater Sunrise em Timor é possível, mas depende da unidade das elites e do povo timorense, de todos os líderes políticos, da sociedade civil e dos cidadãos que entendem estar correto a canalização da pipa para Timor-Leste. O suporte dos cidadãos nacionais relativamente à canalização da pipa para Timor-Leste é muito forte (Pires, 2009; Silva, entrevista, 2012). Para este efeito, o governo timorense lançou publicamente a primeira pedra para a construção de instalações e infraestruturas de refinarias de petróleo e de gás no Palácio do governo em 2012.

A perspetiva negativa, na visão da sociedade civil, passa pelo facto de que a proteção da energia do país, através da construção de uma refinaria no campo de Sol Nascer em Timor-Leste, não ser uma alternativa viável. A ação do governo pode ser rejeitada pela Woodside, a empresa que opera no mar de Timor. Para estabelecer refinaria em Timor-Leste é necessário requerer a aprovação da empresa Woodside. Por outro lado, de acordo com a Woodside, a alternativa mais apropriada é o flutuante acima do nível do mar (Brennan, 2013). A Woodside opta pelo benefício económico em vez do político. Para a empresa, uma unidade de produção flutuante acima no mar ou em Darwin-Austrália é uma escolha que irá beneficiar economicamente o país mais do que as outras alternativas. Para o governo de Timor-Leste, os direitos da distribuição locais da produção do petróleo e do gás são coisas que precisam ser mantidas (Charles e Juvinal, Entrevista, 2012). Há assim um desacordo entre a companhia Woodside e o governo timorense, que coloca esta disputa na agenda da negociação.

III.5. O impacto da exploração dos hidrocarbonetos nas relações de Timor com países terceiros

A exploração da energia de hidrocarbonetos no Mar de Timor traz vários impactos aos países terceiros, principalmente no que se refere ao fornecimento energias fósseis. A procura de energia, especialmente nos países desenvolvidos como os Estados Unidos, Índia e a China, e também nos países em desenvolvimento, tem crescido drasticamente e verifica-se que tem aumentado ano após ano (Heyzer, 2008:3-8; Sankar et al, 2000:1). Esta necessidade motiva os Estados a procurarem as reservas de energias adequadas para preencher as necessidades populacionais e industriais. Em contraste, os países em desenvolvimento que têm energia de hidrocarbonetos tendem a exportar os seus recursos energéticos para aumentar as receitas do país (Fujitomi, 2003:2). Neste caso, não se descarta a possibilidade desses países terem níveis elevados de importações de combustíveis fósseis, de acordo com o progresso das indústrias, transportes e do seu crescimento económico (Sankar et al, 2000:2).

No entanto, é inevitável que a dependência entre os países desenvolvidos ou industrializados e os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, que têm recursos de hidrocarbonetos, seja notória. É importante promover a relação e a cooperação entre os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento com os países desenvolvidos, tendo em vista o princípio do benefício mútuo (Pardesi, 2006:17). Os países que colaboram com Timor-Leste, como os Estados Unidos, Japão, China, Coreia do Sul, Malásia, Noruega, Tailândia, Portugal, Nova Zelândia, Indonésia, têm necessidades de energia muito elevadas. Não se pode negar, esses países são tecnologicamente mais avançados, o seu papel e influência são muito significativos no campo da segurança energética, tanto a nível regional como internacional (Dupont et al, 2002; Daniel, 2011).

A Constituição de Timor-Leste, no artigo 8.º e 139.º, determina que o Estado é a organização mais alta no país, que tem todos os direitos para gerir os recursos naturais do país. A exploração dos recursos naturais, neste caso, a energia de hidrocarbonetos, localizados no fundo do mar e na zona terrestre, deve ser equilibrada, não ignorando a manutenção da cooperação do governo timorense com vários países do mundo, no que toca às promoções dos interesses de economia e da energia do país na arena internacional (PN, 2002; Banco Mundial, 2009).

A experiência passada mostra a vulnerabilidade do país, países terceiros interferiram na política interna de Timor-Leste, tendo em conta interesses económicos, geoestratégicos e geopolíticos. Para isso, o desenvolvimento económico do país é passível de ser integrado no contexto nacional e internacional (Fuik, 2006:2). Construir um bom relacionamento e

cooperação com países terceiros é necessário para evitar as vulnerabilidades nas indústrias petrolíferas. Para além disso, é necessário fortalecer a capacidade do Estado de realizar receita com o objetivo de ser um país de rendimento médio. A contribuição de países terceiros é essencial para promover o progresso da economia nacional através da compra da exploração da energia de hidrocarbonetos e da cooperação bilateral (Monteiro, entrevista, 2012). Tratando-se de um Estado novo, a transferência da tecnologia dos peritos nas indústrias de extração de petróleo e gás dos países industrializados para os peritos locais de Timor-Leste é um fator determinante para a independência económica e tecnológica, com a finalidade de se tornar um país produtor de petróleo e de gás (Pires, 2009).

A transferência da tecnologia, tendo em vista a procura de recursos, é apoiada pela Tailândia e pela Malásia. As companhias de ambos os países têm introduzido técnicas de cálculos das reservas e preveem a possibilidade de canalização das pipas da Greater Sunrise para o território de Timor-Leste. A Indonésia é um país que está na agenda do governo timorense relativamente à exploração do petróleo e do gás de Timor-Leste, é também um país pronto a construir o armazenamento do petróleo e do gás (Oficina, Timor Gap, 2010).

O Japão é um dos países que investe na exploração de Bayu Undan e Greater Sunrise e tornou-se um país importador do petróleo e do gás extraído do Mar de Timor. Embora a distância entre os dois países seja significativa, Timor-Leste está a construir uma aliança com Portugal dando uma oportunidade à empresa GALP, para investir na área da energia em conjunto com a Companhia Timor Gap de Timor-Leste (Pires, entrevista, 2012).

Os EUA são representados pelo Conoco Philips, Companhia Internacional que lidera o campo de Bayu Undan. A relação entre o governo timorense e os EUA prende-se com a exploração de energia de hidrocarbonetos e é conducente. As leis que regem a companhia garantem a qualidade da produção de petróleo e de gás e incluem a obrigação do pagamento de uma taxa e vários rendimentos a Timor-Leste. Com base na lei, o governo tem todo o direito de reivindicar o imposto, caso não tenha sido pago anteriormente pelos EUA. (Pires, entrevista, 2012).

III.6. Energia: uma questão de segurança nacional?

A energia é uma questão de segurança ou de economia. Por implicação, foi descrito na conceptualização da segurança de energia no capítulo I, assim como no capítulo II, que a energia tem sido descrita numa variedade de formatos, tanto ao nível económico, como da segurança. Referindo-se à conceção básica, sem evitar as técnicas e métodos de análises científicas, afirmamos que a energia é uma questão económica no contexto do desenvolvimento

nacional, e que seria um problema de segurança no contexto da soberania do Estado. A variável que liga os dois conceitos é a presença da ameaça. A ênfase mais profunda está concentrada na energia como uma questão de segurança nacional.

No contexto do desenvolvimento nacional, a abundância da energia de hidrocarbonetos torna-se uma bênção para a economia do país. A experiência deste novo estado, no que respeita à administração do processo de transição da ONU, mostrou que as finanças de Timor-Leste estão totalmente dependentes de doadores internacionais. A riqueza energética de hidrocarbonetos no fundo do mar Timor-Leste é o único recurso que rapidamente conduziu este país a uma conversão da sua economia, tornando-se independente. As decisões estratégicas tomadas pelos líderes de Timor-Leste visam salvar o país da dependência financeira de comunidades internacionais. Neste sentido, a segurança da energia é vista numa perspetiva económica de um país desenvolvido ou em desenvolvimento com alta industrialização e o fornecimento energético é confiável, estável e a um preço razoável (Yueh, 2010:1). A insegurança da energia poderia ser causada pela escassez, ou seja pela crise da energia que acarretaria o disfuncionamento das atividades industriais e administrativas do Estado e das necessidades domésticas dos cidadãos.

Portanto, os países desenvolvidos e em desenvolvimento veem a energia como um motor do desenvolvimento económico e do progresso industrial do país. Timor-Leste viu a sua riqueza energética de hidrocarbonetos como material potencial para a exportação e descontou como um crescimento do produto nacional (Akara, 2011:1). As receitas do Estado 103 são provenientes das rendas de exportação utilizadas para financiar o orçamento nacional de desenvolvimento do país. O país pretende adquirir uma renda média e colocar a energia de hidrocarbonetos como uma matéria muito valiosa. A renda dos resultados do campo de exploração Bayu Undan fornece condições para o financiamento do desenvolvimento nacional, tais como: a construção do centro de produção de energia elétrica, a instalação de armazenamento de combustível, o desenvolvimento de indústrias não petrolíferas em vários setores e a construção de refinarias do Greater Sunrise no território timorense. Adquirindo todas estas condições, o país poderia sair da dependência da receita do petróleo.

Os factos demonstram que a determinação dos direitos de propriedade da energia de hidrocarbonetos no Timor Gap, o processo da exploração, o armazenamento dos combustíveis, o desenvolvimento das indústrias e a eletrificação do país apresentam uma gama de ameaças para a segurança nacional do Estado, no presente e no futuro. Neste caso, os argumentos certos para justificar que a energia é uma questão de segurança nacional, e não apenas uma mera questão económica, são baseados no conceito de securitização que foi desenvolvido por Barry Buzan e Ole Waever. O conceito de securitização é utilizado para identificar se uma questão levantada poderia ser categorizada como uma ameaça à segurança ou não. Este esforço serve

apenas para divulgar os dados e argumentos que poderiam provar que a energia para Timor-Leste é uma questão de segurança.

A partir dos resultados da pesquisa de campo e da literatura, encontra-se o problema da energia para Timor-Leste como uma questão de segurança nacional. Isto pode ser comprovado a partir de acontecimentos históricos e ações de securitização levadas a cabo pelos líderes dos dois países, a Austrália e Timor-Leste, no âmbito das negociações do Timor Gap, bem como declarações políticas feitas entre os líderes nacionais de Timor-Leste. A energia por si tem o seu risco e ameaças à segurança nacional. O sistema da energia, neste caso, dá ênfase às infraestruturas fáceis das energias como a eletrificação, ao armazenamento do petróleo e à canalização das pipas do gás. A destruição de um destes aspetos, por natureza, por terrorismo ou por grupos radicais traz enormes riscos à segurança nacional.

Segundo Rongxing, a negociação sobre o conflito fronteiriço entre dois ou mais países independentes em geral é baseada na fronteira marítima ou em fronteiras terrestres. O conflito é muitas vezes provocado pela competição pelo domínio dos recursos naturais que se encontram na região de fronteira, especificamente causado pelas fontes da energia de hidrocarbonetos localizados no fundo do mar. As discordâncias irracionais entre os negociadores poderiam acabar em violência aberta (Rongxing, 2010:1-2). A teoria do 104 prolongamento do limite marítimo da Austrália reporta que o limite entre os dois países, estabelecido naturalmente pela calha de Timor, com cerca de 40 milhas náuticas e 250-350 milhas náuticas a partir da parte mais próxima da Austrália, criou um fosso entre os dois países (Triggs e Bialek, 2002:3).

A Austrália viu que a oferta da partilha das receitas dos hidrocarbonetos do Mar de Timor com o partido Fretelin, em 1975, foi dificultada pela baliza marítima desenvolvida entre Portugal e Austrália (King, 2002). O ato de securitização lançado pelo Governo timorense após a independência pretendeu a manutenção da soberania nacional do país e recebeu o apoio da Austrália.

Para Timor-Leste, o acordo sobre as fronteiras marítimas durante o reinado da Indonésia e a UNTAET baseada na teoria dos limites da Austrália em 1972 e 1989 são ilegais (Antunes, s./d.:13). No entanto, para a Austrália, a determinação da fronteira marítima entre Austrália e Timor-Leste não se baseia a partir das linhas acordadas entre a Indonésia e a Austrália, o que significa o mesmo que o convite a uma nova guerra. Os atos violentos que ocorreram em 2005-2006 em conjunto com as negociações CMATS foram utilizados de forma otimizada pela Austrália. Mari Alkatiri criou insistentemente obstáculos ao governo australiano em relação às negociações do Timor Gap. Foi condenado pelos média australianos e considerado um líder antidemocrático e intolerante (Johnston, 2012:45). Normalmente, os países desenvolvidos e democráticos efetivamente utilizam a deficiência da democracia e os conflitos internos dos adversários para realizar seus interesses políticos. A ambição da Austrália para controlar os

hidrocarbonetos de energia localizados no território de Timor-Leste é uma ameaça à soberania de Timor-Leste.

A garantia de segurança da energia é uma questão nacional e é necessário um consenso nacional entre os líderes. A unidade nacional é fundamental para defender o direito de Timor em relação aos recursos de hidrocarbonetos no mar de Timor. A tendência da Austrália para controlar os recursos não pode ser vista apenas do ponto de vista económica. Os actos da Austrália podem significar danos incalculáveis à integridade nacional, pelo que a unidade entre as elites é requisito para defender a soberania do País (Ribeiro, entrevista, 2012).

Para além de a energia poder criar conflitualidade entre Timor-Leste e os países vizinhos, a energia tem o seu risco a segurança humana e do país. Um terramoto e o colapso da plataforma, ataques terroristas ou grupo radicais podem colocar o país numa situação insegura (Neves et al, 2008). Se um acidente desta natureza acontecesse, a riqueza do petróleo e do gás iriam constituir uma ameaça (Fernandes, entrevista, 2012). O 105 estudo da ONG de Lao Hamutuk indica que Timor Leste poderia enfrentar ameaças à segurança nacional se a refinaria fosse feita em território timorense. (Neves et al, 2008).

Neste caso, o ponto crítico residiria no facto de poder trazer uma ameaça para a segurança de Timor-Leste seria ao nível das infraestruturas, tais como falhas de rede da energia eléctrica, transporte de gás, instalações de armazenagem de petróleo e gás, danos às máquinas da refinarias e outras instalações de energia que podem ter consequências para a saúde e segurança das pessoas. No entanto, o desenvolvimento da energia ocupa tanta atenção para o Estado, pois o menor erro pode constituir uma ameaça à segurança do país. Pinto, Monteiro e Silva, indicam que as instalações eléctricas em todo o território poderiam fornecer uma ameaça à segurança pública se o nível de conhecimento sobre o uso e os perigos da energia eléctrica for inadequado. (Pinto, Monteiro e Silva, entrevista, 2012).

Globalmente, o sistema da energia, segundo o plano do Governo Timor-Leste, está interligado geograficamente. Muitas das instalações energéticas estão associadas a riscos e ameaças do sistema da energia nacional, tanto as que já estão construídas ou como as que estão ainda em projeto. As facilidades primárias da energia do país são: sistema da eletricidade, centro da estação, transmissão das linhas eléctricas e subestações da eletricidade; sistema de gás natural, facilidades de armazenamento de gás natural e pipas de gás natural; petróleo, armazenamento e transporte de petróleo bruto, óleo combustível, refinaria, oleodutos e terminais de produtos petrolíferos, incluindo os terminais marítimos (Petronas e Timor-Leste, 2011; Timor-Leste, 2008).

Estes elementos do sistema da energia são muito criticados; a integridade do sistema energético é posta em causa e as ameaças de um dos elementos pode afetar os outros. Por exemplo, a interrupção do gasoduto de gás natural afeta não só as empresas e proprietários de imóveis, mas também um grande número de estações de energia que utilizam gás para gerar

eletricidade. Um óleo refinado que produz gasoduto, querosene de aviação ou diesel também pode produzir combustível para uso em estação da energia. Além disso, a refinaria pode retransmitir o gás natural como a sua fonte de energia. A interrupção de um único petroleiro não pode afetar apenas os mercados do petróleo, mas também o sistema da segurança energética (Brown, Rewey e Gagliano, 2003:1-29).

O IV governo constitucional de Timor-Leste tem lidado com muitos problemas de segurança energética. O país sofreu insegurança, incerteza dos cortes de energia elétrica no dia e noite causar queimas das facilidades gerido pelo energias elétricas. A falta de fornecimento contínuo dificulta a oferta de um preço acessível e adequado. No futuro, uma 106 política da canalização da pipa de Gretaer Sunrise para Timor-Leste trará imensos riscos e ameaças; se a distância de Sunrise para Suai, Betano, Beaco e Com são 211 - 322 km, para o fundo do mar são 2849 - 2912 m. As ameaças a uma das pipas ao longo desta distância não só custa um milhão de dólares, mas também trazem enormes ameaças à segurança do mar, ao meio ambiente bem como a segurança humana e do país. A falta de uma política da segurança no sistema da energia nacional continua a coloca a segurança da energia como uma questão crítica do país. Entretanto, os esforços do governo, no que diz respeito ao fornecimento de energia elétrica, petróleo e gás de forma sustentável, têm algum risco. As ameaças que seriam controladas com uma política integrada no sistema nacional de segurança de energia (Petronas e Timor Leste, 26-31 2008).

III.6.1. O discurso das elites Políticos a securitização da energia de hidrocarbonetos

Segundo Pires, os recursos da energia de hidrocarbonetos são a propriedade e a dignidade soberana do Estado Timorense (FP's, 2012). Possuindo recursos de hidrocarbonetos abundantes no mar de Timor, coloca-se ao Estado timorense a mistura da rivalidade e a cooperação entre esse pequeno país com o vizinho gigante na Ásia e pacífico (ICFI, 2006). O ato da securitização foi conhecida no período do governo Fretilin, enquanto o Presidente da Republica, o Xanana Gusmão acusou a Austrália de tentar roubar os recursos de hidrocarbonetos que garante o futuro dos timorenses. Baseando-se nos mesmos argumentos, o Primeiro-ministro, Marí Alkatiri manifestou que Timor-Leste perde diariamente um milhão de dólares devido a ocupação ilegal da Austrália no território nacional timorense (Simões, 2004).

A ocupação ilegal da Austrália ao território de hidrocarbonetos no mar de Timor foi uma ameaça à soberania nacional de Timor, é uma questão da segurança, a ação é necessária para estancar a ação da Austrália. Na teoria da securitização promovida pelo Waeber, uma questão que seja reconhecida como um problema de segurança enquanto existe a ameaça é um risco que apela a uma intervenção urgente (Waeber, 1999: 334). No entanto, se o Estado timorense continua silencioso sem lançar ação contra este domínio, a Austrália pode continuar a

tirar proveito da riqueza de energia fósseis de forma ilegal bem como pôr em causa a soberania territorial de Timor-Leste. O silêncio de Timor-Leste causa apenas a perda da soberania territorial, mas também a segurança da energia nacional, o povo vive na linha de pobreza e o desenvolvimento do país ficara lento ou atrasado (Simões, 2004: ICFI, 2006).

Neste caso, ganhar o direito da exploração do campo de Greater Sunrise no território de Timor-Leste é um ato de salvaguarda da soberania do país e das ameaças das dominações estrangeiras ao território nacional (Brenan, 2013). Para voltar para o discurso de Pires, a securitização dos recursos naturais de Timor-Leste é crucial para presente geração e é um investimento da segurança e de bem-estar de futura geração. A questão de hidrocarbonetos é crucial para o povo e para o Estado Timor alcançarem o domínio dos direitos da exploração de energia de hidrocarbonetos no Mar de Timor é um passo para a preservação do país e do povo nos futuros desafios (FP's, 2012).

Os argumentos apresentados por Pires e Gusmão alinham-se com o pensamento teórico de Belyi, que disse, a assimetria geografia da distribuição do recurso energético e do consumidor é consolidada pelos países dependentes ao petróleo (Belyi,s/d). A relação da dependência de energia entre países desenvolvidos e a percepção dessa dependência como uma ameaça, ou seja a securitização (Palonkorpi, s/d). A escassez do petróleo e gás dum país produtor constitui um enorme problema a segurança energética do mundo. Os atos da securitização são necessários para prevenir a crise energética (Belyi, s/d).

O ato da securitização lançado pelo Estado timorense contra o argumento Governo australiano é de origem da distribuição do direito territorial onde a energia de hidrocarbonetos localizado (Pires, 2009). As receitas nacionais dependem totalmente da exploração do recurso de hidrocarbonetos, em muitos casos, tem enfrentado a ameaça de dominação dos recursos energéticos pelos estrangeiros (Vivoda, 2010). O Estado timorense é constitucionalmente obrigado a segurar todos os recursos naturais que pás partem à integridade territorial do país. Para o Estado Timor-Leste, o recurso de hidrocarbonetos na baliza do Mar entre Austrália e Timor-Leste é a vida e a dignidade territorial do país (Pires, 2009).

Segundo Xanana Gusmão, a conflitualidade entre os Estados timorense e australiano em relação ao recurso naturais no Mar de Timor não é meramente solucionável através de meios militares, ou seja, a guerra. A escassez de energia e de recursos de hidrocarbonetos são umas ameaças transnacionais: é o problema global e mundial (Gusmão, 2012:2). A melhor forma da cooperação e a competição relativamente a determinação dos direitos da exploração do recurso de hidrocarbonetos estão nos interesses mútuos entre os países que estão no conflito (Gusmão, 2013; Pires, 2009).

Na visão do governo timorense, o desenvolvimento do gás e do petróleo realiza-se no soberano território de Timor-Leste e é muito importante (Pires, 2009:3). Ligando a visão do Estado timorense, de perspectiva da teoria da securitização, à exploração e à competição entre os países sobre um objeto centra-se na questão política. Neste caso depende dos atos e dos discursos de líderes (Waeber, 2011:466). O discurso de Pires (Secretario do Estado de Recurso Naturais) comparativamente ao direito da exploração de Greater Sunrise, na abertura de 15 conferência de Sudeste Ásia a *offshore* Austrália, o Pires argumenta que

One development in the Timor Sea, the Bayu Undan project has benefited the people of Australia through its infrastructures in Darwin. It is only fair that this time Timor-Leste will benefit from the development of infrastructures from the Greater Sunrise with an LNG-Plant in Timor-Leste (Pires, 2009:6).

O discurso de Pires, sob a exploração de Greater Sunrise reflete-se na política da securitização da segurança de energia nacional do país. O Estado Timorense procura garantir a segurança de energia do país transversalmente de estratégia de disponibilizar as reservas mínimas de combustíveis. Neste caso, Os combustíveis a disponibilizar para o fornecimento de energia em forma de petróleo e de gás natural no mercado interno, baseia nas normas de conformidade mínima de padrões de segurança do consumo público (Parlamento Nacional, 2008:2379). A produção de gás e petróleo de Greater Sunrise em território de Timor-Leste é um ato de garante a segurança energia nacional.

A maneira a garantir o futuro, a segurança energética do país deve ser tratada como um assunto importante e crucial para a salvaguarda do futuro do país. A garantia de securitização da energia no futuro foi criada através do fundo de petróleo (PN, 2005:1). O fundo de petróleo funciona como investimento do futuro geração no que diz respeito ao desenvolvimento da segurança de energia (Pires, 2009). O discurso político do primeiro-ministro no parlamento em 2011 assenta no desenvolvimento de infraestruturas como uma fonte primária para permitir o desenvolvimento de sector produtivo. A infraestrutura de energia é construída para fornecer a energia elétrica com combustíveis primários de gás e petróleo de Greater Sunrise. Para Xanana, a partir de 2020 por diante todos povos na área remota de Timor-Leste terão acesso a energia elétrica de forma segura e confiável bem como gás e petróleo (Gusmão, 2011). A única maneira de aproveitar o fornecimento da energia elétrica de forma contínua é através da poupança da energia. A poupança da energia possibilita ao Estado continuar a fornecer energia de forma segura ao todo território, da capital até às áreas remotas (Gusmão, 2009).

No entanto, o Estado Timorense vê a negociação do recurso de hidrocarbonetos no mar de Timor é um ato da securitização. Para além de manter a soberania territorial e nacional do país, a exploração e a produção desta energia fósseis no território nacional irá contribuir ao novo

país o fornecimento da energia de vários combustíveis bem como de energia elétrica (Sahin, 2012). A ação da política de securitização relativamente aos recursos de hidrocarbonetos é atravessadamente assegurada por um fundo que possibilita a sustentabilidade de fornecimento da energia nacional (Parlamento Nacional, 2005).

Uma política da securitização de energia de hidrocarbonetos adequada pode ser um investimento valioso ao desenvolvimento economia nacional (Parlamento Nacional, 2005). A boa estratégia da política de securitizar as receitas do recurso de hidrocarbonetos poderá permitir: a construção de infraestrutura, a criação de campo de trabalho e o desenvolvimento de recurso humano, no que toca na área petrolífera, geológica e disciplinas semelhantes e relacionadas (Pires, 2009; Gusmão, 2011). A securitização de hidrocarbonetos, a fim para atingir a meta nacional, em que o fim é atingir um o país com rendimento económico médio, o bem-estar dos povos e do país, o fornecimento energia adequado ao preço acessível de forma continua. É inevitável a criação de uma companhia nacional estatal que iria ser responsável pela defesa, ou seja, pela segurança de energia nacional (Gusmão, 2011; Alkatiri, 2007).

A criação de companhia do Petróleo nacional é uma estratégia da securitização da energia. O plano adotado pelo Estado timorense para prevenir as ameaças da crise e a dependência da energia de importação. O desenvolvimento da companhia nacional, Timor Gap, é de acordo com as boas práticas internacionais, além disso, o objetivo principal para ganhar a experiencia como país produtor do petróleo e gás. A prioridade nacional dessa companhia é a securitização da energia nacional ou seja a política de prevenir a crise das reservas ou de fornecimento da energia ao país (Marcel, 2011:1).

Conforme Monteiro, a meta final da criação de companhia "Timor Gap" é garantir a política segurança energia nacional ao preso razoável e sustentável. A nível político, a companhia representa o Estado timorense na questão da securitização de hidrocarbonetos na baliza do mar entre a Austrália e Timor-Leste. Nas negociações da energia de hidrocarbonetos no mar de Timor, a Austrália é representada pela sua companhia nacional Woodside embora Timor-Leste desempenhe pelo Timor Gap (Monteiro, entrevista:2012). A promoção de companhia nacional é vantajoso o país a ter de controlar o fornecimento do petróleo e gás de companhias estrangeiras. O benefício mais apropriado é a criação de uma competição justa ao acesso as combustíveis, crescer a confiança dos consumidores domésticos bem como função principal a securitização de energias fósseis do país no presente e futuro (Herberg, 2011:1).

Neste contexto, de perspectiva teórica à securitização de todas as ameaças ou problemas não é simplesmente chamada como securitização. A urgência numa situação de ameaça a um objeto específico que reclama uma ação emergência pode-se considera como securitização (Delbye, s/d). O ato do governo australiano a explorar a energia de hidrocarbonetos de Timor

concordado com a Indonésia após o referendo 1999 foi um ato de contra leis Internacionais. É uma tentativa de ocupação ilegal ao território timorense e de domínio de energia hidrocarbonetos. Enquanto Estado nação, o governo timorense sofreu dependência da ajuda financeiras estrangeiras, 40-50 % da população vive na linha pobreza, as infraestruturas são também muito problemáticas (PNUD, 2011). O mais doloroso é que, enquanto o país for 100% dependente a energia importada, ao mesmo tempo a riqueza timorense é dominado e explorado pelo país vizinho (Governo Timor-Leste, 2010). Assim, a questão de hidrocarbonetos no mar de Timor é puramente uma questão da segurança. A securitização desses recursos fósseis é uma questão emergente a manter soberania do país, a securitização de energia hidrocarbonetos é a salvaguarda de futuras gerações.

CONCLUSÃO

A teoria da securitização concentra-se nos atos construídos numa comunidade política para fazer face a uma ameaça. A parte essencial é a identificação de uma ameaça por parte de autoridade ou ator da securitização. O ato do autor da securitização é feito através de discurso político utilizando uma gramática específica para justificar as medidas urgentes e excepcionais para lidar com a ameaça.

Ao longo da história, os Estados enfrentaram ameaças designadamente a intervenção externa com o objetivo de expansão territorial ou de dominação dos recursos naturais. O objetivo de qualquer Estado é manter a soberania e a integridade territorial, incluindo o controlo dos recursos naturais. A segurança na perspetiva tradicional centra-se na dimensão político-militar no que respeita à natureza das ameaças e aos instrumentos para fazer face às mesmas. Assim, o instrumento militar é central como garante da soberania e da integridade territorial. A perspetiva multisectorial contempla diferentes sectores da segurança, não se restringindo ao setor político-militar.

A presente dissertação incide sobre a segurança energética o que justifica a adoção da perspetiva multisectorial do fenómeno securitário. A escolha do estudo de caso recaiu sobre a questão dos hidrocarbonetos em Timor-Leste. A questão energética é um tema atual e relevante da agenda internacional. Garantir o fornecimento estável e a um preço razoável é o objetivo de qualquer Estado. A distribuição dos recursos energéticos, designadamente os hidrocarbonetos, não é igual de país para país, de região para região. Na busca de garantir o fornecimento energético não se descarta a possibilidade de competição, tensões e, em situação extrema, de conflitualidade entre Estados face a recursos que são escassos e finitos.

Nas últimas décadas, tem-se assistido a uma tendência para securitizar a questão energética. Os governantes de um Estado consumidor de hidrocarbonetos externos podem perceber como uma ameaça o corte do fornecimento pelo produtor; os governantes de um Estado detentor dos recursos podem perceber como uma ameaça a tentativa de controlo dos seus recursos por países terceiros. No caso de Timor-Leste a energia é fundamental para o desenvolvimento nacional. Sendo rico em hidrocarbonetos, a verdade é que apesar desse potencial ainda não se tornou numa economia média.

Pelo contrário, os problemas de fornecimento de energia em geral, o lento crescimento económico, os conflitos sociais, a degradação ambiental, a elevada taxa de pobreza, entre outros fatores, são uma indicação forte de que o país caiu na “doença holandesa”. A elevada corrupção, a falta de vontade do governo em combater o fenómeno, a fragilidade das instituições nacionais, o fraco desenvolvimento dos sectores produtivos, as taxas elevadas de

desemprego, a inflação alta tornaram o país vulnerável a *doença holandesa* em risco de ser um Estado Frágil.

Após analisar os dados da investigação, existem elementos suficientes para provar que a hipótese de investigação aventada nesta dissertação é confirmada e que, portanto, em Timor-Leste a energia é uma questão de segurança nacional.

Após restauração da independência, Timor-Leste iniciou as negociações da exploração dos hidrocarbonetos no mar de Timor. Internamente a riqueza de energia de hidrocarbonetos é consagrada na constituição RDTL. Os recursos da energia são propriedade soberana do Estado Timorense que dispõe de hidrocarbonetos abundantes no mar de Timor. Sobre esta matéria, constata-se dinâmicas quer cooperativas quer de rivalidade, nos planos interno e externo. Internamente, o recurso de hidrocarbonetos pode ser causador dos conflitos internos entre as elites nacionais. A procura do poder para liderar o governo e dominar as receitas pode gerar violência encoberta ou ostensiva, como no caso de 2006. Externamente, a relação entre um pequeno país com o vizinho gigante na Ásia e pacífico é marcada pela exploração dos recursos energética no mar de Timor.

Sob a governação da Indonésia, a Austrália ocupou e explorou ilegalmente os hidrocarbonetos. As balizas do mar de Timor foram injustamente negociadas pela Indonésia e pela Austrália. Após a independência, a situação energética de Timor caracterizava-se pela escassez em vários setores, pela dependência do fornecimento externo e pela existência de energia apenas na capital do país e nos distritos. A Austrália usufrui das receitas da exploração de hidrocarbonetos no mar de Timor. Aplicando a teoria da securitização, pode afirmar-se que o domínio do território timorense pela Austrália é uma questão urgente que ameaça a soberania nacional. Na tomada de posse como Presidente da República, Xanana Gusmão acusou a Austrália de tentar usurpar os recursos de hidrocarbonetos garante do futuro dos timorenses. Na mesma linha, o Primeiro-Ministro, Marí Alkatiri afirmou que Timor-Leste perde diariamente um milhão de dólares devido à ocupação ilegal da Austrália do território nacional timorense.

Segundo a teoria da securitização uma questão é reconhecida como um problema de segurança quando existe uma ameaça que exige uma ação urgente (Waever, 1999: 334). Se o Estado timorense continuar silencioso sem agir contra essa dominação, a Austrália continua tirar proveito ilegalmente da riqueza dos hidrocarbonetos bem como a dominar território de Timor-Leste. O silêncio de Timor-Leste não só põe em causa a soberania territorial mas também a segurança energética nacional, o povo permanece na linha de pobreza e o desenvolvimento do país é adiado (Simões, 2004; ICFI, 2006).

Neste contexto obter o direito da exploração do campo do Greater Sunrise no território de Timor-Leste é um ato da salvaguarda da soberania do país face à ameaça do domínio estrangeiro. Segundo o discurso de Pires, a securitização de recursos naturais de Timor-Leste é crucial para a presente geração e é um investimento na segurança e no bem-estar das futuras gerações. A questão de hidrocarbonetos é decisiva para o povo e para o Estado de Timor-Leste, pelo que conseguir o direito da exploração dos hidrocarbonetos no Mar de Timor é um passo para preservar o país e o povo perante os desafios futuros.

A importância do ato da securitização é crucial no presente bem como no futuro. O controlo dos hidrocarbonetos no Mar de Timor sob a dominação da Austrália é um dos objetivos da política interna e de externo do Estado Timorense. O país em termos de receitas nacionais depende totalmente da exploração dos hidrocarbonetos, e tem enfrentado a ameaça de domínio dos recursos pelos estrangeiros (Vivoda, 2010). O Estado timorense tem consagrado na Constituição garantir a segurança de todos os recursos naturais que fazem parte da integridade territorial do país. Para o Estado Timor-Leste, os recursos na baliza do Mar entre Austrália e Timor-Leste fazem parte da integridade e da dignidade territorial do país (Pires, 2009).

Segundo Xanana Gusmão, a conflitualidade entre os Estados timorense e australiano em relação aos recursos naturais no Mar de Timor não passa pelos meios militares ou seja pela guerra. A escassez de hidrocarbonetos é uma ameaça transnacional, é um problema global e mundial (Gusmão, 2012:2). A melhor forma de cooperação e de competição relativamente à determinação dos direitos da exploração dos hidrocarbonetos é baseada nos interesses mútuos entre os países em conflito (Gusmão, 2013; Pires, 2009). O diálogo, ou seja a diplomacia, é melhor opção para solucionar o diferendo entre Austrália e Timor-Leste.

Na visão de governo timorense, o desenvolvimento do gás e do petróleo realiza-se no território soberano de Timor-Leste. Ainda segundo o governo, o desenvolvimento do projeto de Bayu Undan beneficia o povo australiano através da expansão de infraestruturas em Darwin. A produção do petróleo e do gás do Greater Sunrise no continente de Timor-Leste irá beneficiar o país. Os benefícios podem ser obtidos através do desenvolvimento de infraestruturas, da criação de emprego e do fornecimento de energia nacional de forma adequada.

Assim, o recurso da energia de hidrocarbonetos no mar de Timor, para além de desenvolver o bem-estar do povo e garantir a sobrevivência do país, é simboliza a soberania nacional e a integridade territorial do Estado. O futuro de segurança energética nacional depende da capacidade do país de negociar e canalizar o gás de Greater Sunrise para o território Timor-Leste. A produção de gás e petróleo do Greater Sunrise em território timorense é um ato de garante da segurança energética nacional. A forma de garantir o futuro da segurança energética do país passa por tratar o assunto como importante e urgente.

A garantia do futuro da segurança energética foi criada através do fundo de petróleo. O fundo de petróleo funciona assim como um investimento para o futuro centrado no desenvolvimento da segurança energética (Pires, 2009). O governo de Xanana acredita que o desenvolvimento das infraestruturas é fundamental para o crescimento do sector produtivo ou industrial. A infraestrutura energética é construída para fornecer a energia elétrica ao país. A produção do gás e petróleo do Greater Sunrise irá contribuir com combustíveis para o sector privado e público. Para Xanana, a partir de 2020, todos povos nas áreas remotas de Timor-Leste terão acesso a energia elétrica de forma segura e confiável bem como ao gás e petróleo (Gusmão, 2011).

Uma política de segurança energética adequada pode ser um investimento valioso no desenvolvimento economia nacional. A estratégia de garantir as receitas dos hidrocarbonetos poderá permitir: a construção de infraestruturas, a criação de emprego e o desenvolvimento dos recursos humanos, no que toca na área de petrolífera e da geologia e (Pires, 2009; Gusmão, 2011). A securitização dos hidrocarbonetos é uma meta nacional tendo em vista o desenvolvimento no sentido de se tornar um país de rendimento económico médio, promovendo o bem-estar do povo bem como o fornecimento de energia a preços acessíveis e de forma continua. A criação de uma companhia nacional estatal irá responsabilizar a defesa ou seja a segurança energética nacional (Gusmão, 2011; Alkatiri, 2007). A criação de companhia nacional de petróleo é uma estratégia destinada a garantir a segurança energética, prevenindo as ameaças da crise e da dependência da importação. O desenvolvimento da companhia Timor Gap segue as boas práticas internacionais, e tem por objetivo principal ganhar experiência como país produtor de petróleo e gás. A prioridade nacional é a segurança energética nacional ou seja a política de prevenir a crise das reservas ou de fornecimento ao país (Marcel, 2011:1).

O objetivo final da criação de companhia Timor Gap é garantir a política de energia nacional a preço razoável e sustentável. A nível político, a companhia representa o Estado timorense na questão da segurança dos hidrocarbonetos na baliza do mar entre a Austrália e Timor-Leste, permitindo ao país controlar o fornecimento do petróleo e gás face às companhias estrangeiras. Os benefícios que dela decorrem são a criação de uma competitividade justa no acesso aos combustíveis, o aumento da confiança dos consumidores domésticos bem como a segurança da energia fóssil no presente e no futuro (Herberg, 2011:1; Pereira, 2011^a).

A urgência de agir contra a ameaça a um objeto específico que reclama uma ação emergêcia pode-se considerar como securitização (Delbye, s/d). O ato do governo australiano de explorar os hidrocarbonetos de Timor acordado com a Indonésia após o referendo 1999 desrespeitou o Direito Internacional. É uma tentativa de ocupação ilegal do território timorense e de domínio dos hidrocarbonetos. Enquanto Estado-nação, Timor depende da ajuda financeira

estrangeiras, 40-50 % da população vive no limiar da pobreza, e a qualidade da construção de infraestruturas é muito baixo e problemática (PNUD, 2011).

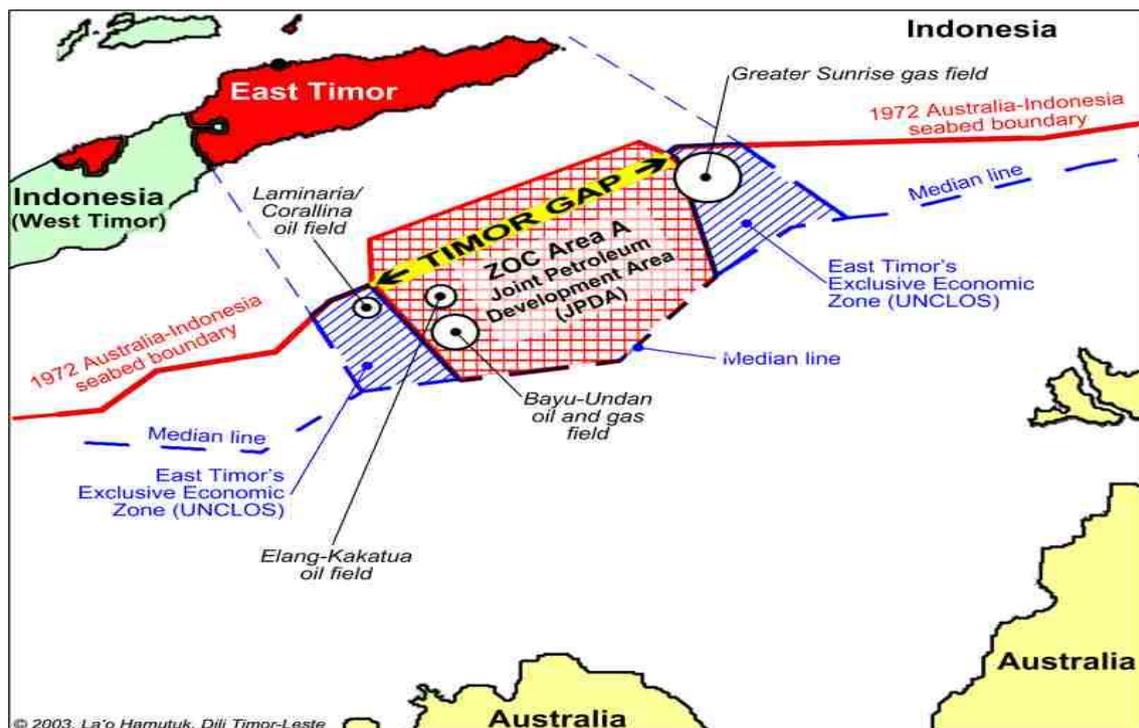
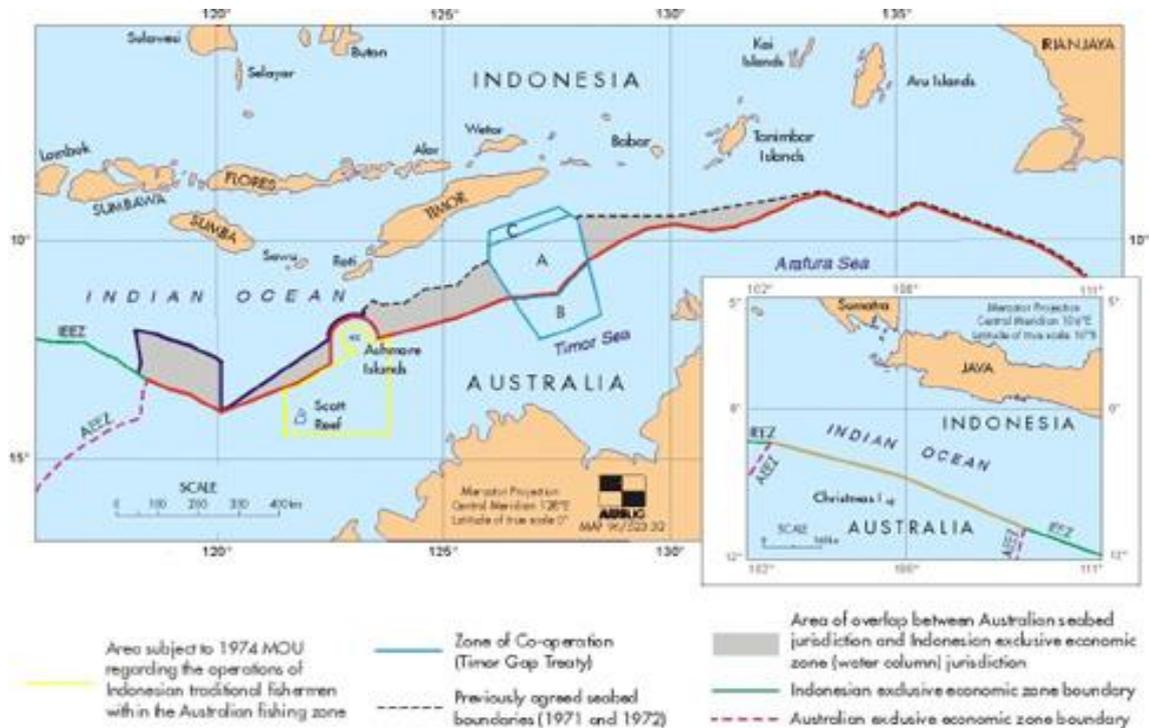
O mais dramático é que o país depende 100% da energia importada ao mesmo tempo que a riqueza timorense é dominada e explorada pelo país vizinho (Governo Timor-Leste, 2010). Assim, a questão de hidrocarbonetos no mar de Timor é uma questão da segurança nacional. O controlo nacional dos recursos fósseis é uma questão urgente para a salvaguarda da soberania do Estado, pelo que securitização da questão dos hidrocarbonetos constitui uma salvaguarda para as futuras gerações.

ANEXOS

Mapas

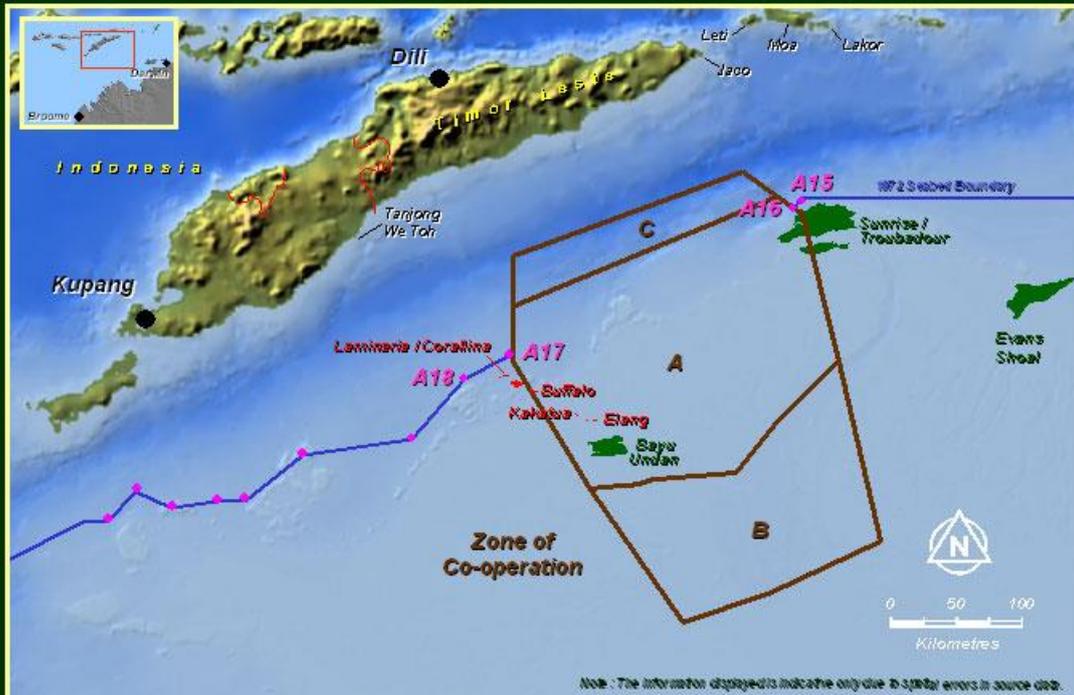
Os mapas demonstram a localização de conflitualidade entre os dois países, a Austrália e Timor-Leste. As disputas começam desde o período de Portugal até ao período da Indonésia, sob a transição de ONU e após Timor Independência.

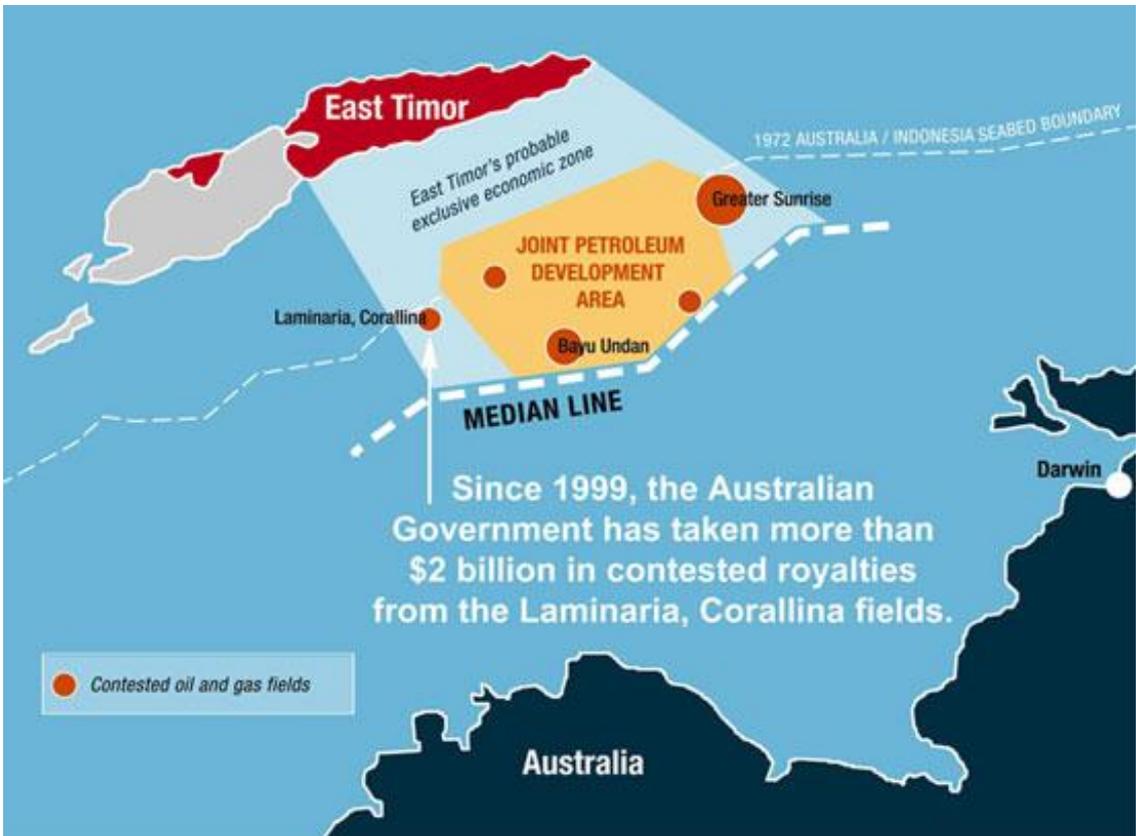
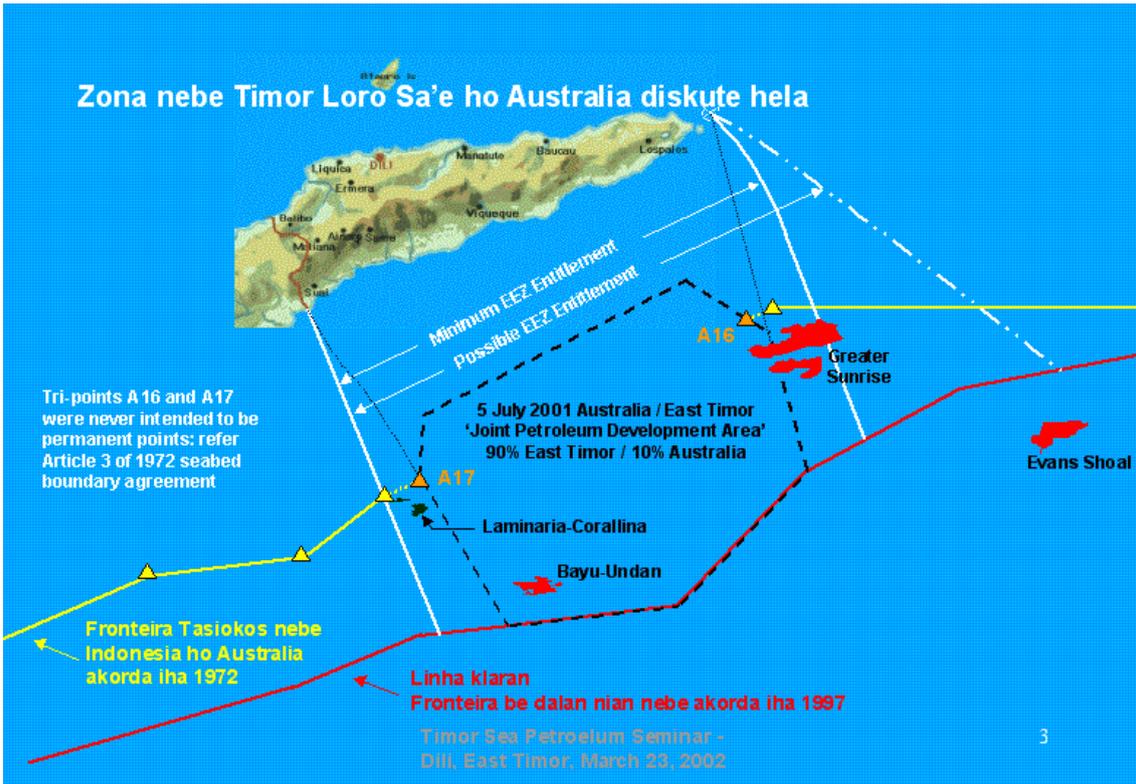
Mapas:



2

1989 Zone of Co-operation under the Timor Gap Treaty





Martin P.A. Baltyn. <http://www.gmat.unsw.edu.au/currentstudents/ug/projects/baltyn/baltyn2.htm>.

GUIÃO DAS ENTREVISTAS

Identidade do entrevistado

- Nome
- Em que área trabalha e qual é a função que exerce actualmente?
- Há quantos anos trabalha nesta área?

Data e local da entrevista: [a preencher pelo entrevistador]

I. Política Externa e Política de Segurança de Timor

1. Quais são as prioridades (temáticas e geográficas) da política externa timorense?
2. Quais são as prioridades da política de segurança (interna e externa) timorense?
3. Concorda com a afirmação segundo a qual hoje a segurança do Estado não se limita à dimensão político-militar abrangendo, entre outras, questões como a segurança ambiental e a segurança energética? Porquê?
4. Qual a posição dos seguintes Estados na hierarquia das relações externas de Timor: a) Austrália; b) Indonésia; c) China; d) EUA?
5. A sustentabilidade energética, isto é, assegurar o abastecimento energético, é uma questão relevante nas agendas nacionais dos referidos Estados. Qual a influência da questão energética no relacionamento de Timor com esses países? Considera que Timor é por eles percebido como uma fonte de fornecimento energético e de recursos naturais?
6. Considera que as relações de Timor com os referidos Estados potenciam ou fragiliza a autonomia timorense no domínio da energia?
7. Na sua opinião, a questão energética em Timor é um problema económico, e/ou de política externa, e/ou de segurança nacional? Porquê?
8. Considera que a questão energética é um problema de segurança nacional para o governo timorense?

II. Segurança Energética

9. Como caracteriza a situação energética de Timor? Quais as potencialidades e quais as vulnerabilidades?

10. Como avalia a situação nos seguintes sectores: a) petróleo e gás natural; b) eletricidade; c) energias alternativas?
11. Quais são os principais eixos da política energética do governo timorense?
12. Quais são os principais problemas energéticos de Timor?
13. Quais as medidas adotadas pelo Governo timorense para responder aos problemas energéticos?
14. Quais as medidas adotadas pelo Governo de Timor com vista a garantir a segurança energética nacional? Concorda com estas medidas? Porquê?
15. Qual o contributo dos diferentes sectores (a) petróleo e gás natural; b) eletricidade; c) energias alternativas) para a segurança energética de Timor?

III. Petróleo e gás natural

16. Qual a estratégia negocial do Governo no que respeita aos hidrocarbonetos no mar de Timor?
17. Qual é o papel das instituições do petróleo Nacional de Timor-Leste nas negociações da exploração do mar de Timor? Como são feitas essas negociações? Quais são as fragilidades do governo nos processos de negociação do petróleo e do gás no território nacional e no Timor Gap? Porquê?
18. Como avalia a implementação do Tratado do Mar de Timor assinado em 2002?
19. De que forma é que o Estado tem gerido os recursos financeiros obtidos pela exploração do Mar de Timor? Na sua opinião, como deveriam ser geridos?
20. Quais são os problemas enfrentados pelo governo no que respeita à utilização do fundo de petróleo em prol do desenvolvimento energético de Timor-Leste? Que medidas têm sido adotadas pelo Governo para responder a esses problemas?
21. Quais são as utilizações do fundo de petróleo em prol do desenvolvimento do país e do fornecimento da energia?
22. Reconhece que o fundo de petróleo contribui para o desenvolvimento energético de Timor Leste? Porquê?
23. O governo de Timor delegou nas empresas de exploração petrolífera a fiscalização e segurança das áreas marítimas. Quais as implicações desta delegação?
24. A exploração do gás natural no campo de Greater Sunrise no Mar de Timor é uma questão sensível que tem suscitado controvérsia em Timor Leste. a) Qual a sua opinião sobre esta matéria? b) Considera que a falta de consenso nacional

tem prejudicado o poder negocial de Timor? C) Quais os potenciais benefícios (financeiros, energéticos, outros) de uma futura exploração?

25. Qual o impacto da exploração dos hidrocarbonetos nas relações de Timor com países terceiros?

26. Concorda com a afirmação segundo a qual o conflito sobre as fronteiras marítimas entre Timor Leste e a Austrália está associado aos dois poços – Bayu Undan e Greater Sunrise?

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

- Autoridade Nacional do Petróleo. 2009. 2009 Report". *Office of ANP*.
- Gusmão, Kay Rala Xanana. 2002. Mensagem do Presidente Eleito de Timor-Leste em Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste, Ukun Rasik A'an O caminho à nossa frente. PNUD Timor Leste.
- Guterres, José Luís. 2011. O Debate Aberto do Conselho de Segurança das Nações Unidas Sobre Construção de Paz em Situação Pos-conflito: Construção Institucional. Gabinete Vice Primeiro Ministro Disponível em: [www.dh-cii.uminho.pt/.../ VPM_ Speech_ at_the_UNSC_open_debate_21](http://www.dh-cii.uminho.pt/.../VPM_Speech_at_the_UNSC_open_debate_21).
- Governo, Leste -Timor. 2011. "The Timor-Leste Hydrocarbon Master Plan". *Executive Summary*. Office of Timor Gap Company.
- Ministry of Natural Resources.2007. "By-laws of PETROTIL E.P.Petróleo, Gás e Energia de Timor-Leste". *Draft Decrete-law*. Disponível em: <http://www.timor-lesste.gov.tl/EMRD/index.asp>.
- Minister, Office of Prime.2010.On Road to Peace and Prosperity: Timor-Leste's Strategic Development plan 2011 - 2030 Summary. Disponível em <http://www.laohamutuk.org/econ/10TLDPM/RDTLStratDevPlanSumm7Apr2010En.pdf>.
- PNUD. 2011. Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor -Leste, Ukun Rasik A'an O caminho à nossa frente. PNUD.
- Pereira, Ágio. 2010.Timor-Leste abre uma porta para a Woodsid. Gabinete de Secretario Estado do Conselho Ministro. Disponível em: <http://www.timor-lesste.gov.tl>.
- _____. 2011a. Parting Comments of Woodside CEO dishonour Timor-Leste. Gabinete de Secretário Estado do Conselho Ministro. Disponível em: <http://www.timor-lesste.gov.tl>.
- _____. 2011b. Correção da desinformação sobre o Projeto Nacional de Eletrificação. Gabinete de Secretario Estado do Conselho Ministro. Disponível em: <http://www.timor-lesste.gov.tl>.
- Pereira, Ágio. 2010. O Governo de Xanana Gusmão tem feito mais para combater a corrupção do que qualquer outro Governo até à data. Gabinete de Secretario Estado do Conselho Ministro. Disponível em: <http://www.timor-lesste.gov.tl>.
- _____. 2010. Timor-Leste's ranking in Transparency International's Corruption Perception Index leaps 19 countries as newer data is utilized. Gabinete de Secretario Estado do Conselho Ministro. Disponível em: <http://www.timor-lesste.gov.tl>.
- Pires, Emília. 2011.Orçamento Geral do Estado 2011, Panorama Orçamento. Adeus Conflito, Vem Vindo Desenvolvimento. Gabinete do Ministério das Finanças. Disponível em: <http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2011/05/budget-book-2011-1-por.pdf>

- Pires, Alfredo.2011. Recursos Naturais de Timor-Leste - O que está a ser feito com o petróleo, com o gás e com os minerais que existem no País. Disponível em <http://timor-leste.gov.tl/?p=2186&an=1&page=6&lang=pt>, citação 18/06/11.
- Pires, Alfredo.2009. "Timor-Leste New Frontier: Oil for Human Development". *Key Note on the opening of 15th SEAAOC conference*.
- Petronas e Timor-Leste, Governo.2008. Pre-Feasibility Study Report. *Timor-Leste LNG Project*. Office of Timor Gap Company.
- Parlamento Nacional. 2005. Decreto-Lei n.º 20/2008. Autoridade Nacional do Petróleo (ANP). *Jornal da República*. Série I, n.º 24. 19 de Junho 2008.2379-2386.
- Timor Leste, Ministério do Plano e das Finanças. 2004. Documento de Discussão para Consulta Pública, Estabelecimento de um Fundo Petrolífero para Timor Leste. Disponível em <http://www.mopf.gov.tp> <http://www.pm.gov.tp>. e <http://www.timorseaoffice.gov.tp>.
- Timor Leste, Parlamento Nacional. 2003. Resolução no.2/2003: Ratificação o Tratado do Mar de Timor entre o Governo de Timor Leste e o Governo da Austrália. Gabinete Parlamento Nacional.
- Timor-Leste, Governo. 2005.Unidade de Gestão Ambiental e de Recursos Naturais. Gestão Ambiental e dos Recursos Naturais. UNDP Timor-Leste. Disponível em: http://undp.easttimor.org/undp/pdf_files/FACT_Sheets/portuguese/ENVIRONMENT_port.pdf.
- Timor-Leste. 2002.Constituição da República Democrática de Timor-Leste.
- Timor-Leste, Governo. 2008. Decreto-Lei n.º 11/2008. Organização da Secretaria de Estado da Política Energética. *Jornal da República* Série I, n.º 16. 30 de Abril: 2209-2212.
- Timor-Leste, Democratic Republic of.2012. SEEEP Policy Data Base. SERN. Disponível em: <http://www.reegle.info/policy-and-regulatory-overviews/TL>.
- Timor-Leste. 2012. Decreto do Governo n.º 1/2012 Sobre Downstream e Cria a Autoridade Nacional Designada para a Implementação dos Projectos do Mecanismo de desenvolvimento limpo. *Jornal da República* Série I, n.º 4. 1 de Fevereiro: 5584-5608.
- Timor Leste, Governo. 2012. Corruption Perception Survey 2011, CAC. Disponível em: http://cac.tl/wp-content/uploads/2011/11/CP-Survey-Report_TL11-12.pdf.
- Timor-Leste, Governo. 2006. Combate à Pobreza como Causa Nacional Promoção de um Desenvolvimento Equilibrado e da Redução da Pobreza. Gabinete Primeiro Ministro, Gabinete. pascal.iseg.utl.pt/~cesa/relatorio_economico_governo_abr06.pdf.
- Timor-Leste, Governo.2007. Regulamentação da Actividade Petrolífera Minuta de Projecto de Decreto-Lei. Disponível em: www.timor-leste.gov.tl/EMRD/index.asp.
- Timor-Leste. 2011. Plano Estratégico do Ministério das Finanças 2011 a 2030. Disponível em: http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2012/06/1311_Strategic_Plan_PORTUGUESE_web.pdf.

- Timor-Leste, Governo.2010. Recursos Naturais de Timor-Leste - O que está a ser feito com o petróleo, com o gás e com os minerais que existem no País. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=2186&n=1>.
- Timor-Leste, Governo. 2012. Plano Estratégico de Desenvolvimento Timor-Leste 2011 - 2030.Versão submetida ao Parlamento Nacional. Disponível em: https://www.timor-leste.gov.tl/wp.../Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf.
- Timor-Leste. 2003. Resolução no. 2/2003 Que Ratifica o Tratado do Mar de Timor entre o Governo de Timor-Leste e o Governo da Austrália Assinado em 20 de Maio de 2002. Parlamento Nacional.

Entrevistas

- Da Costa, Cipriana.2012. Entrevista realizada pelo autor. Resposta recolha directa, pergunta, semi-estruturada, 05 de julho.
- Dias, Juvinal.2012. Entrevista realizada pelo autor. Resposta recolha directa, pergunta, semi-estruturada, 04 de julho.
- Fernandes, Francisco Mcura.2012. Entrevista realizada pelo autor. Resposta recolha directa, pergunta, semi-estruturada, 25 de maio.
- Monteiro, Francisco da Costa.2012. Entrevista realizada pelo autor. Resposta recolha directa, pergunta, semi-estruturada, 27 de junho.
- Pinto, Constancio Antonio. 2012. Entrevista realizada pelo autor. Resposta recolha directa, pergunta, semi-estruturada, 21 de junho.
- Pires, Alfredo.2012. Entrevista realizada pelo autor. Resposta recolha directa, pergunta, semi-estruturada, 12 de julho.
- Ribeiro, Anacleto da Costa.2012. Entrevista realizada pelo autor. Resposta recolha directa, pergunta, semi-estruturada, 11 de julho.
- Scheiner, Charles.2012. Entrevista realizada pelo autor. Resposta recolha directa, pergunta, semi-estruturada, 04 de julho.
- Silva, Gualdinho da. 2012. Entrevista realizada pelo autor. Resposta recolha directa, pergunta, semi-estruturada, 19 de junho.
- Viana, Joãozito.2012. Entrevista realizada pelo autor. Resposta recolha directa, pergunta, semi-estruturada, 03 de julho.

Fontes Secundárias

- AAVV. 2002. With Independence, What Changes for the Timor Gap?: Borders and Oil Deals between Australia and East Timor, *The La'o Hamutuk Bulletin* 3 (4):1-16. Disponível em: <http://www.laohamutuk.org/Bulletin/2002/May/lhv3n4en.pdf>.
- Augutis, Juozas, Krikštolaitis, Ričardas, Pečiulytė, Sigita and Konstantinavičiūtė, Inga. 2011. "Sustainable Development and Energy Security Level After Ignalina NPP Shutdown". *Technological and Economic Development of Economy* 17 (1) 5 — 21.
- Antunes, Nuno. 2002. "Spatial allocation of continental shelf rights in the Timor Sea: reflections on maritime delimitation and joint development." *Timor Sea Office* 13 (13): 1-48.
- Al-Naimi, Minister e Yergin, Daniel. 2012. "Energy Security: Oil". *The Journal of the International Energy Agency* (3): 1-52. Disponível em: <http://www.iea.org/termsandconditionsuseandcopyright>.
- Anderson, Tim. 2006. "The Timor-Leste: the second Australian intervention." *Journal of Australian Political Economy* (58) 62-93.
- AAVV. 2006. Energy and Security :The Geopolitics of Energy in the Asia-Pacific. Institute of Defence and Strategic Studies. Nanyang Technological University.
- Alkatiri, Mari. 2006. Speech by the Prime Minister, at the opening session of the Timor-Leste Development Partners Meeting. Office of The Prime. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTTIMORLESTE/Resources/PM_Speech_TL_DPM_2006_Eng.pdf.
- AAVV. 2011. Introduction: Asia's Rising Energy and Resource Nationalism. Implications for the United States, China, and the Asia-Pacific Region, NRB. (31) 1-71 Disponível em: <http://www.nbr.org>.
- AAVV. 2005. Regional Energy Security for South Asia: regional report Afghanistan, Bangladesh, Bhutan, India, Maldives, Nepal, Pakistan, Sri Lanka. USA, SARI /Energy. Disponível em: www.sari-energy.org.
- Asian Development Bank. 2009. Energy Outlook for Asia and the Pacific. Disponível em: www.adb.org.
- Asian Development. 2001. Technical Assistance (Financed from the Japan Especial Fund) to East Timor for Preparing the Power Sector Development Plan - PhaseolusI. Disponível em: https://play.google.com/.../Asian_Development_Bank_Technical_assistance.
- AICEP, Portugal Global. 2010. Mercados informação global:Timor-Leste Dossier de Mercado. Disponível em: www.portugalglobal.pt.
- Asian Development Bank. 2004. Power Sector Development for Timor-Leste. Pacific Department. Disponível em: <http://www.laohamutuk.org/Oil/LNG/Refs/004ADBPowerSector.pdf>.

- ADB.2009. Taking Control of Oil: Managing Dependence on Petroleum Fuels in the Pacific. All rights reserved. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/zanran_storage/www.adb.org/ContentPages/82474377.pdf.
- Asia, East, and Pacific Region. 2009. Timor-Leste: Country Environmental Analysis. Disponível em: <http://www.laohamutuk.org/econ/SDP/WBEnvironmentTLJuly09.pdf>.
- AusAID. 2012. Republica Democratica de Timor-Leste Annual Program Performance Report 2011. Disponível em: <http://www.aisaid.gov.au>.
- AAVV. 2011. ECCAP WG7 Report: Energy Equity and Environmental Security. Preliminary Draft, 3. Bangkok, UNESCO.
- Autoridade Nacional do Petróleo. 2011. *Traduções para a língua portuguesa da Legislação referente as actividades petrolíferas em Timor Leste*. ANP.
- AusAid.2010. *Austrália – Estratégia para Timor-Leste 2009 a 2014*. Disponível em: <http://www.aisaid.gov.au/Publications/Documents/timor-country-strategy-port.pdf>.
- AAVV.2005. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Grávida.
- AAVV.2006. Caderno de Orientação Estratégica para o Desenvolvimento das Forças Armadas de Timor-Leste 2020. Ministério da Defesa de Timor-Leste. (1) 1-181.
- Baumann, Florian. 2008. Energy Security as multidimensional concept. C:P:P. Policy Analysis Munich. Centre for Applied Policy Research. Disponível em: http://edoc.vifapop.de/opus/volltexte/2009/784/pdf/CAP_Policy_Analysis_2008_01.pdf
- Barnaby, Frank.1966. *Oil and Security*. Stockholm:S:I:P:R:I.
- Buzan, B.1991b. "New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century". *International Affairs* 67 (3): 431-451.
- Buzan, B. & Hansen, L. 2009. "Beyond the Evolution of International Security Studies". *Security Dialogue* 41 (6).
- Buzan, B., Waever, O. & de Wilde, J.1998. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
- Baylis, Jhon. 2001. "International and Global Security in the Post-Cold War". In *The Globalization of World Global Politics*. Oxford: Oxford University Press: 253-276.
- Brady, Cynthia e Timberman, David.G. 2006. The Crises in Timor-Leste: Causes, Consequences and Options for Conflict Management and Mitigation.USAID Timor Leste. Disponível em: timor-leste.usaid.gov/.../USAID%20Timor-Leste%20.
- Belyi, Andrei V. (s/d). Energy security in International Relations (IR) theories: Cathedra on political issues of international energy. Higher School of Economics. Disponível em: www.hse.ru/data/339/636/.../ReaderforLecturesOnEnergySecurity.doc.
- Banco Mundial.2007. "Oportunidades para empresas Portuguesas: Sector da Energia. Washington, DC. Director Executivo de Itália e Portugal no Banco Mundial". *Newsletter* (8): 1-18.

- Banco Nacional Ultramarino.1968. Estrutura Geográfico Economia de Timor, Segundo Trimestre 2 (74) 1-41.
- Bank, World. 2006. Timor-Leste Planning and Financial Management Capacity Building Program. PREMUS: 33803.
- Bell, Joseph C., and Teresa Maurea Faria.2007 "Critical issues for a revenue management law." *M. Humphreys, JD Sachs, JD and JE Stiglitz (Eds.), Escaping the Resources Curse*: 286-321.
- Berman, Sheri. 2001. "Ideas, norms, and culture in political analysis." *Comparative Politics*.231-250.
- Bright, Jonathan. 2010. Security, Technology and Control: Repositioning Securitisation Theory for the Information Society. European University Institute.
- Bartholomees, J. Boone, ed. 2004.United States Army War College Guide to National Security Policy and Strategy. Strategic Studies Institute.
- Balzacq, Thierry. 2010."Constructivism and securitization studies." In *The Routledge Handbook of Security Studies*. London: Routledge.
- Bulletin, the Titi Tudorancia.2010."Timor-Leste (East Timor)": *Total Consumption of Petroleum Products*, Global Edition. disponível em : http://www.titudorancea.com/z/ies_timor_lesste_east_timor_total_oil_petroleum_products_supply.htm.
- Bouzov, Vihren. On The Conception of Security (A Philosophical Approach). Disponível em: <http://socioumane.ro/blog/analesocioumane/files/2011/04/Bouzov.pdf>.
- Brauch, Hans Günter. 2007. "Security threats, challenges, vulnerability and risks." *International security, peace development, and environment*.EOLSS. (1)1-11.
- Buzan, Barry, and Ole Wæver.2003. *Regions and powers: the structure of international security*. Vol. 91. Cambridge University Press.
- Behrens, Carl E., Michael Ratner, e Carol Glover. 2011. US Fossil Fuel Resources: Terminology, Reporting, and Summary. US *Senate*.
- Corps, Mercy. 2009. Climate Change Unit Addressing Energy Poverty in Timor-Leste: Timor-Leste Full Report. Climate change unit.
- Cambodia, World Bank. 2008. Oil and Gas. Petroleum Sector Briefing Note 12.
- Collier, Paul. 2008. "Laws and codes for the resource curse." *Yale Hum. Rts. & Dev.* LJ 11: 9.
- Corry, Olaf. 2010.Securitization and 'Riskization': Two Grammars of Security. Working paper prepared for Standing Group on International Relations.
- Claes, Dag Harald. 2010.Global Energy Security: Resource Availability, Economic Conditions and Political Constraints. panel: Contextualizing energy security and transition. Concepts, framing and empirical evidence SGIR 7th Pan-European International Relations Conference.

- Charrett, Catherine. 2009. A critical application of securitization theory: Overcoming the normative dilemma of writing security. International Catalan Institute for Peace, Working Paper 2009/7.
- Ciuta, Felix. 2009. *From Oil Wars to Total Security: Conceptual/Contextual Notes on Energy Security*. New York: University College London, School of Slavonic and East European Studies.
- Carmona, Magdalena Sepúlveda. 2012. Human Rights Council Twentieth session Agenda item 3: Report of the Special Rapporteur on extreme poverty and human rights. Human Rights Council. Disponível em: www.ohchr.org/.../A.HRC.20.25.Add.1_En.PDF.
- Curtain, Richard. 2006. Working Paper on Melanesia Project. Crisis in Timor Leste: Looking Beyond the Surface Reality for Causes and Solutions. Canberra, State Society. Disponível em: [http://sinope.activeweb.fr/8025708F004CE90B/\(httpDocuments\)/852FC83CF97B5C9C125732800442E36/\\$file/06_01wp_Curtain.pdf](http://sinope.activeweb.fr/8025708F004CE90B/(httpDocuments)/852FC83CF97B5C9C125732800442E36/$file/06_01wp_Curtain.pdf).
- Deutch, John. 2010. Oil and Gas Energy Security Issues. Resources for the Future.
- Drysdale, Jen. 2012. "Five principles for managing Timor-Leste's natural resource revenue wisely1." *Community Futures, Legal Architecture: Foundations for Indigenous Peoples in the Global Mining Boom*: 133.
- Drysdale, J. 2010. Sustainable Development or Resource Cursed?. Disponível em: <https://digitalcollections.anu.edu.au/bitstream/1885/49322/5/09chapter08.pdf>.
- Dalby, Simon. 2000. Geopolitical change and contemporary security studies: contextualizing the human security agenda. Institute of International Relations, University of British Columbia.
- De Ketele, Jean-Marie e Roegiers, Xavier. 1993. *Metodologia da Recolha de Dados: Fundamentos dos Metodos de Observações, de Questionarios, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa. Instituto Piaget.
- Dolven, Ben, Margesson, Rhoda e Vaughn, Bruce. 2012. Timor-Leste: Political Dynamics, Development, and International Involvement. CRS Report for Congress. CRS. Disponível em: www.crs.gov.
- Elhefnawy, Nader. 2006. "Toward a long-range energy security policy". *Parameters* 36 (1): 101-114.
- Estrela, Edite. Soares, Maria Almira e Leitão Maria José. 2006. *Saber Escrever Uma Tese e Outros Textos: Um guia completo para apresentar correctamente os seus trabalhos e outros documentos*. Portugal. D. Quixote.
- FP's. 2012. 'This is what reform is about' Secretary of State for Natural Resources, Alfredo Pires leads efforts to manage Timor-Leste's natural resources. *The Foreign Policy Group*. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/timor/content/economics/>.

- Figueiredo, Fernando Augusto. 2004. Timor: A presença Portuguesa (1769-1945). Faculdade de Letras. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10864>.
- Freitas, Jorge. 2010. Proceedings of the 47th CCOP Annual Session. Member Country Report of Timor Leste/East Timor. Disponível em: CCOP. www.ccop.or.th/download/pub/47as_i.pdf.
- Forbes, Vivian Louis. 2002. Timor Sea Treaty and Related Agreements Joint Petroleum Development Area Issues and Implications. Submission no 1. The University of Western Australia.
- Forbes, Vivian Louis. 2010. The Hate/Love Triangle in the Timor Sea: Australia, Indonesia and East Timor. Strategic Analysis Paper. Future Directions International Pty Ltd.
- Fujitomi, Masaharu. 2003. Energy Security Initiative: Some Aspects of Oil Security. Japan, APEC. Disponível em: http://aperc.ieej.or.jp/file/2010/9/26/Energy_Security_Initiative_2003.pdf.
- Forbes, Andrew. 2008. Papers in Australian Maritime Affairs. Asian Energy Security: Regional Cooperation in the Malacca Strait. Australia, Sea Power Centre 23 (s/d) i – 199.
- Gupta, Kapil. 2007. "The State of Securitization Theory: A Review of The Politics of Insecurity". *The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations* 181-189. Disponível em: <http://www.journalofdiplomacy.org>.
- Gerring, Jhon. 2001. *Social Science methodology – a criterial framework*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Guimaraes, Elio Preira. 2012. "Dezenvolvimentu Sentral Eletrica Oliu Pezadu Nia Vantagen no Dezafiu ba Enérjia Sustentavel iha Timor Leste". Luta Hamutuk.
- Gunatilake, Herath. 2011. Fourth South Asia Economic Summit (SABES IV) Parallel Session VI. Regional Approach to Energy Security in South Asia: The Role of Regional Cooperation, CDP. Disponível em: <http://www.cpd.org.bd/saesiv>.
- Gerring, Jhon. 2001. *Social Science methodology – a criterial framework*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Houston, Robert. 2011. The Australia-East Timor Joint Development Agreement: Is Australia Justified Under International Law in Asserting Sovereignty Over the Area of Joint Development in the Timor Sea? CAR. Disponível em: www.dundee.ac.uk/cepmlp/gateway/?news=31307.
- Hook, Scott. 2009. Pacific Energy Paper back. Economic Policy.
- Hamutuk, Lao. 2004. Submissão em relação ao Documento de Discussão sobre o Estabelecimento de um Fundo de Petróleo para Timor-Leste. Grupo coordenador do fundo de Petróleo. <http://www.etan.org/lh>.
- Humphreys, Macartan, and Martin Sandbu. 2007. "The political economy of natural resource funds." *Escaping the resource curse*. 194-234.

- Hirsch, Roberth L, Bezdek, Rogerh e Wenling, Robert M. 2005. "Peaking Oil Production": Sooner Rather Than Later? *Issues in Science and Technology*.
- House, Chatham e SERN, Oficina. 2009. Setting Up a National Oil Company in Timor-Leste. EEDP Workshop summary. Disponível em: www.norad.no/en/thematic.../oil.../128969?
- Hamutuk, Lao. 2002. "With Independence, What Changes for the Timor Gap? Borders and Oil Deals between Australia and East Timor". *The La'õ Hamutuk Bulletin* 3 (4) 1-7.
- Hamutuk, Luta. 2012. "Faktus Informasaun". Orsamentu Geral do Estadu Tinan Fiskal 2012 Aprovadu. Research, Advocacy and Campaign: 78. Disponível em: www.lutahamutukinstitute.com.
- _____. 2012. Faktus Informasaun: Relatorio Fundu Petroliferu. *Research, Advocacy and Campaign* 7 (20). Disponível em: www.lutahamutukinstitute.com.
- Herberg, Mikkal E. 2011. "Asia's Rising Energy and Resource Nationalism": *Implications for the United States, China, and the Asia-Pacific Region*. NRB.
- Hermenegildo, Reinaldo Saraiva.(s/d). "A Segurança em Timor-Leste: O Contributo da GNR". *Proelium – Revista da Academia Militar*: 91-216. Disponível em: www.academiamilitar.pt/.../a-seguranca-em-timor-leste-o-contributo-da-gnr.
- Hayes, Peter e Hippel, David von. 2000. "Global Asia Feature Essay: Energy Security in Northeast Asia". *Global Asia* 1 (1): 90-105. Disponível em: www.mofat.go.kr/.../download.jsp?boardid.
- Heiser, Anthony. 2003. "East Timor and the Joint Petroleum Development Area, Solicitor of the Supreme Court of Queensland". *MLAANZ Journal* 17 (20).
- Hermenegildo, Reinaldo Saraiva. 2010. "O Contributo da GNR na Construção do Estado e da Segurança em Timor-Leste." *Hatene kona ba Compreender Understanding Mengerti* 54.
- Hood, Ludovic. 2006"Security sector reform in East Timor, 1999–2004." *International Peacekeeping* 13 (1): 60-77.
- International Monetary Fund. 2009.Democratic Republic of Timor-Leste: Selected Issues. IMF Country Report. 09 (220)
- International Monetary Fund .2010 . Timor-Leste: Report on Observance of Standards and Codes (ROSC) — Fiscal Transparency Module.Country Report 10 (340).
- IEG. 2011. Evaluation of World Bank Group Program: Timor-Leste Country Program Evaluation,2000–2010. Teh World Bank Group:1-116. Disponível em: <http://www.worldbank.org/ieg/>.
- International, Crisis Group. 2008 . Timor-Leste : Security Reform. Asia Report.143
- IEA. 2009. Coal Information 2009 Edition, Documentation for Beyond 2020. Coal Information.
- ICFI. 2006. Declaração contra a ocupação neo-colonial australiana no Timor Leste.World Socialist Wrbsite. International Committee of the Fourth International. Disponível em: <http://www.wsws.org/pt/2006/jul2006/etim-j08.shtml>.

- Johnston, Melissa. 2012. A 'Muslim' Leader of a 'Catholic' Nation? Mari Alkatiri Arab-Islamic Identity and its International Contestations. *Austrian Studies in Anthropology Sondernummer* (4) 43-57. Disponível em: <http://www.univie.ac.at/alumni.ksa/images/text-documents/ASSA/ASSA-SN-2012-01-Art4-Johnston.pdf>.
- King, Robert J. 2002. The Timor Gap, 1972-2002. Australian Parliament. Disponível em: http://www.aph.gov.au/.../house_of_representatives_com.
- Kazakhstan, Almaty. 2007. Intercountry energy cooperation to enhance energy security for sustainable development, including widening access to energy services in least developed and landlocked developing countries. UNESCAP. Disponível em: www.unescap.org/.../8th.../IntercountryEnergy.pdf.
- Kay, Meagan A. 2008. Securitization Before Recognition: International Organization's Entrenchment of Food Security Within the Developing World, Premature or Predictive? *Dalhousie University & Holiday Inn*.
- Karl, Terry Lynn. 2005. Understanding the Resource Curse. Disponível em: <http://openoil.net/wp/wp-content/uploads/2011/12/Chapter-2-reading-material.pdf>.
- Kim, Jiyul. 2009. Cultural dimensions of strategy and policy. Strategic Studies Institute: 29. Disponível em: <http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/>.
- Köchler, Hans. 1991. "The Voting Procedure in the United Nations Security Council": *Examining a Normative Contradiction in the UN Charter and its Consequences on International Relations*. UN.
- Lundahl, Mats and Sjöholm Fredrik. 2008. "The oil resources of Timor-Leste: curse or blessing?". *The Pacific Review* (71): 67-86. Disponível em: <http://www.hhs.se/eijs>.
- Lopes, Silvino e Neupert, Ricardo. 2006. The Demographic Components of the Crisis in Timor-Leste. Disponível em: <http://www.sneps.net/wp-content/uploads/>.
- Lynn-Jones, Sean M. 1991. International Security Studies after the Cold War: An Agenda for the Future. Discussion Paper. Disponível em: <http://live.belfercenter.org/experts/146/3>.
- Loy, D. & Correreia, L. 2008. Rural Energy Policy for Timor-Leste, Dili: UNDP and Secretariat of State for Energy Policy (Timor Leste). Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/17291145/Rural-Energy-Policy-for-TimorLeste>.
- McDougall, Derek. 2010. The regionalization of peacekeeping and peace building: Comparing recent developments in East Timor and the Southwest Pacific. Melbourne University, School of Political Science.
- Meharg, Sarah Jane. 2010. Security sector reform: a case study approach to transition and capacity building. Strategic Studies Institute. (2)17.
- Myrntinen, Henri. 2009. "Timor-Leste A Relapsing "Success" Story". *Journal of Democracy* 5 (1): 219-239. Disponível em: <http://www.tfd.org.tw/docs/dj0501/219-240-Henri%20Myrntinen.pdf>.

- Mitev, Lubomir . 2010 . Securitization Theory and the Energy Sector, Wordpress. disponível em: <http://lubomitev.wordpress.com/2010/05/27/securitization-theory-and-the-energy-sector>.
- Marcel, Valérie . 2011 . Creating a National Oil Company in East Timor: Building on the Experience of Other Producers. Dubai School of Government and Chatham House. Working Paper Series. No. 11-02
- Mulligan, Shane. 2008 . The Changing Face of Energy Security. Prepared for the 80th Annual Conference of the Canadian Political Science Association. Canada: Vancouver BC.
- McDougall, Derek. 2010. "The Security-Development Nexus: Comparing External Interventions and Development Strategies in East Timor and Solomon Islands." *Asian Security* 6 (2): 170-190.
- Mercer, David. 2004. "Dividing Up the Spoils: Australia, East Timor and the Timor Sea." *Space and Polity* 10 (43): 289-308.
- McKechnie, Lstair. 2013. Managing Natural resource revenues the Timor-Leste Petroleum Fund. Overseas Development Institute. Disponível em: www.odi.org.uk.
- Mehlum, Halvor , Moene, Karl and Torvik, Ragnar. 2005. Cursed by resources or institutions? Working Paper Series. no. 10/2005. Disponível em: <http://www.svt.ntnu.no/iso/ragnar.torvik/worldeconomy7.pdf>.
- Mesjasz, Czeslaw. 2008. "Complexity Studies and Security in the Complex World: An Epistemological Framework of Analysis." *Unifying Themes in Complex Systems*. Berlin Heidelberg: Springer: 170-177.
- Mitchell, John V. e Stevens, Paul. 2008. *Ending Dependence: Hard Choices for Oil-Exporting States*. London: Royal Institute of International Affairs.
- Moss, Todd. 2011. "Oil-to-Cash: Fighting the Resource Curse through Cash Transfers." *Yale J. Int'l Aff* 6 (43).
- McKee, Geoffrey. 2002. Impact of an Exclusive Economic Zone Delimitation on East Timor's petroleum revenue. EEZ. Timor Sea Petroleum Seminar. Sydney, Project Development Services.
- Margesson, Rhoda e Vaughn, Bruce. 2009. " East Timor: political dynamic development, and International Involment." Congressional Research Service, The Library of Congress.
- May, Michael. 1998. Energy and Security in East Asia. the Asia/Pacific Research Center. Institution for International Studies. Stanford University.
- McCracken, Ross. 2011. Asia Energy Outlook, Platts Insight. Disponível em: [http:// www.platts.com/IM.Platts.Content/insightanalysis/insightmagazine/2011/PDFs/11_insight_dec.pdf](http://www.platts.com/IM.Platts.Content/insightanalysis/insightmagazine/2011/PDFs/11_insight_dec.pdf).
- Moss, Jeremy, and Michael, McGann. 2011. "Climate Change and Energy Poverty in Timor-Leste." Melbourne, Energy Institute.
- Monteiro, Francisco da Costa, e Vicenti da Costa Pinto. 2003. "Exploring Timor-Leste: Minerals Potential." Brisbane, PECC Minerals Network.

- Margesson, Rhoda e Vaughn, Bruce. 2005. East Timor: Potential Issues for Congress. Congressional Research Service.
- Norad, CMI e World Bank . 2009. From Curse to Development: Natural Resources, Institutions, and Public Revenues. Norway, Conference and workshop report. Disponível em: www.cmi.no/file/?900
- Nicolau, Guteriano Scheiner, Charles. 2005. "Oil in Timor-Leste" Lao Hamutuk. Disponível em: <http://www.laohamutuk.org/index.html>.
- Nasu, Hitoshi. 2011. "The expanded conception of security and international law: challenges to the UN collective security system." *Amsterdam Law Forum* 3 (3) 15-33.
- Newman, W. Lawrence. 2003. "Social Research Methods": *Qualitative and Quantitative Approaches*. Pearson Education. Inc.
- Neves, Guteriano, Scheiner, Charles e Soare, Santana. 2008. "LNG Sunrise di Timor-Leste": *Impian, Kenyataan, dan Tantangan*. Lao Hamutuk.
- Ness, Peter Van. 2008. Designing a Mechanism for Multilateral Security Cooperation in Northeast ASIA. Working paper 1: Canberra, A.C.T. 32 (4) 1-15.
- Oettinger, Günther e Rosenfeld, Arthur. 2013. "Visualising the "Hidden" Fuel of Energy Efficiency". *The Journal of the International Energy Agency* (4): 1-48. Disponível em: <http://www.iea.org/termsandconditionsuseandcopyright>.
- ONG's Forum. 2010. Statement by NGOs: Timor-Leste and Development Partners' Meeting. Disponível em: http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2010/07/2010_TLDPM_Statement-FONGTIL_English.pdf.
- Ovesen, Vidar. 2009. Petroleum fiscal regimes and revenue management systems. African Development Bank Seminar, Kampala 9 July 2008. Disponível em: www.government.no/gpf.
- Porter, Doug, and Habib Rab. 2010. Timor-Leste's Recovery from the 2006 Crisis: Some Lesson. Disponível em: http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/266~v~Timor-Leste_s_Recovery_from_the_2006_Crisis__Some_Lessons.pdf.
- Pedersen, Jon, and Marie Arneberg. 1999. "Social and economic conditions in East Timor." New York: Columbia University. Disponível em: <http://gov.east-timor.org/MAFF/ta200/TA201.pdf>.
- Pineda, José, e Francisco Rodríguez. 2010. *Curse Or Blessing?: Natural Resources and Human Development*. New York: United Nations Development Programme.
- Palmeira, José. 2010. "O potencial de Timor-Leste na geopolítica da CPLP". In *Compreender Timor-Leste*, ed. Michael Leach (et al.). Australia: Swinburne Press: 41-45. Disponível em: http://tlstudies.org/pdfs/tlsa_conf_whole.pdf#page=41.

- Palonkorpi, Mikko. s/d. Energy Security and the Regional Security Complex Theory, Aleksanteri Institute: Helsinki. Disponível em: <http://busieco.samnet.sdu.dk/politics/nisa/papers/palonkorpi.pdf>.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, LucVan. 2008. *Manual de Investigação Sociais*. Gravida.
- Rongxing, Guo.2010.Territorial Disputes and Seabed Petroleum Exploitation: Some Option for the East China Sea,CNAPS. Disponível em: <http://www.brookings.edu>.
- Rutherford, J. P., E. W. Scharpf, and C. G. Carrington. 2007. "Linking consumer energy efficiency with security of supply." *Energy Policy*. 35 (5): 3025-3035.
- Reis, Felipa Lopes dos.2010. *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado Segundo Bolonha, 2ª Edição*. ???: Pactor.
- Rosser, Andrew.2006 . Escaping the Resource Curse. *New Political Economy*. 11 (4) 558-570
- Rosser, Andrew. 2006. *The political economy of the resource curse: A literature survey*. Brighton, UK: Institute of Development Studies: 268.
- Sébille-Lopes, Philippe. 2007. *Geopolítica do Petróleo*. Lisboa. Instituto Piaget.
- Simões, Antonio.2004. Xanana Gusmão Acusa Austrália de Tentar Roubar Riquezas Marítimas de Timor-Leste. Portugal, Lusa. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/xanana-gusmao-acusa-australia-de-tentar-roubar-riquezas-maritimas-de-timorleste-1191561>.
- Stevens, Paul e Cassinadri, Elisa. 2008. Working paper. Resource Depletion, Dependence and Development: Timor-Leste. Chatham House.
- Stone, Marianne. 2009. Security according to Buzan: A comprehensive security analysis. Security Discussion Papers, Serie 1. Disponível em:http://www.geest.msh-paris.fr/IMG/pdf/Security_for_Buzan.mp3.pdf.
- Schwartzberg, Joseph E. 2004. Revitalizing the United Nations: reform through weighted voting. Institute for Global Policy, World Federalist Movement.
- Shaxson, Nicholas. 2007."Oil, corruption and the resource curse." *International Affairs*. 83 (6): 1123-1140.
- Severino,Jean-Michel, Peccoud, Robert . 2009 . "Population and natural resources" *Agence Française de Développement*. 229 (1): 1-200.
- Sovacool, Benjamin K. 2010. "The political economy of oil and gas in Southeast Asia: heading towards the natural resource curse?". *The Pacific Review* 23 (2) 225 –259.
- Serra, António M. de Almeida.2006. Timor Leste: o petróleo e o futuro. Documentos de Trabalho nº 71. Lisboa, SEsA.
- Stockholm International Peace Research Institute.1974. *Oil and Security*. New York, Humanities Press.

- Symon, Andrew. 2001. Timor Sea Natural Gas Development: Still in Embryo. South Australian Centre for Economic Studies.
- Tønnesson, Stein, e Åshild, Kolås. 2006. Energy Security in Asia: China, India, Oil and Peace. PRIO.
- Triggs, Gillian, e Dean, Bialek. 2002. "New Timor Sea Treaty and Interim Arrangements for Joint Development of Petroleum Resources of the Timor Gap, The." *Melb. J. Int'l L* (3) 322.
- Taureck, Rita. 2006. Securitisation theory—The Story so far: Theoretical inheritance and what it means to be a post-structural realist. 4th annual CEEISA convention, University of Tartu.
- United Nations. 2008. Energy Security and Sustainable development in Asia and the Pacific, ESCAP. Disponível em: <http://www.unescap.org/>.
- UNDP. 2011. Managing Natural Resources for Human Development: Developing the non-Oil Economy to Achieve the MDSs. Timor-Leste Human Development Report.
- United Nations, Economic and Social Commission for Asia and the Pacific. 2003. *Atlas of Mineral Resources of the ESCAP Region: Geology and Mineral Resources of Timor-Leste*. UN.
- Vivoda, Vlado. 2010. "Evaluating energy security in the Asia-Pacific region: A novel methodological approach." *Energy Policy* 38 (9): 5258-5263.
- Van Munster, Rens. 2005. Logics of security: The Copenhagen School, risk management and the war on Terror. Syddansk Universitet.
- Wendt, E. Allan. 2008. "International Energy Security: The Continuing Challenge". *US Department of State Bulletin*. Disponível em: ([http:// findarticles.com/p/ articles/ mi_m1079/is_v84/ai_3536854/print?](http://findarticles.com/p/articles/mi_m1079/is_v84/ai_3536854/print?))
- Winning, David. 2012. "High-Profile Visit Gives Growing East Timor Its Moment". *The Wall Street Journal*, Business Week (Bloomberg). Disponível em: [http:// www. businessweek. com](http://www.businessweek.com).
- Waever, Ole. 2011. "Politics, Security, Theory". *Security Dialogue*. 42(4-5): 465-480. Disponível em: <http://www.sagepublications.com>.
- World Bank. 2010. Asia Sustainable and Alternative Energy Program: Timor-Leste Key Issues in Rural Energy Policy. Washington, ASTAE.
- Waldman, Maurício. Geografia do Timor-Leste: ensaio elaborado. Disponível em: http://www.timorcrocodilovoador.com.br/geografia-mauricio_waldman.htm.
- Weinthal, Erika, and Pauline Jones Luong. 2006 "Combating the resource curse: An alternative solution to managing mineral wealth." *Perspectives on Politics* 4 (1): 35-53.
- World Bank e Asian Development Bank. 2007. Economic and Social Development. Briefing. www.adb.org/Documents/.../ESDB-Timor-Leste.pdf.

- Xavier, Edgar. 2012. Mari Alkatiri. "Xanana Gusmão é o Maior Corruptor deste País". *Jornal i*. Disponível em: <http://www.ionline.pt/mundo/mari-alkatiri-xanana-gusmao-maior-corruptor-deste-pais>
- Yueh, Linda. 2010. "An international approach to energy security." *Global Policy* 1 (2): 216-217.
- Yergin, Daniel. 2006. "Ensuring Energy Security". *Foreign Affairs* 85 (2): 69-82. Disponível em: http://www.un.org/ga/61/second/daniel_yergin_energysecurity.pdf.
- Yumkella, Kandeh K. 2010. Energy for a Sustainable Future. Summary Report and Recommendation. AGECC. Disponível em: [www.un.org/.../pdf/ AGECCsummaryreport \[1\].pdf](http://www.un.org/.../pdf/AGECCsummaryreport[1].pdf).